



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica: Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Inês Lopes Gaspar

Lisboa, 2020

Inês Lopes Gaspar

**Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos
à violência entre ascendentes**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de
Ciências Policiais e Segurança Interna como
exigência parcial para a obtenção do grau de
mestre em Criminologia e Investigação Criminal.

Orientador: Prof. Doutor NUNO CAETANO LOPES
DE BARROS POIARES.

LISBOA, 2020

A todas as vítimas, exemplos extraordinários de força e persistência
É difícil ganhar coragem para se ser feliz
Porém, não é todo impossível

Agradecimentos

Prioritariamente, o meu primeiro agradecimento dirige-se aos meus pais, pela força, paciência e amor incondicional. Por nunca duvidarem das minhas capacidades e apoiarem o meu trabalho. Devo-lhes tudo o que sou e alcancei até hoje. E o mesmo agradecimento estendo aos meus familiares.

Ao Tomás, o meu querido irmão, que é um dos alicerces principais da minha vida. Que me apoia em tudo o que faço ou acredito e de quem sempre recebi os incentivos mais fortes e bonitos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Poiares, que confiou em mim para sua orientanda e que admiro e respeito profundamente. Que sempre me incentivou e ajudou a manter o foco. Que proporcionou ao presente trabalho um rigor de excelência, quer científico, quer académico.

Às técnicas de apoio à vítima pela participação nos inquéritos por entrevista, e cuja cooperação permitiu alcançar os objetivos pré-estabelecidos.

Aos meus amigos, que aceitaram e compreenderam a minha ausência sem nunca cobrar, pelos sorrisos que me aquecem o coração, pela presença constante, pelas palavras certas e, acima de tudo, por nunca permitirem que baixasse os braços.

E, por fim, ao meu irmão de coração Bruno, que partiu tão cedo, mas é a prova de que a família é quem escolhemos.

Epígrafe

"O mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que o olham e não fazem nada"

Albert Einstein

Resumo

O propósito central da presente investigação prende-se com o vínculo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil. A delinquência juvenil – caracterizada por comportamentos desviantes praticados por jovens e cujos crimes são previstos na Lei Penal; e a violência doméstica, caracterizada por qualquer ato ou conduta que inflija, intensa e repetidamente, dores físicas, sexuais, mentais e económicas, de forma direta ou indireta, a quem habite no mesmo agregado doméstico privado, são dois temas emergentes que adquiriram cada vez mais importância nas últimas décadas, notáveis nas reflexões científicas e políticas em todo o mundo.

Uma vez que objetivo principal é compreender se a violência doméstica potencia a prática de atividades ilícitas por parte de crianças e jovens, foi conduzido um estudo suportado por análise documental e entrevistas a técnicos de apoio à vítima, de forma a dar resposta à seguinte pergunta: a exposição à violência doméstica específica entre ascendentes pode potenciar a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens?

Através da presente investigação foi possível constatar que existe um nexo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil. Assistir a episódios de violência doméstica pode potenciar a prática de comportamentos delinquentes por parte de crianças e jovens. No entanto, quando ocorre violência entre ascendentes, as crianças e jovens estão perante dois papéis distintos – o de vítima e o de agressor, o que significa que é possível que seja replicado qualquer um destes dois papéis, e não necessariamente o de agressor.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil; Violência Doméstica; Violência Conjugal; Família; Socialização.

Abstract

The central purpose of the present investigation is related to in the casual link between domestic violence and juvenile delinquency. Juvenile delinquency – characterized by deviant behaviors carried out by juvenile individuals and whose crimes are predicted in Criminal Law; and domestic violence, which is characterized for any act or conduct that inflicts, intensely and repeatedly, physical, sexual, mental and economic pain, in a direct or indirect way to anyone who lives, or not, in the same private household; are two emergent themes that have acquired more and more importance over the last decades, which has been notable in scientific and political reflections all over the world.

In order to understand whether domestic violence enhances the practice of illicit activities by children and young people, a study supported by interviews with victim support technicians was conducted, in order to answer the following question: Can exposure to specific domestic violence among parents ascend the practice of deviant behavior in children and young people?

Through this investigation it was possible to verify that there is a causal link between domestic violence and juvenile delinquency. Watching episodes of domestic violence can enhance the practice of delinquent behavior by children and young people. However, when violence between parents occurs, children and young people face two faced with two distinct roles - one of victim and other of aggressor, which means that it is possible that It is possible that they replicate either one of the two roles is replicated, and not necessarily that of aggressor.

Keywords: Juvenile Delinquency; Domestic Violence; Marital Violence; Family; Socialization

Índice

Agradecimentos	i
Epígrafe	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Introdução.....	1
I. Enquadramento Teórico	4
1.1. Da violência doméstica	4
1.1.1. Tipos de violência doméstica	8
1.1.2. Caracterização dos sujeitos.....	11
1.1.2.1. A vítima.....	12
1.1.2.2. O agressor.....	14
1.1.3. Abordagem jurídica da violência doméstica.....	15
1.1.4. Núcleos de Atendimento a vítimas de violência doméstica	21
1.2. Da delinquência juvenil.....	23
1.2.1. Juventude e desvio	27
1.2.2. Família, escola e grupo de pares	29
1.2.3. Teorias explicativas da delinquência juvenil	33
1.2.3.1. Teoria do Laço de Hirschi	33
1.2.3.2. Teoria da Anomia.....	34
1.2.3.3. Teoria da Associação Diferencial	35
1.2.3.4. Teoria da Rotulagem.....	36
1.2.4. Abordagem jurídica da delinquência juvenil	37
II. Crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes	41
2.1. Família de origem - elemento primário de socialização.....	42
2.2. Transmissão Intergeracional da Violência: da violência na família de origem à delinquência	49
III. Método	56
3.1. Objeto de Estudo e Pergunta de Partida	60
3.2. Hipóteses de Investigação	61
3.3. Caracterização da população alvo	62
3.4. Caracterização dos inquiridos	63
3.5. Guião da entrevista	65
3.6. Técnicas de preparação e execução das entrevistas	66
3.7. Tratamento e análise dos dados.....	67
3.8. Estágio	69
Análise e Discussão dos Resultados.....	72
Considerações Finais.....	82
Referências bibliográficas.....	87
Anexos.....	98

Índice de Anexos

Anexo 1 – Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação

Anexo 2 – Entrevista Doutora Cátia Rodrigues

Anexo 3 – Entrevista Doutora Teresa Silva

Anexo 4 – Entrevista Doutora Ana Costa

Anexo 5 – Entrevista Doutora Isabel Pina

Anexo 6 – Entrevista Doutora Isabel Pereira/ Doutora Teresa Cândido

Anexo 7 – Entrevista Doutora Inês Carrolo

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Sexo dos inquiridos

Tabela 2 – Formação Académica dos inquiridos

Lista de Siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio a Vítima

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

DGAI – Direção-geral da Administração Interna

EII – Equipas de Investigação e Inquérito

EPAV – Equipas de Proximidade e de Apoio à vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituto Particular de Solidariedade Social

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

ONG – Organização não-governamental

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

NIAVE – Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

PSP – Polícia de Segurança Pública

VD – Violência Doméstica

Introdução

A presente investigação foi concebida como premissa para a obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo referido Instituto. Neste sentido, foi desenvolvida a presente investigação, subordinada ao tema "Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes".

Perguntemo-nos então: podemos nós, através desta nobre «arma» espiritual que é o conhecimento, fazer face aos graves problemas sociais que nos afligem, individual e coletivamente, entre outros o fenómeno criminal e a insegurança que lhe está associada?

Foi para isso que nasceu, há cerca de 150 anos, uma disciplina científica: a Criminologia. Ela é a aplicação a este fenómeno do mandamento Kantiano a que deve, com entusiasmo e afincado, sujeitar-se o homem moderno: «*aude sapere*» quer dizer, tem a ousadia de conhecer (Agra, 2005 *in* Cusson, 2002, p.8).

O tema abordado na presente investigação foi facilmente decidido. O deslumbramento pelo estudo da Criminologia e o cruzamento destas duas temáticas tão relevantes não é recente. Os direitos das vítimas, das crianças e daqueles que são diretamente influenciados por estes dois fenómenos foram os propulsores do estudo, tendo este sido concebido com o objetivo de enriquecer os estudos já existentes sobre estes assuntos, bem como de apresentar novas informações e conhecimentos.

O tema da violência doméstica tem adquirido uma enorme importância nas discussões políticas e científicas a nível global. Violência gera violência e é com base nesta premissa que se sustenta o conhecimento daqueles que se debruçam sobre o estudo das consequências da violência na educação das gerações futuras. A violência doméstica pode manifestar-se de diferentes formas, que ocorrem maioritariamente em espaços e relações de intimidade.

É inserida na esfera íntima, doméstica, que surge a família. Esta constitui um dos pilares da sociedade e detém o papel mais importante na socialização do sujeito, visto que influencia diretamente a construção da identidade, permitindo

aos indivíduos influenciarem-se mutuamente no contacto com as diferentes gerações (Cruz, 2005). Deste modo, quando a violência existe no seio familiar, todos os seus constituintes são vítimas, seja de forma direta ou indireta, pelo que urge apreciar este fenómeno com seriedade, dado que poderão existir crianças ou jovens no momento da perpetração deste crime (Sani, 2011). As vulnerabilidades encontradas resultam em debilidades nas relações de proximidade entre os jovens e a família, o que resulta no desgaste do controlo social que a mesma exerce sobre o jovem e na forma como controlam os seus comportamentos.

A literatura apresentada na presente dissertação releva a pluralidade de estudos realizados pelas diferentes áreas científicas, até porque “a Criminologia é, por essência, uma disciplina interdisciplinar: assim a faz a própria natureza complexa do fenómeno que pretende elucidar” (Cusson, 2002, p.8). Estas têm como missão procurar justificar o fenómeno da violência doméstica, bem como da delinquência juvenil, e verificar em que medida os comportamentos disruptivos praticados pelos jovens podem ser despoletados pela exposição à violência entre os ascendentes.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1. Determinar se existe nexo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil;
2. Fundamentar a problemática por via da circunscrição da narrativa da delinquência juvenil como fruto da exposição ao crime perpetrado da violência doméstica, no caso particular da violência conjugal entre ascendentes;
3. Verificar em que medida a violência pode ser transmitida entre gerações.

Para dar resposta aos objetivos supra apresentados, e de forma a dar a conhecer as principais conclusões retiradas do estudo, a presente dissertação foi estruturada e organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentar-se-á o enquadramento teórico referente aos temas em questão, dividido em dois subcapítulos: a violência doméstica e a delinquência juvenil. No primeiro subcapítulo, serão abordados todos aqueles que foram considerados os parâmetros fundamentais para a compreensão da violência doméstica, nomeadamente os tipos e caracterização dos seus intervenientes (a vítima e o agressor), a evolução da abordagem jurídica da violência doméstica e os Núcleos de Atendimento a vítimas de violência doméstica. No segundo subcapítulo, serão abordados elementos como juventude, desvio, família, escola e grupo de pares, apresentadas de forma sucinta das teorias explicativas do fenómeno da delinquência juvenil (Teoria do Laço de Hirschi; Teoria da Anomia; Teoria da Associação Diferencial; e Teoria da Rotulagem) e a evolução da abordagem jurídica da delinquência juvenil.

De seguida, o segundo capítulo procurará cruzar as duas temáticas, bem como apresentar os estudos já realizados a respeito da exposição das crianças e jovens à violência doméstica. Para tal, serão abordados e analisados temas que dizem respeito à família como elemento primário de socialização, bem como o estudo da transmissão intergeracional da violência.

No terceiro capítulo, será apresentada a metodologia selecionada para alcançar o pressuposto primordial da investigação: obtenção das devidas conclusões e resultados obtidos, com vista a dar resposta à pergunta de partida. Neste, irão ser apresentados: objeto de estudo e pergunta de partida, delineação das hipóteses de investigação, caracterização da população alvo e inquiridos, apresentação e justificação da escolha das técnicas de preparação e execução dos inquéritos por entrevista, tratamento e análise dos dados e, por fim, abordagem do estágio e do seu contributo para o presente estudo.

I. Enquadramento Teórico

1.1. Da violência doméstica

O conceito «violência» remete aos “comportamentos que envolvem força física com a intenção de magoar, ferir ou matar alguém ou algo”. É uma prática remota, sendo possível afirmar que “possui uma evidente origem social e não há sociedade conhecida que (...) não tenha gerado o seu tipo de violência” (Lourenço, 1998, p.5).

O tema da violência doméstica tem adquirido bastante relevo nas discussões políticas e científicas a nível global, uma vez que produz enormes custos, quer a nível social, familiar e/ou económico. O seu estudo pode ser corroborado com o acréscimo de vítimas deste crime. “É um problema social de dimensão universal que atravessa fronteiras de ordem cultural, económica, étnica, religiosa ou de género afetando, aos mais diferentes níveis, os indivíduos de um determinado contexto” (Lourenço & Carvalho, 2001, p.97).

O estudo deste conceito e dos temas que se correlacionam, eclode após os movimentos feministas na década de 70 do século XX e o interesse nesta temática surge da necessidade de demarcação do mesmo, visto que “a noção de violência tem sido alargada e extensiva a atos e situações que historicamente, mesmo em época recente, não eram considerados violentos” (Lourenço, 1998, p.5). De acordo com Giddens (2004), só a partir da década de 70 é que a violência doméstica começou a adquirir visibilidade, por meio das organizações dos direitos das mulheres, essencialmente no domínio dos movimentos feministas. Também estes movimentos justificavam a violência doméstica como sendo fruto das desigualdades de género. A definição de violência doméstica é, no entanto, ambígua. Segundo Elza Pais (1996), cada sociedade possui a sua noção particular de violência, cuja definição assenta nos seus próprios critérios, distintos entre culturas.

Prioritariamente, e para uma melhor compreensão do fenómeno proposto, é importante decompor a noção de violência doméstica e, por conseguinte, definir

individualmente os conceitos de “violência” e “doméstica”. A palavra “violência”¹ provem do latim «*violentiā*» e, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora, esta representa a qualidade ou estado do que é violento, ato de violentar, força empregada contra o direito natural de outrem; ação em que se faz uso de força bruta; e crueldade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2016), a violência² é o fundamento do uso da força física e tem como objetivo causar a morte, incapacidade, lesão ou dano. É um conceito presente desde os primórdios da vida humana e produz impactos significativos e graves a nível mundial. Paralelamente, o adjetivo “doméstica” provém do latim «*domestīcu*»³ e diz respeito ao foro familiar, conceito de casa e domínio particular e privado. Porém, o foro familiar não se cinge às relações estabelecidas pelos sujeitos unidos por laços de parentesco, mas também às relações estabelecidas por laços de afeto.

A violência doméstica é um tipo de crime cuja definição pode ser dividida em dois subtipos: no sentido estrito e lato. A violência doméstica no sentido estrito⁴ diz respeito à perpretação, de modo reiterado ou não, no âmbito das relações conjugais ou análogas (incluindo as do namoro) presentes ou passadas, independentemente de coabitação (incluindo atos praticados contra o progenitor de filho comum) e também no contexto da relação de alguém com uma pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele/ela coabite, de maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo condutas contra a integridade física, a liberdade pessoal e sexual, a honra, a privacidade e o direito à imagem, cuja ocorrência não determine a aplicação dos respetivos crimes, mas somente o de violência doméstica. Este tipo de crime é de natureza pública e compreende os seguintes delitos: ofensas à integridade física simples (artigo 143.º, nº 1 do CP),

¹ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/viol%C3%Aancia> (consultado a 17/10/2019)

² World Health Organization. Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996.

³ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dom%C3%A9stico> (consultado a 17/10/2019)

⁴ <https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-que-e> (consultado a 21/10/2019)

sequestro simples (artigo 158.º, nº 1 do CP), coação (artigo 154.º do CP), injúrias/difamação (artigo 181.º e artigo 180.º, nº 1 do CP), violação do domicílio ou perturbação da vida privada (artigo 190.º do CP), devassa da vida privada [artigo 192.º, nº 1. al. b)], gravações e fotografias ilícitas [artigo 199.º, nº 2, al b)], violação de correspondência ou telecomunicações (artigo 194.º do CP), entre outros.

Paralelamente, a violência doméstica no sentido lato⁵ refere-se à perpretação, de modo reiterado ou não, no âmbito das relações conjugais ou análogas (incluído as do namoro) presentes ou passadas, independentemente de coabitação (incluído atos praticados contra o progenitor de filho comum) e também no contexto da relação de alguém com uma pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele/ela coabite, de maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo condutas contra a integridade física, a liberdade pessoal e sexual, a honra, a privacidade e o direito à imagem, cuja ocorrência determine a aplicação dos respetivos crimes, a par do crime de violência doméstica. É de natureza pública e abrange os seguintes crimes: homicídio tentado (artigo 131.º do CP), homicídio consumado (artigo 131.º do CP), ofensa à integridade física qualificada (artigo 145.º do CP), sequestro qualificado (artigo 158.º do CP), entre outros.

Deste modo, pode abranger diversas terminologias e repartir-se em outros tipos de violência, nomeadamente violência conjugal, violência parental, violência fraternal, violência contra idosos, violência no namoro, violência em fase de separação e violência entre homossexuais. No entanto, a que será desenvolvida neste trabalho é a violência conjugal, no caso particular da violência entre ascendentes. À semelhança da violência doméstica, a violência conjugal é um conceito multívoco que se manifesta de diversas formas como, por exemplo, abusos psicológicos, físicos, sexuais, entre outros (Acosta, Gomes, & Barlem, 2013). O poder patriarcal está na base da violência conjugal no sentido em que

⁵ <https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-que-e> (consultado a 21/10/2019)

propicia a desigualdade de géneros e hegemonia masculina. Segundo Saffioti (2001), o homem, isto é, o agressor, nega-se a considerar a mulher como companheira, coisificando-a e objetivando-a. Julgam-se seus proprietários, donos da verdade e da palavra e detentores legítimos das decisões e pelas escolhas do casal. Assim, quando a mulher deseja ou idealiza deixar de ser um objeto, uma coisa, a violência surge. A violência doméstica manifesta-se predominantemente no contexto privado, no entanto, pode abranger qualquer outra relação interpessoal que permita, por sua vez, o controlo e/ou a dominância. Precisamente por se manifestar na esfera privada, é de difícil prevenção e intervenção.

Embora este fenómeno se manifeste em qualquer género, é possível determinar que a violência doméstica é expressamente superior contra mulheres, talvez porque é evidente “a dominação fundada numa sociedade e estrutura sociais que conferem a dominação masculina” (Paulino & Rodrigues, 2016, p.34). Aqui, a mulher é inferiorizada, dominada e subjugada às necessidades e pretensões dos seus companheiros. Por conseguinte, é evidente a necessidade de dominação e reafirmação como proprietário e patriarca que se dedica a tentar reduzir a vítima à sua condição de ser submissa, com via a agressões físicas, verbais, psicológicas e económicas (Alarcão, 2006).

A violência conjugal é um fenómeno que tem vindo a proliferar na atualidade. A violência é exercida maioritariamente a nível físico, mas também psicológico e sexual e a agressividade com que é praticada tem-se intensificado progressiva e dissimuladamente visto que, sendo a violência um evento do foro doméstico, os agressores demonstram no exterior serem indivíduos dedicados, carinhosos, educados, cidadãos e trabalhadores espécimes. Paralelamente, as vítimas ocultam a realidade por vergonha ou medo da reprovação social (Nunes, 2003; Alves, 2005).

De acordo com Poiares (2016), outrora a violência doméstica foi restringida ao foro privado e por conseguinte às quatro paredes do lar que limitavam o seio familiar na medida em que a sociedade acreditava que esta

problemática não produzia consequências suficientemente graves para ser considerado um problema que carecesse de intervenção do Estado. Porém, e derivado ao crescente grau de seriedade, a violência doméstica não só passou a constituir um problema social, como também um problema de segurança interna, na medida em que começou a ser considerada como uma preocupação do foro público e, conseqüentemente, adquiriu a condição de problema social, constituindo uma problemática promotora de graves consequências nas gerações futuras.

1.1.1. Tipos de violência doméstica

A violência doméstica varia de acordo com a forma como é exercida e subentende a execução de um ou mais crimes nos contextos acima descritos. Resulta da convergência de três elementos: um agressor motivado, uma vítima vulnerável e a necessidade de manifestação de poder, sendo que o mesmo se pode revelar nos múltiplos tipos de violência acima discriminados. Por forma a permitir uma melhor compreensão do fenómeno, bem como as respetivas implicações para as vítimas, é necessário proceder à sua categorização visto que se traduz em diferentes formas e é um fenómeno que tem vindo a crescer tanto em seriedade como em reiteração.

1) Violência física:

Diz respeito ao uso intencional de força física capaz de provocar morte, incapacidade, ferimentos ou danos, isto é, qualquer conduta que o ofensor inflige à vítima. Este cenário engloba atos como, por exemplo, “empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, beliscar, morder, empurrar, apertar os braços com força, apertar o pescoço, esfaquear, bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outras superfícies, dar cabeçadas, empurrar pelas escadas, queimar, atropelar ou tentar atropelar, incluído também castigos corporais” (Paulino, 2016, citado por Paulino & Rodrigues, 2016).

2) Violência emocional/psicológica:

Consiste no exercício de condutas que produzam o sentimento de medo e inutilidade à vítima, isto é, utilizar a submissão para controlar tudo o que a vítima faz ou diz com via à ameaça e táticas coercivas baseadas na argumentação por palavras ou comportamentos. Abrange atos como “ameaçar contra sua integridade física ou contra a sua vida, desprezar, menosprezar, injuriar, criticar negativamente todas as suas ações, características de personalidade ou atributos físicos, insultar, humilhar (em privado ou em público), gritar para atemorizar a vítima, destruir objetos com valor afetivo para ela, rasgar fotografias, cartas ou outros documentos pessoais importantes, persegui-la no trabalho ou na via pública, acusá-la de ter amantes, de ser infiel, ameaçar que vai maltratar os filhos ou outros familiares, amigos da vítima, animais de estimação ou bens, mostrar ou mexer em objetos intimidatórios (e.g., limpar ou carregar arma de fogo, afiar uma faca), não a deixar descansar/dormir (e.g., despeja água gelada ou a ferver, passa um isqueiro aceso em frente às pálpebras quando ela adormece), ameaçar para a imposição de poder sobre a vítima (e.g., ameaçar que, em caso de separação, consegue afastar as crianças de si, ameaçar que se suicida caso esta o abandone)” (CEJ, 2016; APAV, 2011, citado por Paulino & Rodrigues, 2016).

3) Violência social:

Expressa-se através de qualquer conduta que vise o controlo da vida social da vítima, conduzindo ao seu isolamento perante os grupos de pares (o que potencia o exercício da manipulação e controlo). Compreende táticas que envolvem “a proibição desta se ausentar de casa sozinha ou sem consentimento deste agressor, proibi-la de trabalhar fora de casa, afastá-la do convívio com a família ou amigos, seja por meio de ameaças (e.g., contra a integridade física à própria ou a terceiros, caso esta mantenha contactos sem a sua autorização), seja por via da manipulação (e.g., fazendo-a crer que a família dela não gosta dela (e vice-versa), logo não há razão para os receber ou visitar)” (CEJ, 2016; APAV, 2011, citado por Paulino & Rodrigues, 2016).

4) Violência sexual:

Traduz-se em qualquer conduta que sujeite a vítima a comportamentos sexuais contra a sua vontade. Esta categoria divide-se em três pontos: uso da força física por forma a obrigar a vítima a protagonizar atos sexuais contra a sua vontade; uso da força física ou tática coerciva contra a vítima (pessoa incapaz de compreender e discernir a índole da ação pretendida, isto é, pessoa doente, deficiente ou sob o efeito de estupefacientes ou bebidas alcoólicas); e o contato sexual intencional e não desejado. Segundo a Organização Mundial da Saúde, datada de 2005, a violência sexual subentende “todo o ato sexual, a tentativa de consumir o ato sexual, os comentários ou insinuações sexuais não desejadas, ou as ações para comercializar ou recorrer a qualquer outra forma à sexualidade de uma pessoa mediante a coação independentemente da relação com a mesma, em qualquer contexto, inclusive, em casa ou no lugar de trabalho” (Pérez & Martinez, 2009, citados por Paulino & Rodrigues, 2016).

5) Violência financeira:

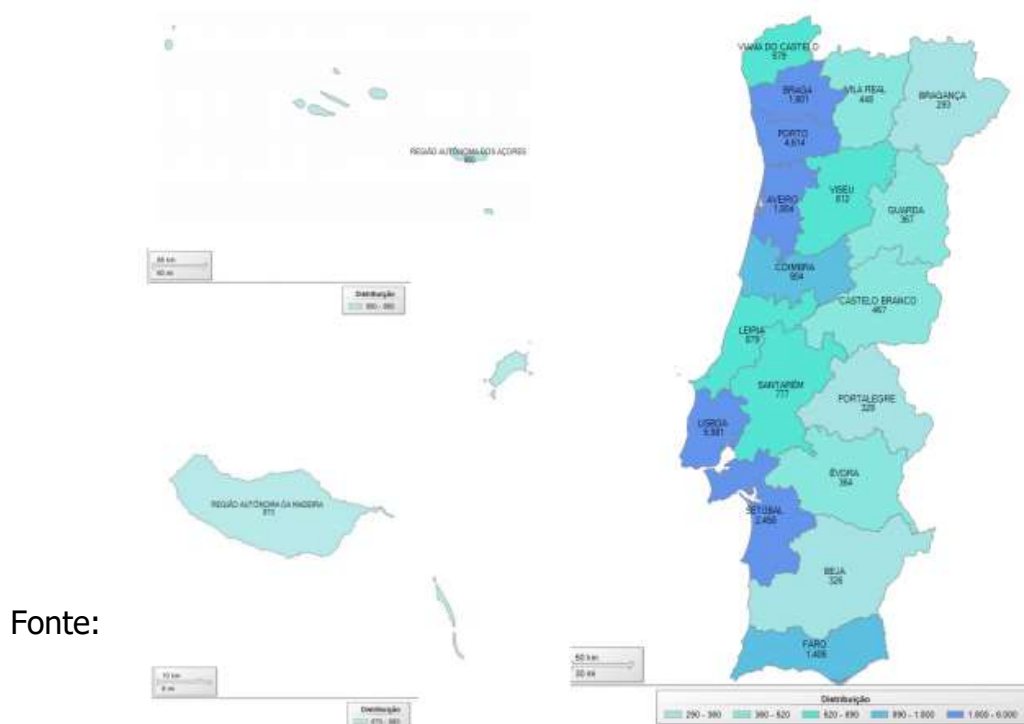
Consiste em qualquer conduta que vise o controlo dos recursos financeiros contra a sua vontade e consequentemente viabilize o isolamento da vítima (promovendo a privação de diversos bens essenciais nomeadamente alimentação, roupa, entre outros). É de ressaltar que este tipo de violência se evidencia maioritariamente em cenários em que a vítima não disponha de meios de subsistência próprios ou de um emprego, isto é, manifesta-se regularmente em casos de vítimas desempregadas onde o agressor seja detentor do único meio de provisão familiar.

1.1.2. Caracterização dos sujeitos

Segundo o mais recente Relatório Anual da Monitorização de Violência Doméstica, respeitante a 2018, este crime regista praticamente a totalidade das

participações realizadas aos Órgãos de Polícia Criminal (99,96%). Foram 26432 as ocorrências de violência doméstica participadas aos Órgãos de Polícia Criminal em 2018. A relevância deste relatório assenta na promoção do conhecimento acerca da violência doméstica e no controlo da implementação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. O conhecimento dos sujeitos permite a concretização de dois objetivos primordiais: aprofundar o conhecimento quanto ao tema e propiciar o aprimoramento das respostas policiais face aos crimes de violência doméstica.

Figura 1: Número de ocorrências de VD participadas aos OPC em 2018



Fonte:

Relatório Anual de Segurança Interna (2018)

Surgem também os inquéritos de vitimação, instrumento fundamental e complementar à medição do crime que são necessários para determinar de certos tipos de crime durante um período de tempo. Primeiramente, os questionários possibilitam a caracterização social da vítima, bem como a compreensão da sua resposta mediante o crime e o agressor; permite também medir a incidência do crime num determinado período de tempo com base em dados mais reais, que nos possibilita tomar conhecimento de crimes ou atos ilícitos não denunciados aos OPC; dão a conhecer de forma mais precisa informações relacionadas com os crimes para além das que são transmitidas pelos OPC; possibilitam a identificação de categorias de alto risco na sociedade; viabilizam a conhecimento/compreensão do trabalho e funções dos OPC; e, por fim, fomentam a otimização/aperfeiçoamento dos programas de justiça criminal.

Quando se pensa em violência doméstica, tendencialmente articula-se esta dimensão com o género. É facto que este fenómeno tem sido alvo de profundos estudos e é evidente a preponderância em ordinariamente determinar que “os homens surgem mais frequentemente na qualidade de agressores e as mulheres mais frequentemente como vítimas” (Poiares, 2016, p.168). De acordo com Machado (2008), podemos determinar que

as diferenças de socialização em termos de género tendem a predispor as mulheres para uma maior conformidade com as normas sociais e mais distanciamento em relação a comportamentos de risco. De igual modo, as mulheres parecem estar mais sujeitas a processos de controlo social e de vigilância, que as parecem afastar com mais frequência de comportamentos desviantes (p.105).

1.1.2.1. A vítima

É importante rever o conceito de «vitimologia» para ser possível realizar um enquadramento da temática abordada e quando se pretende caraterizar a vítima. Vitimologia é a disciplina que se ocupa do estudo da vítima e cuja finalidade assenta na prevenção da vitimação, melhoria do bem-estar social e reparação dos eventuais danos causados pelo crime. Encarrega-se do estudo

científico dos impactos dos danos (físicos, psicológicos e financeiros) provocados a vítimas, bem como do estudo dos efeitos da intervenção do sistema de justiça criminal. Tem como foco a orientação do sistema por um ideal de justiça restauradora e a interação dos OPC com os sujeitos sociais envolvidos no processo de sanção do crime e de reparação dos danos provocados pelo mesmo. Etimologicamente, o conceito vítima deriva do latim «*victimāre*»⁶ e significa animal ou pessoa sacrificada a uma divindade. Outrora esta definição era perspetivada através de uma ótica religiosa, adquirindo atualmente a denominação de estado em que uma pessoa se encontra.

Os primeiros estudos debruçados na Vitimologia remontam ao final da década de 40. Com base nos postulados do nomeado o “pai” da disciplina, Benjamin Mendelsohn, Sengstock (1976) apresenta o culminar dos estudos do mesmo. A definição do conceito de «vítima» é ambígua, no sentido em que resulta de uma construção social e cultural. Porém, de acordo com a Declaração dos Princípios Básicos da Justiça para as Vítimas de Crime e de Abuso de Poder de 1985, apresentada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, vítima é

a pessoa que, individual ou coletivamente, sofreu danos, incluindo prejuízos físicos ou mentais, sofrimento emocional, perda económica ou comprometimento substancial dos seus direitos fundamentais, através de atos ou omissões que violem as leis criminais em vigor nos Estados-membros, incluindo as que proíbem o abuso de poder.

Para diversos autores, como Gonçalves e Machado (2002), o termo vítima pode ser decomposto de acordo com o tipo de vitimação, nomeadamente vítima primária, vítima secundária, vítima terciária/vicariante e vítima derivada. A vítima primária é aplicável ao sujeito (pessoa singular, grupo ou entidade institucional) que experienciou diretamente o delito; por sua vez, a vítima secundária refere-se ao sujeito (pessoa singular, grupo ou entidade institucional) que experienciou não só o delito, mas também é alvo de ofensa por parte do sistema de justiça criminal (ações que prolongam ou intensificam o trauma da vítima do delito); a vítima derivada aplica-se frequentemente aos amigos e familiares e refere-se

⁶ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/v%C3%ADtima>

aquele que não experiencia diretamente o delito mas que sofre as consequências diretas deste; e por fim, a vítima terciária, ou vicariante, que diz respeito ao sujeito que não está diretamente envolvido na experiência do delito mas que sofre os seus efeitos, isto é, as consequências do crime sofridas por outros sujeitos que não a vítima primária (por exemplo, o sofrimento provocado por imagens ou notícias difundidas pela comunicação social).

De acordo com os dados disponibilizados no mais recente Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica, datado de 2018, durante o ano de 2017 constatou-se que as vítimas de violência comumente são do sexo feminino (84%), com idades compreendidas entre os 25 (77%) e os 64 anos (85%), determinando uma média de 42 anos. 46% das mesmas eram casadas ou viviam em união de facto e cerca de 65% das vítimas possuíam habilitações literárias iguais ou inferiores ao 9º ano de escolaridade. 22% dispunha de habilitações literárias ao nível do ensino secundário e os restantes 10% a nível do ensino superior. No que diz respeito à situação profissional, 50% das vítimas eram empregadas.

1.1.2.2. O agressor

O estudo sobre os delinquentes/agressores está inserido no âmbito da Escola Positiva. Foi com esta que o foco de interesse transitou do estudo do delito, da figura central do crime (objeto de estudo da Escola Clássica Criminal), para o estudo do delincente. Assim, procura-se explicar a criminalidade através da predisposição para a prática de comportamentos criminais (onde se pretende determinar as diferenças entre delinquentes e não delinquentes). A escola positivista perspetiva o crime como uma ocorrência natural e defende-a como sendo um resultado do casualismo. Assim, nega que o crime seja fruto do livre-arbítrio para a prática de comportamentos delinquentes (como outrora defendiam os clássicos). De um ponto de vista empírico e da observação realizada, aprofundar o conhecimento do agressor/delincente é uma mais-valia. Neste campo, dispõe-se de três importantes autores: Lombroso, Garofalo e Ferri.

Primeiramente, Lombroso (ou como é conhecido, o pai da criminologia) dedicou-se ao estudo da antropologia criminal, ou seja, o estudo da existência de características/fatores biológicos que justificavam a prática de crimes; paralelamente, Garofalo, instituidor da palavra "criminologia"; e Ferri, que negou o livre-arbítrio ao delinquente.

De acordo com os dados disponibilizados no mais recente Relatório Anual da Monitorização de Violência Doméstica referente ao ano de 2018, constatou-se que os agressores (denunciados) comumente são do sexo masculino (85%), com idades compreendidas entre os 25 (75%) e os 64 anos (85%), determinando uma média de 43 anos. 39% dos denunciados eram casados ou viviam em união de facto e cerca de 60% das vítimas dispunham de habilitações literárias iguais ou inferiores ao 9º ano de escolaridade. 13% dispunham de habilitações literárias ao nível do ensino secundário e os restantes 10% a nível do ensino superior. No que diz respeito à situação profissional, 62% dos agressores eram empregados, 24% desempregados, 7% reformados e os restantes (7%) estudantes ou domésticos.

1.1.3. Abordagem jurídica da violência doméstica

A violência doméstica tem vindo a adquirir novos contornos jurídicos, uma vez que tem sofrido diversas alterações legislativas. No que diz respeito à problematização deste fenómeno, assiste-se à transformação da violência doméstica como problema social, que conflitua com a manutenção da segurança interna. A finalidade do direito é a procura pela verdade e justiça e, como tal, implica a imposição de normas. Segundo Poiares (2016), o direito representa a demonstração da vontade da sociedade influenciada, por sua vez, em aspetos relacionados com o contexto social histórico, político, cultural, económico e geográfico. O autor indica igualmente que

A jurisprudência defende que o traço distintivo deste crime reside no facto de o tipo legal prever e punir condutas perpetradas por quem atue um domínio sobre a vítima,

sobre a sua vida e/ou sobre a sua honra e/ou sobre a sua liberdade e que a reconduz a uma vivência de medo, tensão e subjugação (p.4).

A violência doméstica está maioritariamente associada à violência contra mulheres, visto que é a forma que mais se evidencia. Esta ocorre predominantemente no contexto da esfera privada, no ambiente familiar e, por conseguinte, no âmbito do casamento, mas pode também envolver qualquer outra relação interpessoal em que o ofensor conviva diretamente com a vítima (seja por laço de consanguinidade ou convivência) (Paulino & Rodrigues, 2016). A violência contra mulheres circunscrita a esta esfera encontra-se interligada com variadas formas de subordinação sejam na esfera social, económica, política, simbólica e ideológica (Magalhães, 2005, *in* Paulino & Rodrigues, 2016).

Esta ideia de subordinação está relacionada com as ideologias e crenças da cultura onde os indivíduos se encontram inseridos. O papel da mulher é inferiorizado com a premissa de que se deve sujeitar às vontades dos seus companheiros. A mulher é assim alvo de agressões por parte do marido uma vez que é vista como sua propriedade, uma ideia suportada pelos alicerces patriarcais das raízes históricas onde a violência exercida sobre a mulher, no casamento, se encontrava à margem da lei (Paulino & Rodrigues, 2016).

Conforme defendem Machado e Gonçalves (2003), o sistema judicial deverá ter a capacidade de se servir da ciência e da autoridade para intervir e adotar as medidas legais adequadas, no caso da violência doméstica. Outrora, o Código Penal Português revelava lacunas no que respeita a este tipo de crime, bem como no que concerne ao papel das mulheres na sociedade, conforme sustentado pela Constituição Portuguesa de 1933 (documento fundador do Estado Novo, em Portugal). O artigo 5º da presente Constituição consagrava que

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas (p.228).

A ideia concebida que inferioriza a mulher e o seu papel social foi alterada aquando a revolução de 1974, por meio da Constituição Política Portuguesa de 1976 (desenvolvida a partir das revisões constitucionais, nomeadamente em relação aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos). O artigo 12º da mesma Constituição (o Princípio da Universalidade) defende que “todos os cidadãos gozam dos direitos”, bem como o artigo 13º (Princípio da Igualdade) que afirma que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”. Também no mesmo documento está consagrado no artigo 36º (família, casamento e filiação) que “os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos”, não existindo qualquer exclusão em relação ao estatuto da mulher.

Porém, foi a partir dos anos 50 que a Organização das Nações Unidas investiu no combate à violência doméstica com a fundação da Comissão de Status da Mulher (responsável pela conceção de diversos tratados fundamentados em resoluções da Carta das Nações Unidas). Esta determina e define a igualdade de direitos entre homens e mulheres, que deverão ser aplicados sem diferenciação de qualquer índole. Foi então a partir dos anos 90, que a violência doméstica começou a ser alvo de interesse e estudo, tanto no domínio nacional como internacional, derivado à crescente apreensão e inquietação com o tema.

O conselho da Europa, na qualidade de Organização de Proteção dos Direitos Humanos na Europa, tem investido na elaboração de iniciativas destinadas à promoção da proteção de mulheres, no que respeita à violência. Um marco importante relativamente à violência doméstica é datado de 1993, quando o tema é referido pela primeira vez, no quadro europeu, mais concretamente na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Declaração de Viena, realizada em Viena, Áustria, de 14 a 25 de junho de 1993). A mesma procurou evidenciar a importância de diligenciar no sentido do término da

violência contra as mulheres na vida pública e privada, da eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres, da eliminação de estereótipos de género na administração da justiça e da erradicação de quaisquer conflitos que possam

surgir entre os direitos das mulheres e os efeitos nocivos de certas práticas tradicionais ou costumeiras, preconceitos culturais e extremismo religioso (p.24).

No âmbito da prevenção da violência contra a mulher, Portugal começou a empregar os Planos Nacionais para a Igualdade, tendo resultado no I Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades (datado de 1997), que defendia a igualdade no tratamento entre homens e mulheres, definindo-o como um princípio fundamental no direito português e comunitário.

Um outro marco importante no que concerne ao combate da violência doméstica refere-se à efetivação do primeiro Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, datado de 1999, cuja principal finalidade se prendia com a implementação de políticas que visavam proteger as vítimas, condenar os agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o país de estruturas de apoio e atendimento.

Segue-se a Lei nº 7/2000, de 27 de maio, que apresenta a alteração do Código Penal no que respeita ao artigo 152º, em que a violência doméstica passa a ser considerada um crime de natureza pública (bem como se sucedeu a reforma penal a 2007, que resultou na Lei n.º 59/2007, 4 de setembro no que se refere art.º 152º do CP). Mais tarde, em 2009, foi aprovada a Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, que determina o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas. No que concerne à Lei nº 19/2013, de 21 de fevereiro, foi realizada a 29ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, no caso particular da alínea b) do artigo 13.º que se refere às relações de namoro.

Sucederam-se diversos Planos, sendo o mais recente o V Plano Nacional De Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) que tem por base cinco áreas estratégicas de intervenção e as respetivas medidas que as integram: prevenir, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e promover a sua integração; intervir junto de agressores/as; formar e qualificar

profissionais; e investigar e monitorizar este fenómeno. É de notar que este plano surge com base nos fundamentos da Convenção de Istambul e arroga-se como transformação do paradigma nas políticas públicas nacionais de combate à violação dos direitos, liberdades e garantias de género, nos quais se encontra inserida a violência doméstica.

A Convenção de Istambul (Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica) emerge em 2011, de onde se realça Portugal como o primeiro Estado-membro da União Europeia a homologar o mesmo. Distingue-se pelos principais pressupostos: condenação de todas as formas de violência contra mulheres, bem como a violência doméstica; reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres como um fator decisivo para a prevenção da violência contra mulheres; reconhecimento da violência contra mulheres como uma forma de poder que conduziu, durante décadas, à dominação e discriminação das mulheres pelos homens; reconhecimento do género como natureza estrutural da violência contra mulheres; reconhecimento da inequívoca exposição das mulheres a gravíssimas formas de violência, nomeadamente violência doméstica, o assédio sexual, a violação, o casamento forçado, os chamados “crimes de honra” e a mutilação genital; reconhecimento das violações requente dos direitos humanos, no caso particular das mulheres, despoletadas pelo aumento da violência com base no género; reconhecimento de que as mulheres são mais vulneráveis à violência que os homens; reconhecimento de que o homem também pode ser vítima de violência doméstica, no entanto a mulher é desproporcionalmente mais afetada; e por fim, reconhecimento de que as crianças igualmente são vítimas da violência doméstica, principalmente como testemunhas de violência no seio da família.

De acordo com Paulino e Rodrigues (2016), a presente Convenção visa a proteção das mulheres contra todas as formas de violência, nomeadamente à sua proteção, criminalização e consequentemente prevenção, com vista à erradicação da violência contra mulheres e a violência doméstica.

Assim, e conforme defende Poiars (2016)

O que importa é que os factos, isolados ou reiterados, apreciados à luz da intimidade do lar e da repercussão que eles possam ter na possibilidade da vida em comum, coloquem a pessoa ofendida numa situação que se deva considerar de vítima, mais ou menos permanente, de um tratamento incompatível com a sua dignidade e liberdade, dentro do ambiente conjugal (p.196).

Atualmente, e terminado o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, a Resolução da Assembleia da República nº 115/2017 propõe ao Governo a implementação de medidas de prevenção e combate a situações de violência. De entre diversas alterações, a mesma resolução, aprovada a 21 de abril de 2017, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição⁷, indigita que o Governo incremente um extenso debate público acerca do tema que envolva a Assembleia da República e a comunidade, cuja finalidade assenta na apresentação do VI Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

De seguida, surge a Lei nº 16/2018, de 27 de março. A mesma lei corresponde à 45ª alteração efetuada ao código penal (aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro) e compreende os crimes cometidos no âmbito de uma relação de namoro, bem como contra jornalistas no exercício de funções, reforçando a sua proteção jurídico-penal como previstos na qualificação de homicídio.

Por fim, o marco mais recente a evidenciar no que respeita à criminalização da violência doméstica, refere-se à Diretiva nº 5/2019, de 4 de dezembro, que estabelece procedimentos específicos a observar pelos magistrados e agentes do Ministério Público na área da violência doméstica. Esta diretiva foi delineada no sentido de “dotar os magistrados do Ministério Público (MMP) de orientações de atuação uniforme nos segmentos identificados como especialmente carecidos de

⁷Constituição da República Portuguesa de 1976, artigo 166º, nº 5: Revestem a forma de resolução os demais atos da Assembleia da República, bem como os atos da Comissão Permanente previstos nas alíneas e) e f) do nº 3 do artigo 179º.

intervenção padronizada”⁸ (Diário da República nº 233/2019, Série II de 2019-12-04).

1.1.4. Núcleos de Atendimento a vítimas de violência doméstica

O combate à violência doméstica é eficiente se resultar da articulação e reunião de esforços, isto é, se resultar num trabalho em rede, pois desta forma é possível garantir a organização e disseminação de estratégias e informação (Quaresma, 2012). Assim, é necessário que as vítimas disponham de recursos e estruturas de apoio a nível local, regional e nacional, que emergem através da articulação das entidades públicas e privadas. As estruturas existentes prestam apoio a nível do acolhimento domiciliário, bem como atendimento e acompanhamento não domiciliário, apoio esse que pode ser prestado telefonicamente e presencialmente.

As estruturas de acolhimento são compostas por Casas Abrigo e Comunidades de Inserção. As Casas Abrigo são estruturas de apoio especializado que garantem o acolhimento domiciliário temporário a mulheres vítimas de violência doméstica, bem como os seus filhos, e prestam apoio psicológico, jurídico e social para uma posterior reinserção social. Existem atualmente 39 casas abrigo, de norte a sul do país, nomeadamente em 14 distritos, incluindo Açores e Madeira. Por sua vez, as Comunidades de Inserção são instrumentos predispostos para distintas problemáticas sociais, que procuram assegurar o acolhimento domiciliário temporário a todos os cidadãos que se encontrem em situações de exclusão ou risco social.

As estruturas de atendimento dizem respeito ao atendimento telefónico e/ou presencial e podem ser divididas entre estruturas de atendimento especializado e não especializado. O atendimento telefónico constitui um serviço confidencial e anónimo, garantido por técnicos especializados, que prestam apoio psicológico, jurídico e social às vítimas, bem como informação sobre os seus

⁸ <https://dre.pt/home/-/dre/126870404/details/maximized>, consultado a 13/04/2020

direitos e recursos existentes. Primeiramente, as estruturas de atendimento especializado são unidades especializadas, como núcleos, centros e gabinetes públicos e privados, que garantem o atendimento, tratamento e encaminhamento das vítimas de violência doméstica. Estas são denominadas de Rede Nacional de Núcleos de Atendimento para Vítimas de Violência Doméstica. De seguida, as Estruturas de Atendimento e Apoio Não Especializadas prestam apoio a todos os cidadãos que se encontrem em situação de exclusão ou risco social (incluindo vítimas de violência doméstica), assegurando a informação e aconselhamento acerca de questões relativas a igualdade de género e também violência doméstica. A principal particularidade assenta na dinamização realizada pelas Câmaras Municipais.

Também as forças de segurança dispõem de estruturas que auxiliam e prestam apoio às vítimas de violência doméstica, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. A GNR possui estruturas especializadas para o atendimento de vítimas de crime, compostas por especialistas habilitados no tratamento da problemática da violência doméstica, denominadas de Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), bem como as Equipas de Investigação e Inquérito (EII). No caso da PSP, a mesma dispõe de Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), cujo principal objetivo assenta na prestação de apoio e atendimento às vítimas de crime e encaminhamento e acompanhamento pós-vitimação.

O panorama e incidência da violência doméstica tem aumentado, bem como a percentagem de vitimação masculina nesta matéria. Face a este aumento, e na tentativa de apresentar uma resposta específica para estas vítimas, foi desenvolvido um projeto-piloto no Algarve, com vista à criação de uma Casa Abrigo masculina.

Assente na mesma premissa, também foi aberto o primeiro centro de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo), sediada em Matosinhos. Tem como principal objetivo apresentar respostas específicas a vítimas que sejam que são

suscetíveis a um duplo estigma, a quem sofre o “insulto que recai sobre sua identidade e orientação sexual, isto é, ao juízo avaliativo negativo acerca da homossexualidade e da bissexualidade e aos estilos de vida associados, e ao estigma que envolve as situações de violência conjugal” (Topa, 2010).

1.2. Da delinquência juvenil

A definição de delinquência juvenil é igualmente ambígua. Cada sociedade tem a sua forma particular de encarar e categorizar a infância e, conseqüentemente, o papel da criança. Durante muitos séculos, as crianças eram exploradas e forçadas a trabalhar ao lado do adulto. Porém, foi a partir da Idade Média que a forma de olhar as crianças foi substituída por uma perspectiva de atenção e cuidado extremos com o seu bem-estar. “As crianças são seres distintos dos adultos e dessa forma devem ser cuidadas de forma diferente” e foi através desta ótica que aflorou o conceito de infância pois reforçou “a ideia de que as crianças são um valor em si mesmas e que devido à sua fragilidade e simplicidade deviam ser objeto de proteção enquanto não fossem devidamente preparadas para enfrentarem o mundo adulto” (Ferreira, 1997, p.194).

Assim, delinquência juvenil é o termo empregue a transgressões ou comportamentos desviantes/antissociais protagonizados por indivíduos infantojuvenis que, sendo um assunto mediático, tem produzido grande impacto na opinião pública, perpetuando a sua visibilidade e preocupação (Duarte, 2012). De acordo com Pingeon (1982), a delinquência juvenil pode ser considerada um critério de um processo normal de socialização, visto que são as respostas sociais que determinaram que este fenómeno seria definido como uma patologia (isto é, era a patologia que se seguia à delinquência). Se conceituarmos a delinquência como uma patologia, “mais do que estigmatizar importa, muitas vezes, assumi-la como estratégia de socialização em que o jovem é muitas vezes vítima da constelação familiar, do sistema escolar, da situação sociocultural e dum universo subtilmente repressivo” (Benavente, 2002, p.638).

Está, por isso, na base da união de dois conceitos: delinquente (aquele que praticou um delito, infringindo uma lei ou norma moral) e juvenil (aquele cuja idade não ultrapassa os 16 anos). É evidente a crescente envolvimento de jovens em condutas criminais e conseqüentemente, é igualmente inequívoca a crescente sofisticação deste tipo de delinquência. Por conseguinte, o delinquente é aquele que, instigado por causas endógenas e exógenas, envereda por um trajeto de vida apetrechado de condutas transgressivas e delituosas, causas essas que poderão ser de índole genética, psicológica, patológica, económica, sociológica ou familiar. Conforme Martins (2005) afirma

Esta designação, embora relacionada com a conduta antissocial, porque a primeira pressupõe em geral esta última, pode dela diferenciar-se, na medida em que sob a designação de conduta antissocial se incluem os comportamentos que desrespeitam os outros e violam as normas de uma determinada comunidade (p.96).

A delinquência juvenil está incorporada nos estudos realizados pela Criminologia, sendo esta, segundo Dias e Andrade (1997), uma disciplina cujo estudo científico é dedicado aos fatores e processos que se interligam à prática de fatos criminosos, considerados pelas instâncias de controlo social como graves.

São diversas as teorias elucidativas relativas aos comportamentos delinquentes e, segundo Ferreira (1997), as explicações podem ser agrupadas em dois grupos – o grupo de delinquente subsocializado e delinquente socializado. A designação delinquente subsocializado considera o controlo social e a sua importância, supondo que a ausência de laços vinculativos são a principal justificação da conduta delinquente, isto é, as relações sociais estabelecidas com os outros e com as instituições convencionais, entre a ordem social e o menor, sendo que quanto menos estiver sujeito ao controlo, mais provável será o ato delinquente. Nesta ótica, as relações familiares são um elo fundamental, agindo contra as influências desviantes. No entanto, quando esta é comprometida e a estrutura familiar é quebrada, a capacidade de supervisão e controlo é nula, propiciando a ocorrência de delinquência. Paralelamente, o conceito «delinquente socializado» respeita à aprendizagem do comportamento desviante

a que o indivíduo está exposto por parte dos que o rodeiam. Segundo Ferreira (1997)

As definições sociais são assimiladas em virtude das consequências proporcionadas pelo reforço dos comportamentos que são consistentes com os valores, normas e atitudes das pessoas — família, amigos, professores, etc. — com quem se relacionam. Deste modo, as crianças podem definir favoravelmente comportamentos delinquentes em virtude da exposição às ações de outros cujas definições desses comportamentos são positivas (p.918).

Conforme Costa (1999) afirma, a delinquência juvenil surge maioritariamente em populações desfavorecidas e etnicamente inferiores, como consequência do enfraquecimento institucional dos fatores convencionais de socialização, do deficitário sistema de reintegração e do evidente aumento do desemprego. Esta é o resultado da desviância de uma conduta normativa e pode ser explanada, segundo Matza e Sykes (1961), através de duas perspetivas: primeiro, a delinquência juvenil pode ser vista como corolário do ambiente desviante envolvente; paralelamente, a delinquência juvenil pode ser justificada como resultado de distúrbios de personalidade ou conflitos emocionais, intrínsecos ao indivíduo.

É importante referir que este fenómeno é transversal às diferentes classes sociais. Embora seja evidente uma maior preponderância da sua ocorrência em classes mais baixas, também ocorre nas classes mais altas ainda que com diferente frequência e intensidade (Carvalho, 2000). Outrora, Albert Cohen (1955) apresentou a Teoria Subcultura delinquente na sua obra *Delinquent Boys*, que diz respeito à teoria do consenso em que a aceitação de valores e características fomenta a prática e imposição dos mesmos como sendo seus, no caso particular das minorias. Este processo conduz à negação e rejeição dos valores sociais normativos, pelo que Cohen defendia que a delinquência se manifesta como mecanismo de ajuste a uma realidade à qual o indivíduo não se consegue adaptar, originando assim uma subcultura delinquente com base na criação das suas próprias regras e normas. Cohen fundamenta esta subcultura com base em três fatores: o não utilitarismo da ação (isto é, a ausência de

motivação racional na prática de delitos), a malícia nas condutas (a prática de delitos como gerador de adrenalina e prazer) e, por fim, o negativismo (o inverso dos padrões normativos da sociedade e, por isso, a sensação de rejeitado).

Segundo Weiner (1995), as condutas delinquentes distinguem-se de acordo com o seu grau de gravidade. Podem ser graves (contra pessoas ou bens), pequenos delitos (nomeadamente vandalismo ou conduta desordeira) ou condutas que se restringem apenas ao estatuto de jovem (como, por exemplo, fugir de casa). Face à crescente atenção prestada à previsão da conduta antissocial, Loeber e Hay (1997) conseguiram delinear um modelo que traçava três caminhos possíveis para o desenvolvimento da conduta antissocial e/ou delinquência, no período compreendido entre a infância e a adolescência: numa primeira fase, agressões menores; numa segunda fase, lutas físicas; numa terceira fase, o exercício de violência.

A temática da delinquência juvenil é a responsável pelo estudo do sistema de justiça de menores, focando a intervenção tutelar educativa como último *ratio* e a legitimação, fundamentação e intervenção tutelar educativa. Visa igualmente analisar a (des)articulação entre o sistema de Promoção e Proteção e o Tutelar Educativo e esta com a justiça penal, bem como analisa os caminhos e metas da justiça de menores. Se em indivíduos adultos é necessário prestar atenção aos potenciadores ou fatores de risco do comportamento desviante, no universo juvenil este fator, para além de obrigatório, é prioritário (Carvalho, 2013).

1.2.1. Juventude e desvio

A fusão entre a juventude e a criminalidade é um fenómeno que é considerado um problema social. Segundo Silva e Lopes (2009), a juventude pode ser encarada como uma categoria sociológica no sentido em que é definida como o processo de preparação do sujeito na transição para a vida adulta. "Nas sociedades atuais, a juventude constrói-se num contexto de profundas transformações culturais, sociais e económicas que podem induzir ruturas várias

nas etapas de transição para a idade adulta tornando-se, pois, numa condição de risco” (Perista *et al*, 2012, p.7). Assiste-se, portanto, a um lesto envelhecimento populacional e um decréscimo no número de jovens, paralelamente a um aumento exponencial na criminalidade juvenil. Por conseguinte, a violência juvenil, a delinquência e as condutas criminais e antissociais têm suscitado um crescente sentimento de preocupação e apreensão nas sociedades industrializadas.

Definido pelo Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora, o conceito juventude é caracterizado pela “quadra da vida em que se é jovem”, dimanando do latim «*juventūte*»⁹ e diz respeito à idade compreendida entre a infância e a idade adulta, de formação da identidade. Porém, é necessária a consciencialização de que a definição de juventude é ambígua no sentido em que depende de diversas variáveis, nomeadamente a maturidade física/psicológica, a formação, a educação, os valores morais, o fruto das relações sociais, entre outros. Concomitantemente, o conceito de “jovem” depende de parâmetros sociais e culturais de acordo com a sociedade/cultura em que se encontra inserido e tem vindo a sofrer mutações ao longo do tempo.

Conforme indicado por Machado Pais (1990), o conceito de juventude é perspectivado como uma “categoria socialmente manipulada e manipulável” (p.140). Também Bourdieu outrora referiu que a juventude é uma fase propícia à manipulação quando se defende que os jovens são como “unidades sociais”, com interesses comuns, sendo que estes interesses se encontram em determinada faixa etária (Bourdieu, 1983 *in* Machado Pais, 1990). A juventude é, portanto, marcada por uma fase da vida em que é incessante a procura por autonomia e independência e, face à persistência na supervisão parental, os jovens recorrem a comportamentos desviantes de forma a desafiar os seus tutores, bem como a impressionar e a solicitar aceitação por parte dos seus pares.

⁹ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/juventude> (consultado a 10/02/2019)

O estudo e compreensão da juventude como facto histórico, político e cultural na Europa tem origem no final do século XIX quando a mesma temática começou a ser objeto de investigação. Foi da relação da juventude com o desvio que surgiu a delinquência juvenil (Braconnier & Marcelli 2000).

O conceito de desvio, no âmbito das ciências sociais, é definido como o desencaminhamento da norma, e diz respeito à falta de concordância mediante as normas ou requisitos sociais. Apenas é possível determinar se um comportamento é desviante se for devidamente enquadrado na sociedade em que eclode. Isto porque cada sociedade apresenta individualmente a sua definição de norma socialmente admissível e delineia a definição de comportamento desviante. O desvio pode ser perspectivado como "a infração de alguma regra geralmente aceite" ou "a falha em obedecer a regras do grupo" (Becker, 2009, p.21).

O desvio, na qualidade de fenómeno social, encaminha o estudo para um amplo domínio de análise, delimitado pelas relações entre sujeitos, entidades e conjuntos de normas que procuram circunscrever e direccionar as ações dos indivíduos numa determinada circunstância (Becker, 1963 *in* Carvalho, 2005). Merton (*in* Carvalho, 2013) dividiu o conceito de desvio em duas subcategorias: desvios associais (atores sociais que se colocam à margem da sociedade) e as condutas desviantes (delinquências que originam a aplicação de sanções). Paralelamente ao conceito de desvio, surge o conceito de marginalidade que diz respeito, de acordo com Geremek (1998), àquele que não respeita o papel que lhe foi atribuído pela sociedade e que não acata aquilo que lhe é esperado enquanto ator social, negando todos os seus valores. Está, assim, à margem da sociedade.

Perante esta desviância, todos aqueles que se encontravam fora do modelo normativo eram remetidos para entidades distanciadas do seio da sociedade. Isto porque estas mesmas instituições, denominadas por Foucault (1979) de "instituições totais", operavam com base na disciplina e controlo sobre vários grupos que eram categorizados como inadequados, no âmbito social,

incluindo crianças e adolescentes. As crianças e jovens que protagonizam comportamentos delinquentes tendencialmente possuem problemas comportamentais, sejam características genéticas, emocionais, comportamentais e sociais, categorizados como fatores de risco individuais (Pral, 2007). Segundo Nardi e Dell'Aglio (2010), a empatia, as carências emocionais, a ausência de controlo de emoções, a inexistência de reconhecimento e assunção de culpa e a incapacidade de compreensão das consequências conduz à escolha de um caminho transgressivo, visto que estas crianças e jovens não são capazes de acatar e interiorizar regras e normas.

1.2.2. Família, escola e grupo de pares

É na fase da adolescência que os indivíduos tendem a adotar comportamentos desviantes e de risco como veículo de teste dos seus limites, obtenção de liberdade e desenvolvimento da autonomia, do mesmo modo que colocam à prova o autocontrolo e o controlo social (Silva, 2016).

O autocontrolo, por sua vez, foi considerado por Gottfredson e Hirschi (1990) em Teoria Geral do Crime como o principal responsável pela origem e prática dos comportamentos delinquentes. Afirmam ainda que estes mesmos comportamentos proporcionam ao sujeito momentos de excitação e prazer imediato, sendo que são fundamentalmente atraídos indivíduos com baixo autocontrolo cujos comportamentos eram geralmente impulsivos e egocêntricos. Segundo Cusson (2011), os delinquentes reincidem com a ânsia de, não só recolher os ganhos materiais, mas também sentir o prazer e a euforia que o crime lhes proporciona: "A noção de estilo de vida delinquente deixa adivinhar a razão de uma minoria de criminosos reincidirem vezes sem conta: esta vida é fácil, excitante, divertida, apaixonante, e a delinquência faz parte integrante dela." (p.136).

Porém, outros autores como Longshore, Turner e Stein (1996) e Pratt e Cullen (2000) rejeitam a ideia de que o autocontrolo é a principal causa de

práticas transgressivas, defendendo que a ausência de autocontrolo potencia a prática de comportamentos desviantes, mas não obriga à sua ocorrência. A prática de condutas desta natureza é influenciada por vários fatores que condicionam o desenvolvimento individual e social dos jovens, reunindo um vasto leque de impulsionadores sejam eles fatores individuais, bioantropológicos e sociais. Estes podem ser divididos em duas tipologias motivacionais: motivações internas e motivações externas.

As motivações internas são intrínsecas ao agente e podem resultar de fatores individuais (existência ou não de anomalias mentais e/ou comportamentais que condicionem o discernimento, garantindo uma aptidão inata à prática de delitos, contemplando o baixo QI, o insucesso escolar, comportamentos como a hiperatividade e/ou a impulsividade) ou sociais (a pobreza, racismo, baixa escolaridade e desigualdade socioeconómica). A par destas, situam-se as motivações externas, que ocorrem externamente ao agente; podem resultar de fatores familiares (fruto de uma pobre supervisão parental, disciplina inconsistente e/ou marcada pelo autoritarismo, negligência ou abuso físico na infância, pobre vinculação afetiva e envolvimento criança-pais, conflitos parentais), escolares (fraca vinculação, absentismo, abandono escolar e comportamento antissocial e delinquente em contexto escolar), ou socioeconómicos e sociais (como a pobreza, o fato de residir em zonas socialmente “vulneráveis”, o que pressupõe a acumulação de desvantagens sociais e de elevados índices de comportamentos delinquentes e de desordem social) (Castro, 2012).

As relações familiares são as mais importantes, pois são estas as primeiras com as quais a criança/jovem tem contacto após o nascimento e que perduram durante a fase da adolescência. Laraia (1986) defende que “qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado” (p.17). São estas relações fulcrais na compreensão e investigação da eclosão da delinquência juvenil, uma vez que a influência protetora da relação-família, como primeiro autor de socializador, se

molda em três elementos basilares: a supervisão parental, o estabelecimento das figuras parentais (tutores) e a comunicação entre progenitores e filhos (Ferreira, 1997). Segundo Nardi e Dell’Aglia (2010), as práticas educativas parentais ineficientes são os primeiros determinantes do comportamento antissocial. Mediante uma postura e vínculos familiares elencados em comunicação, compreensão e tolerância, os jovens jamais se sentiriam inseguros e abandonados, diminuindo a probabilidade de tentarem conquistar ou afirmar a sua identidade e aceitação noutros grupos sociais. Assim, e de acordo com Patterson, Reid e Dishion (1992), é esta a primeira etapa do modelo de desenvolvimento do comportamento antissocial que delinearam.

O fator que se segue é a escola. Jovens com fraco aproveitamento ou sucesso escolar tendem a adotar comportamentos desviantes, uma vez que não estabelecem um laço afetivo com os professores, os colegas e o meio escolar em si, o que conduz ao termo indisciplina (que pode estar na base da compreensão da violência nas escolas). Creem Patterson, Reid e Dishion (1992) que o período de entrada para a escola constitui a segunda etapa do modelo de desenvolvimento do comportamento antissocial, sendo esta etapa é caracterizada como o momento de transição em que a criança/jovem alarga o seu leque de relações e inicia relações sociais fora do contexto familiar. Conforme Ferreira (1999), a escola acentuou o isolamento dos jovens, procurando afastá-los da mediação adulta. Este isolamento conduz ao reforço das relações e comunicação entre os grupos de pares, contribuindo para o aparecimento de comportamentos e influências responsáveis pelo desenvolvimento e afirmação da identidade individual.

Como resultado da etapa supra, segue-se o terceiro fator: o grupo de pares. Intimamente ligado com o fator escola, através das carências familiares e académicas, o jovem sente-se motivado a procurar um grupo que o aceite e que partilhe as mesmas crenças e comportamentos. No ambiente escolar, o jovem estará exposto a outros indivíduos oriundos de diferentes origens económicas, culturais, religiosas. De acordo com Ferreira (1999), numa primeira fase o jovem

procurará estabelecer contacto e comunicar com pessoas provindas do mesmo meio social e económico do qual todo aquele que for diferente pode originar conflitos. Numa segunda fase, o jovem procurará criar laços com pessoas diferentes, cujas trajetórias de vida são distintas. É nesta fase que o fator escola exerce controlo, no caso particular dos jovens que sofrem de uma forma permanente de carências sociais.

Uma vez que as relações familiares podem influenciar positiva ou negativamente o adolescente (se o jovem não recebe afetos e atenção familiar), este procura obter os mesmos junto de outros grupos sociais que tendencialmente são grupos caracterizados pelas mesmas falências sociais e que possuem comportamentos desviantes (Carvalho, 2012).

1.2.3. Teorias explicativas da delinquência juvenil

O fenómeno da delinquência juvenil é considerado uma das principais preocupações públicas. É face a este problema que foram delineadas diversas hipóteses explicativas que resultaram da necessidade de esboçar teorias com o principal objetivo de compreender de que modo a inexistência de vínculos pode constituir um fator de risco crucial na prática de comportamentos desviantes. O elemento principal que sustenta e relaciona as teorias que serão apresentadas será a socialização, visto que os laços sociais ou a carência dos mesmos influenciam direta ou indiretamente o jovem. Para dar sustento a esta afirmação, segue-se a explanação das diversas teorias.

1.2.3.1. Teoria do Laço de Hirschi

A teoria do laço social, postulada por Hirschi (1969), sugere a categorização dos laços sociais que unem o indivíduo ao meio ambiente e que, consequentemente, previnem que o mesmo cometa desvios. Considera também que a norma eclode do consenso social e, por conseguinte, a delinquência surge da infração dessa mesma norma. Assim, Pasqual *et al*, (1987) afirma que, quanto

mais consolidados são os laços sociais, menos probabilidade existe de ocorrer a delinquência.

São assim delineados quatro elementos constituintes do laço social: as crenças, o empenho, o investimento e a vinculação (Hirschi 1969, *in* Born, 2005). Primeiramente, as crenças dizem respeito à aceitação do indivíduo relativamente às normas e anuência em relação aos valores da sociedade, sendo que esta depende diretamente da intensidade da consolidação dos laços sociais e vinculação dos sujeitos ao meio ambiente; de seguida, o empenho concerne à consciencialização, no sentido em que permite ao indivíduo antecipar as consequências negativas, pois propicia a comparação das vantagens e desvantagens das atitudes delinquentes, optando por comportamentos normativos; em terceiro lugar surge o investimento, isto é, a quantidade de tempo dispensada no alcance dos objetivos normativos, objetivos estes positivos e recompensantes; por fim, a vinculação que se refere aos laços sociais estabelecidos entre o indivíduo e a família, escola e grupo de pares.

Posto isto, é importante salientar que, quando os laços sociais acima descritos são frágeis ou inexistentes, a probabilidade de o indivíduo enveredar por trajetos delinquentes é substancialmente superior. Segundo Born (2005), a tónica da teoria de Hirschi prende-se com o facto de não se basear exclusivamente na análise do indivíduo, mas também da sociedade e respetiva relação com a normatividade. Assiste-se à centralização do processo de socialização que conduz a criança, o adolescente e posteriormente o adulto a optar por comportamentos coadunantes com aqueles com quem socializa.

1.2.3.2. Teoria da Anomia

A teoria da anomia pode ser perspectivada através de duas óticas, nomeadamente de Durkheim e Merton. Durkheim, através das obras *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897), procurou estabelecer os desígnios e o conceito de anomia, sendo que o define como uma condição de desagregação

social. Para Durkheim, o desvio ocorre quando o ser humano é incapaz de satisfazer na plenitude as suas extinguíveis pretensões. É com base nesta insatisfação que é evidente a disparidade dos desejos e os meios necessários para a satisfação dos mesmos, surgindo maioritariamente em períodos em que existe uma rutura abrupta do equilíbrio comunitário. Estes momentos de rutura são, portanto, denominados anomia.

Paralelamente Merton, através da obra *Teoria e Estrutura Sociais* (1949) (artigo outrora denominado de *Estrutura Social e Anomia*, datado de 1938), defendia que a anomia resultava de um conflito socialmente estabelecido, decursiva da discordância entre a estrutura cultural (responsável pela delimitação dos objetivos e desejos comunitários) e a estrutura social (responsável pela delimitação dos meios necessários para obtenção dos objetivos e desejos comunitários). É mediante a incapacidade de satisfação das ambições e desejos que surge a frustração e que, conseqüentemente, conduz à decisão de enveredar por trajetos delinquentes. Merton, por sua vez, ocupa-se de apresentar as diferenças entre as estruturas, social e cultural, e o impacto que as mesmas têm perante indivíduos socializados. Defende que as ambições do sujeito não são incitadas ao ser humano, mas sim aspetos incutidos pelo próprio meio envolvente, pela sociedade. Assim, indica que a anomia não é definida pela inexistência de normas, mas sim, numa primeira fase, com a interação do sistema social que procura estimular os seus constituintes atribuindo-lhes metas e, numa segunda fase, com a escassa relevância imputada à legitimidade dos meios empregues.

1.2.3.3. Teoria da Associação Diferencial

A Teoria da Associação Diferencial, postulada por Sutherland na sua obra *Principles of Criminology* (1939), baseia-se na análise dos atos delinquentes como comportamentos assimilados. Em 1947 surge a obra *The most influential textbook in the history of Criminology* e é nesta que Sutherland apura que os comportamentos criminosos não se baseiam apenas no puro julgamento do indivíduo, mas sim na influência e comunicação com outros pares e até mesmo

com a própria sociedade. Esta teoria surge após Sutherland ter defendido que a criminalidade de colarinho branco surge de um processo de aprendizagem e o mesmo se aplica a todas as criminalidades organizadas. Isto ocorre, pois, o sujeito estabelecia contacto direto e indireto com aqueles que praticavam comportamentos delinquentes e se distanciavam daqueles que mantinham um contato próximo e constante com os comportamentos normativos.

São estas influências que validam a compreensão dos indivíduos sobre as normas e valores da sociedade. Desta forma, o indivíduo revela-se capaz de compreender o que é aceitável, no entanto, não é capaz de compreender o inaceitável. A interação e a observação permitem ao sujeito adotar os comportamentos semelhantes aos do grupo (família, amigos, colegas) onde se encontra inserido. Com isto defende que os delinquentes não são intrinsecamente criminosos, mas que aprenderam e optaram pelo desvio, visto que foram instruídos a discernir entre o aceitável e o inaceitável, o certo e o errado. Esta associação consistia num distanciamento dos indivíduos que condenavam a violação e numa aproximação dos indivíduos que compactuavam com a mesma. Isto faria com que estes se identificassem com aqueles que optavam pelo incumprimento da norma (Sutherland, 2012, p.240).

1.2.3.4. Teoria da Rotulagem

Becker (1963) foi um dos principais precursores desta teoria. Defende, antes de mais, que o desvio é fruto da interação com os outros e deverá ser considerado uma consequência da não-aceitação de normas, isto é, "o desvio é uma propriedade, não do próprio comportamento, mas da interação entre a pessoa que comete o ato e as que reagem a esse ato" (Becker, 1963, p.9). Segundo Machado (2008), a teoria da rotulagem encarregou-se de tentar entender a razão pela qual certos indivíduos são considerados criminosos e outros não. As normas que os grupos sociais empregam estigmatizam o sujeito e originam uma rotulagem negativa, produtora do desvio.

Gonçalves (2008) alega que a teoria da rotulagem surge como consequência de uma profunda divisão social entre duas classes: os rotulados e quem rotula. Emerge, portanto, uma forma de controlo social simbólico. Becker (1963) defende que é considerado conduta desviante aquela que os cidadãos definem como tal. Argumenta ainda que a perceção do desvio está condicionada com quem avalia o mesmo e o define como tal, pois depende do grupo social e cultura em que se está inserido. É na sua obra *Outsiders* que Becker introduz esta teoria a partir da ideia de que, do estudo do desvio, nascem as relações de poder e, conseqüentemente, quem não se conforma e adapta às normas da sociedade, é apelidado de *outsider*. Aqui, Becker defende também que a teoria exposta é muito mais do que a existência de uma conduta desviante face à norma, no sentido em que o desvio não é uma peculiaridade daquele que o pratica, mas sim um efeito da utilização, por parte dos outros, de normas e punições perante o indivíduo desviante.

1.2.4. Abordagem jurídica da delinquência juvenil

A delinquência juvenil tem sido alvo de intensivos estudos, já que tem vindo a adquirir maior relevância derivado ao aumento da sua ocorrência e reiteração. Este fenómeno ocorre quando o jovem rompe com o mínimo ético e social em que se baseia a vida em comunidade (Pais, 2016). A partir do momento em que este ofende os bens jurídicos, protegidos pelo direito penal, o Estado vê-se forçado a intervir repreensivamente em relação ao jovem, uma vez que este ofende diretamente os princípios basilares da vida social. Esta repreensão é fundamentada com o principal objetivo de proporcionar ao delinquente a oportunidade de rever as suas ações e compreender as normas vitais e indispensáveis da vida em comunidade e face às quais qualquer ser humano deve respeito e aquiescência.

O Estado esteia a sua intervenção sempre que se assista a um comportamento delinquente que revele um rompimento dos princípios basilares da ordem jurídica. Aqui, o Estado é legítimo de educar o jovem para o direito de

forma independente daqueles que são os detentores legais das responsabilidades parentais. Surge então a intervenção tutelar educativa, cujo principal objetivo se baseia no auxílio prestado no que respeita ao desenvolvimento da personalidade de forma responsável e normativa (E-BOOK abril 2015: Centro de Estudos Judiciários – Intervenção Tutelar Educativa).

Após o ano de 2001, denotou-se um afastamento das leis delineadas e aplicáveis a menores, nomeadamente entre a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (originalmente designada a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) e a Lei Tutelar Educativa (originalmente designada a Lei n.º 166/99 de 14 de setembro). A LPCJP, cuja intervenção se destina a vítimas menores, foi redigida com vista à promoção dos direitos e à proteção das crianças e jovens em perigo, com o principal objetivo de salvaguardar o seu bem-estar e desenvolvimento social, psicológico e físico. Paralelamente, a LTE foi redigida com o propósito na educação do menor para o direito e a sua reinserção, de forma plena, íntegra e consciente, na sociedade, bem como está direcionada para aqueles que, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, praticam atos ilícitos e que justifique a aplicação de medidas tutelares educativas.

O primeiro marco importante no que respeita à delinquência juvenil remonta o ano de 1985 nas regras de Beijing, parte integrante das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores. Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985, têm como principal objetivo a promoção do bem-estar do jovem e da sua família. Para tal, regista-se o compromisso dos Estados Membros em conceber as circunstâncias necessárias que proporcionem aos jovens a garantia de um crescimento e desenvolvimento estável, com acesso à educação, e que permita a vida em comunidade. Para a preservação da paz e harmonia da sociedade, e para a promoção do bem-estar e estabilidade do jovem, é prioritário restringir a intervenção nos termos da lei e proceder de forma eficiente, íntegra e indulgente para com o jovem delinquente.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (p.6). À semelhança dos anteriores, a presente convenção é baseada também no interesse da criança/jovem e tem como principal objetivo assegurar o pleno bem-estar da mesma. No que respeita à delinquência juvenil defende o artigo 40º da presente convenção que a criança/jovem que seja considerada suspeita, seja acusada ou que lhe seja reconhecida culpa tem direito às garantias mínimas de natureza processual, sejam elas a presunção da inocência, notificação da acusação, direito ao silêncio, patrocínio judiciário e, por fim, presença dos pais. Assim, o jovem tem direito às garantias acima descritas, bem como a uma assistência jurídica ou outra adequada à sua defesa.

Um outro marco importante no que respeita à abordagem jurídica da delinquência juvenil é datado de 1990 e relaciona-se com os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Princípios Orientadores de Riade). Adotados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/112, de 14 de dezembro de 1990, foram redigidos com o principal objetivo de prevenir a delinquência juvenil e, consequentemente, prevenir o crime. Defendem que a prevenção tem que ser um objetivo comum e só será bem-sucedida se for desenvolvida por toda a comunidade. Com isto, é pretendida a promoção da personalidade e desenvolvimento do jovem, bem como o respeito pela mesma, mas também o reconhecimento da necessidade de aplicação de políticas progressivas de prevenção da delinquência, cujo objetivo principal passa pela redução da motivação, necessidade e oportunidades para a prática de comportamentos delinquentes.

Seguem-se as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/113, de 14 de dezembro de 1990. Defendem

principalmente que a prisão deve ser vista como medida de último recurso, visto que o sistema de justiça de jovens deverá, como principal objetivo, defender os direitos e a segurança dos jovens e, como tal, propiciar o bem-estar físico e mental, compatíveis com os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Tutelam também que as crianças e jovens só deverão ser privadas de liberdade com base nas presentes Regras, bem como nas Regras de Beijing acima enunciadas.

Sucedem-se as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade, datadas de 1990, e mais conhecidas como as Regras de Tóquio (adotadas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/110, de 14 de dezembro de 1990). Estas visam a promoção do recurso a medidas não privativas de liberdade, bem como as garantias mínimas para aqueles que são submetidos a medidas de pena de prisão. São delineadas com o principal objetivo de promover o equilíbrio entre os direitos de cada delinquente, os direitos das vítimas e as preocupações da sociedade quanto à segurança pública e à prevenção do crime.

Em 2013, surgem as Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a justiça adaptada às crianças, adotadas pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 17 de novembro de 2010 e exposição de motivos. Estas integram o Programa do Conselho da Europa «Construir uma Europa para e com as Crianças», concebido para garantir e promover os direitos humanos das crianças e protegê-las contra todas e quaisquer formas de violência. As regras e princípios acima descritos visam o encorajamento dos tutores a assumirem as suas responsabilidades enquanto representantes legais dos jovens. Com isto, os principais objetivos europeus passam por formar operadores de processos em direito de menores, fomentar e desenvolver processos de desjudicialização, evitar a detenção preventiva, evitar a privação da liberdade e considerá-la como último recurso, reforçar as garantias processuais e fomentar novas medidas que sejam executáveis em comunidade.

As reações sociais dependem dos marcos etários e da consumação de factos. Em indivíduos com idades inferiores a 12 anos, a sociedade reage de forma protetiva no sentido em que, segundo a edificação do sistema penal, a criança pode estar em perigo (segundo o art.3º, alínea 2 da LPCJP). Nas idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, a sociedade reage educativamente, visando a reeducação e reinserção do jovem na comunidade. E, por fim, em indivíduos com idades superiores a 16 anos, a sociedade reage de forma punitiva.

II. Crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes

O nexó entre a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens e as vulnerabilidades acentuadas nos laços familiares têm sido objeto de estudo e foco de interesse nas sociedades modernas. É um dos elementos principais na investigação da delinquência juvenil, visto que as debilidades acentuadas nas relações familiares podem potenciar a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens e influenciar negativamente as suas trajetórias de vida. Shoemaker (1990) crê que os atos ou comportamentos desviantes são determinados ou causados por algo. As vulnerabilidades encontradas resultam em debilidades nas relações de proximidade entre os jovens e a família, o que resulta no desgaste do controlo social que a mesma exerce sobre o jovem e na forma como controla os seus comportamentos. A família constitui o papel mais importante na socialização do sujeito, já que influencia a construção da sua identidade e, por conseguinte, o comportamento singular, uma vez que o conceito família é definido como “uma instituição privada, passível, neste mundo pós-moderno, de vários tipos de arranjo, mas basicamente tendo a função de socialização primária das crianças e dos adolescentes” (Schenker & Minayo, 2003). Segundo Poiares (2016), “o ser humano, como sabemos, é um produto do somatório das suas vivências desde que nasce até

que lhe colocam termos à vida. É o resultado das experiências positivas e negativas que foram percebidas ou transmitidas”.

O ser humano descobre, desta forma e através destas interações, os diferentes papéis que irá desempenhar dentro da sociedade, seja a nível particular ou geral, como por exemplo: papel pai/mãe, filho(a), trabalhador(a), estudante, cidadão, entre outros. A cada papel compete o desempenho de um conjunto de comportamentos e motivações, exigidos pela sociedade enquanto membros desta. Estes papéis são fruto do processo de socialização, no sentido em que resultam num processo contínuo na vida de cada um dos seus integrantes. É importante referir que, agregado a estes, surgem os agentes de socialização (Amaro & Costa, 2019), através dos quais os indivíduos adquirem toda a informação sobre valores e atitudes a adotar. Estes agentes podem ser pessoas (como a família e os amigos), instituições (como a escola e a igreja) ou entidades (como a televisão ou outros meios de comunicação social).

Como já referido, a violência doméstica diz respeito a “qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio)” e está presente e em progressão em todas as classes sociais e faixas etárias. Assiste-se a uma redução da infância à condição de objeto, ou seja, a uma rejeição dos direitos das crianças e jovens no que respeita a serem tratados como sujeitos e indivíduos em circunstâncias singulares, uma vez que se encontram numa fase de construção identitária. Porém, e de acordo com Menegazzo (2011), estes não são indivíduos incapazes ou ínfimos, mas sim sujeitos que se encontram precisamente em fase de desenvolvimento. Não obstante, e conforme Hirschi defende mediante as premissas de Shaw e McKay, na ausência de um bom suporte familiar, as crianças e jovens propendem a optar por trajetos onde a violência está presente e é constante (Ferreira, 2004).

De acordo com Custódio, Costa e Porto (2010), a linguagem da violência fundada nos espaços de socialização primária vai refletir-se na conceção de

comportamentos e relações violentas na rede social ampla, dado que “não é possível combater a criminalidade sem se começar por combater a violência que ocorre no espaço doméstico (...) do primeiro espaço de formação dos futuros adultos”, segundo o postulado de Nélson Lourenço (Lourenço, 2005, *in* Poiares, 2016).

2.1. Família de origem - elemento primário de socialização

A sociedade determina um modelo de gestão familiar, porém as famílias vão delineando, individualmente, o seu próprio modelo de vida quotidiano. Segundo Berger & Luckmann, na obra *A construção social da realidade*, a “socialização é caracterizada como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (p.175) e celebra a transição do ser humano biológico em social. Estabelecem igualmente a separação dos conceitos de socialização primária e secundária, onde a primeira se baseia na socialização que o indivíduo experimenta na infância e que o introduz na sociedade e a segunda nos processos de socialização a que o indivíduo está sujeito, inseridos em novas esferas da sociedade. Também Lane (1984) defende que a inserção do homem na sociedade é caracterizada através do processo de socialização, sendo que este pode ser, numa fase embrionária, primária e, numa fase posterior, secundária. Segundo a literatura, a fase primária decorre no seio familiar, e consigo acarreta todas as características adjacentes do convívio familiar e indiretamente da classe social a que esta pertence e da forma como os ascendentes concebem o mundo. A criança/adolescente será dependente das peculiaridades familiares. Significa, assim, que esta dependência condicionará as características intrínsecas ao indivíduo e subordinarão a forma como este conviverá com os elementos da esfera privada e externa. Sendo a família responsável pela inserção da criança na sociedade, Berger & Luckmann (1976) definem-na como um mediador, na medida em que estabelece a ligação entre a criança e o mundo físico e social, através das condições preliminares por

si criadas e que condicionam a posterior aquisição de características dos mediadores específicos (grupos de pares).

Infelizmente, a violência está presente na vida da maior parte das crianças e jovens e pode manifestar-se em diversos cenários, entre os quais no seio familiar, na escola ou na comunidade. Muitas das vezes a violência ocorre num período de vida em que as crianças estão em pleno processo de construção e consolidação identitária e devem aprender a socializar. Dias (2011) defende que a família deverá ser vista como um todo, visto que existe através das relações permanentes estabelecidas entre os seus constituintes, gerando e garantindo o seu equilíbrio. Assim, quando este equilíbrio é corrompido, são destabilizadas as relações familiares e as mesmas entram em colapso, colocando em risco inclusivamente o bem-estar e harmonia do próprio indivíduo. Intimamente ligado à interação, emerge a linguagem e consequentemente a comunicação (Parson, 1966). Elementos como a solidariedade, a crença, os rituais erguem-se originando e sustentando a identidade cultural e são fundamentados pela comunicação. Paralelamente, Bernard Lahire (2017) afirma que

a família nunca é este organismo coerente, homogéneo e harmonioso como nas visões encantadas” e “as relações de dominação que se desenvolvem entre pais e filhos, entre irmãos, etc. fazem com que a criança possa ser o produto de uma espécie de “banho socializador” contínuo, indiferenciado, fluido e harmonioso.” (p.13).

A família é definida como o principal agente socializador e é detentora do papel principal no que respeita à intervenção com crianças e jovens em risco. É da sua responsabilidade a promoção da apreensão e aquisição de fundamentos culturais, tais como a linguagem, os costumes, as normas, os comportamentos, os hábitos, a consciencialização e respeito pelos papéis pré-definidos e, essencialmente, a responsabilidade de estimulação e fundamentação dos alicerces básicos na criação e consolidação da personalidade e identidade. A família e a parentalidade têm sido tema de extensos debates políticos e sociais, cuja legislação se foca em assegurar a proteção das crianças, jovens e respetivas famílias. Para tal, é necessário que se invista na responsabilização dos pais e, consequentemente, na eficácia do papel parental que deverá ser desempenhado,

visto que são estes os responsáveis pelo desenvolvimento dos seus filhos, bem como na prevenção de comportamentos delinquentes como forma de intervenção (Coutinho, *et al*, 2012). A socialização da criança constitui, segundo Gomes (1994), o principal dever da família. A família é denominada de “instituição social básica” uma vez que os laços afetivos aí estabelecidos são um dos alicerces mais fortes que sustentam as relações e o quotidiano daqueles que a compõem.

A Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990), apela à responsabilização das fracas ou ineficientes práticas parentais no que respeita à inexistência de autocontrolo na construção identitária das crianças e jovens e, em consequência, no desenvolvimento de condutas impulsivas e transgressivas. Os mesmos autores apresentam 4 requisitos para incentivar as crianças a desenvolver a capacidade de autocontrolo: elo de ligações dos pais à criança, isto é, a prevalência da preocupação dos pais no crescimento e desenvolvimento saudável da mesma, por via da existência de um laço afetivo consolidado; supervisão parental, isto é, pais capazes de identificar, corrigir e prevenir comportamentos desviantes; reconhecimento de um comportamento desviante, visto que apenas assim é viável a prevenção; e, por fim, a punição (Gottfredson & Hirschi, 1990, *in* Gomes & Pereira, 2014).

É evidente que o conceito de família tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, alterações essas que têm abalado os alicerces da estrutura familiar. Tais alterações têm também influenciado o relacionamento entre pais e filhos e, consequentemente, as condutas sociais das crianças e jovens. Pires (2005) defende que estas são visíveis fundamentalmente nos seus valores, modelos e funções e no que concerne à emergência de novas formas familiares, nomeadamente famílias monoparentais e famílias reconstruídas onde o subsistema conjugal é reestruturado ou inexistente. Deste modo, estas mudanças podem despoletar alterações no desenvolvimento das crianças e jovens e, como tal, é importante compreender que estas produzem profundas lacunas no desenvolvimento dos mesmos (Taborda Simões, 2002).

A qualidade da infância tem um grande impacto na qualidade da vida humana. A violência praticada dentro do seio familiar, as baixas expectativas em relação a um futuro e as normas criminais praticadas no enquadramento parental, são preditores da adoção de uma vida transgressiva. Elementos como a violência familiar, a ausência de casa, o distanciamento, a história criminal parental, eventuais doenças mentais dos pais, comunicação infértil, insuficientes vínculos familiares, negligência, suporte emocional deficiente, supervisão parental despropositada, perturbações no reconhecimento da disciplina familiar, entre outros, estão diretamente relacionados com diversas manifestações de violência sistemáticas (Walker, Grantham-McGregor, Himes, Williams & Duff, 1998; Gillock & Reyes, 1999).

Existem diversos investigadores que se debruçaram nas influências familiares e no modo como estas condicionam o sucesso escolar. Entre essas, destacam-se os problemas relacionais entre os elementos familiares, bem como com os grupos de pares (Woodward & Fergusson, 2000; Espelage, Hong, Rao, & Low, 2013). Garnier, Stein, & Jacobs (1997) argumentam que estilos de vida não padronizados (p.e. consumo de drogas ou álcool) ou comportamentos antissociais por parte dos pais condicionam negativamente a vida e as opções dos seus filhos. Relativamente ao insucesso escolar, Orthner e Randolph (1999) constataam que este é resultado da existência de violência no seio familiar e dos deficientes mecanismos de gestão de conflitos interparentais, entre pais e filhos. Outros autores, como Alexander, Entwistle e Kabbani (2001) e Jimerson, Egeland, Sroufe e Carlson (2000) defendem que as principais causas do abandono escolar estão diretamente relacionadas com o ambiente familiar, entre as quais os recursos monetários, o débil apoio escolar parental, os problemas comportamentais e as disfunções de relação com os elementos familiares e grupos de pares. A conjugação dos elementos apresentados permite afirmar que existe uma forte e coesa correlação entre a delinquência e o fraco ambiente familiar. Sullivan (2004) defende também que o insucesso escolar contribui fortemente para a adoção de comportamentos criminais, isto porque os fracos

laços familiares e a presença da violência na esfera familiar conduzem à desvinculação da escola e, conseqüentemente, o abandono da mesma gera a oportunidade e incita o envolvimento dos adolescentes em atividades criminosas.

Paralelamente às teorias acima apresentadas, nomeadamente a teoria do controlo social de Hirschi (1969) e a teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi (1990), surge a teoria da tensão de Agnew (1992). Esta é sustentada pela premissa de que a delinquência é uma forma de enfrentar a decepção, a ausência de prazer e a escassez de objetivos a curto e longo prazo. Assim sendo, a perpetuação de condutas transgressivas poderá ser encarada como um escape ou forma de defrontar as adversidades encontradas no seio familiar. Poderá ser inclusivamente considerada como uma estratégia de *coping*, no sentido em que surge como uma tentativa ou esforço de lidar com as exigências extrínsecas (do ambiente) ou intrínsecas (internas ao indivíduo).

Moschis, Moore e Smith (1984) defendem que os processos de aprendizagem podem ser vistos como modelos de interação social. Estes são fundamentalmente classificados como processos de aprendizagem observacional, o que significa que o aprendiz vai replicar e imitar o comportamento do agente. Existem dois modelos de aprendizagem: o modelo de aprendizagem social e o modelo de desenvolvimento cognitivo. O primeiro foi delineado tendo em vista a tentativa de explicação da socialização, com base nas influências ambientais, visto que a aprendizagem decorre da interação do sujeito com os agentes de socialização, sejam eles sociais ou estruturais (Moore & Stephens 1975; Ward Wackman & Wartella, 1977; Moschis 1978; Moschis & Churchill, 1979). Por outro lado, surge o modelo de desenvolvimento cognitivo que tem por base a procura de explicações ou justificações para o surgimento de determinados comportamentos com base em mudanças cognitivas, isto é, entre a infância e a idade adulta. Este modelo é também entendido como um processo de adaptação ao ambiente envolvente.

A família pode, então, ser vista como um elemento fundamental no fornecimento e ensinamento de bases sólidas, atitudes e práticas específicas

(Ward, 1974), isto porque, segundo Ward, Wackman e Wartella (1977), os progenitores influem na socialização do sujeito na medida em que permitem a observação e imitação dos seus comportamentos e condutas, e interagem diretamente com os seus filhos.

O estudo realizado por Moschis, Moore e Smith (1984) determina que os processos de influência familiar têm forte impacto na socialização do adolescente, já que os mecanismos de aprendizagem, ou influência, estão na base da transmissão de cognições e comportamentos, de pais para filhos. Aqui, releva-se o papel da comunicação no seio familiar uma vez que, ao contrário das restantes áreas da comunicação, o comportamento do sujeito está condicionado e tende para o modelo de aprendizagem por via da observação.

Himmelfarb (1979) afirma que os pais estimulam a socialização dos seus filhos direcionando-os para outros grupos. Este processo irá permitir que os filhos possam replicar as condutas aprendidas no seio familiar, orientando-as para as relações de proximidade na idade adulta. Em 1967, Berger instaura o conceito de “estruturas de plausibilidade” pelo que considera a família nuclear como a estrutura de subtil plausibilidade. Por outro lado, Lenski (1963) preconiza que a família é uma estrutura nuclear de subcomunidades fundamentais, na medida em que os indivíduos socializam e doutrinam outros membros.

De acordo com Strey (2002), o homem “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais”, relações essas que são estabelecidas através da convivência com diferentes grupos, com quem este interage. Ramos (2003) defende que as culturas são intrínsecas ao indivíduo, sendo que este pensa e age dentro do seu ciclo de cultura. Recapitulando os impactos inerentes à violência conjugal, é necessário prestar especial atenção aos descendentes que são obrigados a conviver com episódios constantes de agressão. Outrora, este fenómeno era restrito ao domínio privado e íntimo. Porém, é após a década de 90 que a violência conjugal é reconhecida como uma questão, um problema social (Lamoglia & Minayo, 2009), sendo que foram os movimentos feministas os

principais responsáveis por este acontecimento quando se considerou de grande importância a necessidade de denúncia da violência ocorrida no seio privado. As denúncias são essencialmente inibidas devido ao medo, vergonha e necessidade de demonstrar que se vive dentro de um seio familiar feliz e harmonioso.

2.2. Transmissão Intergeracional da Violência: da violência na família de origem à delinquência

As crianças e jovens são considerados vítimas indiretas, já que as exposições a estas práticas condicionam as suas trajetórias de vida. A família não só é o primeiro local de socialização como também de aprendizagem.

No caso particular da violência doméstica, e no que respeita à perpetuação da violência praticada entre sujeitos relacionados por relações de intimidade, tutores ou cuidadores, surge a violência interparental. Designa-se violência vicariante aquela que resulta da exposição de crianças e jovens a episódios de violência interparental e provoca nestas um profundo sofrimento (Sousa, 2013). Sani (2016) considera que este tipo de violência produz efeitos semelhantes à vitimização primária ou direta, dado que assistir a episódios desta natureza é considerada uma "forma de abuso emocional/psicológico, pois interfere negativamente com o seu desenvolvimento global" (Sani & Cardoso, 2013 *in* Amaro & Costa, 2019). Bandura (2001) defende que a replicação destas condutas ocorre precisamente porque as crianças e jovens que experienciam e assistem a episódios desta natureza consideram-nos legítimos.

Com base nos postulados de Cunningham e Baker (2004), Devaney (2015) e Sani (2015), Amaro e Costa (2019) defendem igualmente que a utilização do conceito exposição, ao invés do conceito testemunho, é justificado pelo forte impacto que o fenómeno da violência tem, ou pode vir a ter, no desenvolvimento das crianças, já que estas assumem o papel que transcende a simples observação passiva. A criança/jovem é "muitas vezes, desprezada, humilhada, usada como forma do agressor atingir o outro progenitor, isolada dos contactos com o

exterior, ameaçada, porventura, perante a exposição ao consumo abusivo de álcool ou drogas” (Costa & Amaro, 2019).

Segundo Costa e Amaro (2019), e com base nos postulados de Coutinho e Sani (2008), a exposição da criança à violência interparental produz grande impacto, que afeta o bem-estar físico, emocional e cognitivo em cada estágio de desenvolvimento (até aos 3 anos, pré-escolar, idade escolar e adolescência). Com base no supracitado, as crianças e jovens expostas à violência doméstica entre os seus cuidadores apresentam uma série de problemas comportamentais, delinquência, consumo de substâncias, bem como um grande risco de envolvimento em relacionamentos futuros sustentados pela violência. Outrora, a Escola Clássica defendia que o delinquente seria aquele que ultrapassaria os limites da sua liberdade, na medida em que a delinquência era um fenómeno que resultava não de uma patologia, mas sim na diferença entre o criminoso e não criminoso, pois seria a personalidade humana que estava na base do delito. Posteriormente, surgiu a escola positivista que defende que o homem é um ser absolutamente racional e que baseia as suas ações no livre arbítrio. Assim, o homem surge como resultado das influências ambientais, hereditários ou psicológicas. A par deste problema, surge a questão do egocentrismo que Le Blanc (2008) caracteriza como sendo uma característica do perfil criminoso e que, segundo o postulado de Piaget (1975), "é a incapacidade de se ver como sendo mais um objeto no mundo e querer que as pessoas compartilhem do mesmo pensamento, ou seja, o sujeito é egocêntrico tem dificuldade em "ver pelos olhos dos outros"" (Piaget, 1975 *in* Amaro & Costa, 2019). Com este pensamento os adolescentes optam sempre pelo caminho mais fácil, o que revela uma certa urgência. Esta pode ser encarada, segundo Amaro e Costa (2019), como uma premente incapacidade de reconhecer que há opções ou caminhos lícitos viáveis, bem como uma incapacidade expressiva de se optar por caminhos lícitos visto que estes são mais difíceis de alcançar e os resultados são incertos. A influência que a família tem na questão da delinquência, segundo Sutherland e Cressey (1970), pode ser justificada pelo facto de uma criança que reside numa casa

desajustada ter mais contacto com fenómenos e comportamentos criminógenos, o que conduz a uma maior exposição a condutas criminosas.

Beck (2000), nas palavras de Poiares (2012 e 2015), defende que

a sociedade moderna está a modificar as suas formações de classe, de status, de ocupação, os papéis sexuais e a família nuclear. E é esta nova fase, estas alterações no seio da família, esta dinâmica na qual o progresso se pode transformar em autodestruição, na qual um tipo de modernização corta e transforma outro tipo e onde o homem produz novos riscos, que se chama de modernização reflexiva (p.95).

De acordo com Oliveira (2015), com base no postulado de Bandura, Ross, & Ross (1969), a criança/adolescente tende a desenvolver uma estratégia a que se deu o nome de modelagem de comportamentos violentos. Este modelo, segundo Wolf & Foshee (2003), consiste na perpretação dos comportamentos violentos nas gerações e relações futuras e pode ser explicado através de diferentes fases: (1) observação do comportamento; (2) fixação do comportamento observado; (3) replicação do comportamento, com base nas suas competências; (4) face ao comportamento, o modelo termina com uma recompensa (que implica a perpretação destes episódios) ou uma punição (que previne a reincidência).

Através de um estudo realizado por Pears & Capaldi (2001), uma amostra de 109 pais e respetivos filhos, permitiu a assunção que a transmissão, entre gerações, da violência, está intimamente ligada com a violência praticada na família de origem. Assim, é possível determinar que esta poderá eventualmente repercutir-se nas relações futuras, em outros tipos de violência (no caso particular da violência no namoro ou violência na escola, i.e., *bullying*).

Madalena Sofia Oliveira (2015), afirma que a transmissão intergeracional da violência advém da Teoria da Aprendizagem Social, no entanto, esta não é a única que a sustenta. A autora procura explicar este fenómeno através de várias abordagens, divididas em três universos: individuais, familiares e socioculturais. As primeiras têm por base as características intrínsecas ao indivíduo e procuram perceber que fatores conduzem à violência. O foco prende-se na compreensão

das particularidades do ofensor e vítima, mas com maior ênfase no estudo do agressor. São realçados diversos aspetos, nomeadamente psicopatologias, consumo de substâncias, baixa autoestima, incapacidade de autocontrolo, entre outros (Delson & Margolin, 2004; Matos, 2002). As segundas procuram compreender a força e de que forma as relações familiares influenciam e têm impacto na construção simbólica do indivíduo e podem ser igualmente divididas em diversas teorias, entre as quais a teoria dos sistemas familiares (postulada por Bowen em 1978, que refere que a violência de origem familiar conduz a alterações negativas a nível emocional e comportamental que consequentemente despoletam dificuldades de adaptação e ajuste a contextos extrafamiliares), a teoria da vinculação (datada de 1969 e postulada por Bowlby que se refere à replicação dos comportamentos no adolescente, com base nos comportamentos e condutas transmitidas pelos seus tutores primários) e a teoria da aprendizagem social (sustentada pela premissa de que, segundo Bandura, Ross, & Ross (1969), a partir do momento em que o adolescente assiste e observa episódios de violência na família de origem, automaticamente vai replicá-los nas relações futuras em que justifica a existência da violência como apropriada). Tendo por base as teorias acima apresentadas, surge o ciclo de violência de Widom (1989). Este é sustentado pelo pressuposto de que a violência gera violência, dado que veio comprovar que crianças e jovens expostos a episódios de violência na infância tendem a adotar condutas delinquentes e transgressivas. Por fim, as abordagens socioculturais, fundamentadas pelos fatores históricos, sociais, culturais e políticos, que dizem respeito à transmissão da herança social e cultural, de geração em geração, e que se retrata na forma como as sociedades se estruturam e regulam (através das normas e leis vigorantes).

Lourenço (1998) define a família como “um quadro social muito violento, principalmente no que se refere à criança” (p.7). Chamboredon (1971), que a delinquência juvenil precoce e reincidente surge em maior força em classes sociais mais baixas. Isto pode ser explicado porque o delinquente não é um caso singular no grupo familiar. Por norma, segue uma linha de experiência de

delinquência dos seus progenitores ou irmãos. Porém, o desvio pode ser analisado através de duas perspetivas: a do controlo social e a da identidade. A primeira, parte do pressuposto de que o desvio é fruto da debilidade entre os elementos autoridade e controlo social, sendo que a segunda resulta das dificuldades apresentadas pelos jovens no que diz respeito ao processo de construção identitária (Ferreira, 2000).

De acordo com Benavente (2002), Grant, McConville, Kenned, Vaughan e Steiner (1999) categorizaram como fatores de risco “a existência de violência doméstica ou no bairro, o abuso de álcool, o envolvimento no tráfico de droga, a posse de arma e a associação com adolescentes e/ou adultos delinquentes” (p.639). A exposição a episódios de violência faz das crianças vítimas, sejam diretas (por meio de negligência, abuso psicológico, físico e sexual) ou indiretas (por intermédio do testemunho da violência doméstica entre ascendentes).

É importante delinear aqueles que são os fatores mediadores e determinantes no que respeita à perpretação da violência, dentro do seio familiar, bem como nas relações futuras. A estes foi dado o nome de fatores de risco. Estes podem ser classificados como “caraterística, experiência, ou evento que, se presente, está associado ao aumento da probabilidade (risco) de determinado resultado, acima do normativo da população não exposta a ele” (Kraemer, Stice, Kazdin, Offord, & Kupler, 2001, *in* Oliveira, 2015).

A transmissão intergeracional da violência, no caso particular da violência entre ascendentes, respeita à particularização dos padrões relacionais violentos. A ocorrência da violência conjugal na família de origem conduz à perpetuação da execução de violência. A respeito da elucidação dos papéis masculino e feminino na sociedade e, especificamente, na esfera familiar, surge a Teoria de Género, responsável pela discussão das desigualdades de género e que se esforça por evidenciar a relevância do respeito e conjunturas igualitárias, de qualquer natureza, entre homens e mulheres. Esta teoria é igualmente responsável pela determinação de cada um dos papéis sociais e refere que a masculinidade está diretamente relacionada com o poder e a exibição de violência, cujo fundamento

se rege pelo patriarcado e que preza pela submissão, dependência e inferiorização do papel da mulher (Araújo, 2002; Bandeira, 2008; Saffioti, 1999). Paralelamente, surge a Teoria Familiar Sistémica que defende que os valores socioculturais e a interpretação dos papéis sociais (entre homem e mulher) e familiares são processos disseminados numa ordem definida como a transmissão intergeracional (Bowen, 1978; Penso, 2003).

A violência encontrada nas relações conjugais pode adquirir diversas expressões, nomeadamente, violência de género, violência familiar, violência conjugal, violência intrafamiliar e, por fim, violência doméstica. Porém, será abordada na presente investigação apenas a violência conjugal. Esta é tendencialmente exercida pelo homem contra a sua companheira, mas também pela mulher contra o seu companheiro, na medida em que existem laços afetivos e um relacionamento conjugal. Pode ocorrer tanto na esfera doméstica como pública, do mesmo modo que se manifesta mediante diferentes formas (Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 1999).

A questão de género tem forte impacto na harmonia familiar, na medida em que influencia diretamente as relações familiares, com base numa ótica patriarcal, onde predomina a violência e onde são evidentes as relações de poder. A mulher, por um lado, é caracterizada pela submissão, opressão, discriminação e fragilidade. Por outro lado, o homem é caracterizado pelo poder, ordem e violência. Segundo Diniz (2011) e Falcke, Rosa e Madalena (2012), não é possível dissociar questões de género da transmissão intergeracional da violência visto que esta é considerada uma das principais consequências das dinâmicas relacionais e da forma como estas estão estruturadas e são vivenciadas pelos membros do sistema familiar. A família é considerada a sede de identidade dos seus constituintes, originando um sentimento de pertença, procurando igualmente respeitar o espaço e liberdade pessoal de cada um. Assim, a forma como a família de origem está orientada a gerir conflitos, a procurar estabelecer a harmonia familiar, as regras e negociações são aspetos que são herdados e transmitidos para os filhos e que estabelecem de que forma é que estes se irão

comportar nas gerações futuras (Bowen, 1978; Papero, 1998). Anexo a este fenómeno surge a questão da diferenciação dos papéis sociais. Com grande ênfase na metamorfose do papel da mulher, surgem diversas alterações na dinâmica e harmonia familiar. A mulher deixara de ser o elemento cujo papel social e laboral estaria restrito à esfera doméstica. Segundo Barros, Silva e Martins (2019), a emancipação da mulher na esfera laboral, pessoal, social, entre outros, pode levar a severas alterações no ambiente familiar, nomeadamente no que respeita à fragilização do papel de mãe visto que este deixa de ser o papel predominante na educação dos seus descendentes. Sani e Cardoso (2013) ressaltam ainda que a legislação não ignora de forma alguma a violência exercida sobre as crianças, quer direta ou indiretamente, pois esta origina um elevado risco de dano e produz impactos bastante negativos sobre as mesmas. Assumindo que este fenómeno produz impactos negativos a nível de desenvolvimento e adaptação da criança à sociedade, é igualmente necessário o reconhecimento social do problema e, consequentemente, a criação de instrumentos de atuação eficazes e urgentes.

Quando a delinquência juvenil começou a ser tema de extenso debate, rapidamente se procurou perceber se existia relação entre a prática de atos transgressivos executados por adolescentes e a existência de fragilidades na dinâmica familiar. As vulnerabilidades encontradas no ambiente familiar e, portanto, vivenciadas por jovens delinquentes, influenciam diretamente o processo de desenvolvimento destes podem, inclusivamente, estar na origem dos atos delinquentes.

III. Método

Neste capítulo serão expostos os métodos de investigação selecionados e aplicados, assim como os instrumentos de recolha e tratamento de dados, tendo em vista o alcance dos objetivos previamente estipulados e hipóteses apresentadas. Por conseguinte, todos os elementos servirão para dar resposta à pergunta de investigação que constitui o objetivo principal da presente dissertação.

Assim como numa pista de corrida são precisas linhas e marcações para se permanecer no caminho certo, no processo de elaboração de uma dissertação, também é necessário um percurso planeado, dividido em etapas específicas e que vise a obtenção do melhor resultado possível. Assim, segundo Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.), existem 3 métodos para ganhar sabedoria e, por conseguinte, conhecimento: “primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, por imitação, que é o mais fácil; terceiro, por experiência, que é o mais amargo”. Para Lakatos (1993), o homem desenvolveu um profundo respeito pelo conhecimento, respeito esse que se revelou uma das suas características mais distintivas.

Freixo (2012) defende que a produção de conhecimento tem origem na investigação, que por sua vez funciona como o seu instrumento e fundamenta-se através de procedimentos metodológicos. O método de investigação tem, portanto, como principal objetivo a obtenção da verdade, através da dúvida metódica e da divisão do problema em partes menores. Numa investigação podem ser utilizados variados métodos de obtenção da verdade, que visem fundamentalmente a procura de respostas para a pergunta de partida (Sarmiento, 2013), até porque a investigação consiste num “estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a um determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de

conhecimento que se dispõe em uma dada área de reflexão” (Baptista, 2001, p.31). Segundo Quivy e Campenhoudt (2013), o principal intuito do método é organizar e conceber os objetivos, métodos e conceitos a aplicar na investigação, através da interação entre a teoria e a experiência. É imperativo que sejam delineados todos os procedimentos para a validação da presente investigação. O método, que provem do latim *methodus*, significa todo o caminho a percorrer ou o trilho para a realização de algo. Diz respeito ao projeto delineado prévia e estrategicamente, baseado numa sucessão de procedimentos a concretizar, com o objetivo de alcançar o resultado pretendido. Assim sendo, Quivy e Campenhoudt (1998) afirmam que “uma investigação social não é (...) uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica” (p.18).

O conhecimento científico é, para Sousa e Batista (2011), o único capaz de conceber ciência uma vez que é racional e objetivo, fundamenta-se através de factos, é pormenorizado, exato e claro. É igualmente determinável, segue leis, útil e aberto. Sendo uma investigação de índole exploratória, detalhada e com vista ao levantamento de hipóteses e validação das mesmas, a melhor abordagem para análise será a qualitativa, na medida em que esta se ocupa do estudo e entendimento da problemática.

A presente investigação está dividida em dois planos: o plano teórico e empírico. Numa primeira fase, consiste na revisão bibliográfica, seguida da objetivação ou particularização do objeto de estudo. Assim, não é possível determinar apenas um plano de estudo porque os dois coexistem e o trabalho sustenta-se desta associação. Será realizada a pesquisa documental e, desta forma, serão abordadas e exploradas diversas obras e teorias por forma a uma melhor compreensão do fenómeno da delinquência juvenil e violência doméstica. A análise documental contribuiu fortemente para a delineação da problemática em estudo, já que a leitura exploratória é responsável pelo resumo dos conhecimentos adquiridos e, para que esta seja bem sucedida, é necessário que

se empregue rigor metodológico, bem como científico, conforme todas as restantes técnicas de recolha de dados (Quivy & Campenhoudt, 2013).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), Tuckman (2002) e Quivy e Campenhoudt (2003), existem três metodologias centrais no que respeita aos métodos de recolha de dados: observação, realização de inquéritos/entrevistas e análise documental. Deste modo, o investigador terá oportunidade de aplicar diversos métodos para concretizar a recolha de dados, o que permitirá a obtenção de diversas perspetivas, através da comparação. A análise documental será, evidentemente, a técnica predominante na presente investigação, porém, será alicerçada com a realização de inquéritos por entrevista, de forma a completá-la. Bardin (2000), com base nos postulados de Chaumier (1974), defende inclusivamente que a pesquisa documental consiste num procedimento definido com vista à ilustração do conteúdo de um documento elaborado de forma distinta do documento primário. Assim, e para a concretização da presente dissertação, foram utilizados diversos métodos de investigação designadamente o método de pesquisa documental/histórico, que se baseia na revisão literária e análise documental, bem como o método aquisitivo, no que respeita à realização de inquéritos por entrevista. O primeiro exige, segundo Bell (2008), “a análise documental. Nalguns casos servirá para completar a informação obtida por outros métodos; noutros constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo”. O segundo, baseia-se no interrogatório escrito ou oral (Sarmiento, 2008).

A investigação social tem por base estudos que privilegiam a utilização de métodos quantitativos para caracterizar e detalhar fenómenos. Porém, e paralelamente a esta metodologia, existe a abordagem qualitativa, direcionada para a obtenção de dados descritivos e obtidos através do contacto direto do investigador com o seu objeto de estudo. Aqui, o investigador terá a oportunidade de compreender os fenómenos ou acontecimentos através da perspetiva dos inquiridos/participantes do estudo, sendo que o estudo será, nada mais, nada menos, a interpretação dos fenómenos mediante a perspetiva do outro. Martins (2004) defende que “a pesquisa qualitativa é definida como aquela

que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (p.289).

Um exemplo de análise qualitativa é a análise de dados de transcrição de entrevistas. Para o investigador, esta metodologia de análise depende muito do conhecimento do mesmo e da forma como este interpreta o contexto social e a visão dos intervenientes. Vilelas (2009) defende inclusivamente que a metodologia qualitativa é aplicada quando se pretende alcançar uma compreensão mais profunda e abstrata do objeto de estudo.

Como complemento à investigação, foi realizado um estágio na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com o objetivo de aplicar a teoria e o conhecimento adquirido de forma coadjuvante e pluridisciplinar, existindo como veículo de intercâmbio de ideias. A APAV tem como missão apoiar as vítimas de crime, as suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais. É uma associação independente e autónoma dos poderes políticos e de outras instituições, apolítica e não confessional e para além de primar pela igualdade e oportunidades de tratamento, preza pela não discriminação em função do género, raça ou etnia, religião, orientação sexual, idade, condição sócio económica, nível de escolaridade, ideologia, entre outros. Assim sendo, a APAV foi selecionada para a realização do estágio acima referido precisamente por ser uma associação com perspetiva e trabalho multidisciplinar, com principal interesse na satisfação do utente e que se rege por ser uma entidade respeitadora dos princípios e orientações técnicas, esmerando-se pelo total respeito pela autonomia da vontade da vítima e apresenta-se como sendo o veículo ideal para a aplicação da metodologia desejada: inquéritos por entrevista.

O inquérito por entrevista foi escolhido e utilizado visto que “a entrevista é uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra” (Morgan, 1988, *in* Bogdan & Biklen 1994, p.134)

e é também a mais utilizada em investigação social pois é sustentada por um conjunto de “perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.192).

Assim, e conforme Quivy e Campenhoudt (2003) afirmam

A investigação em ciências sociais segue um procedimento análogo ao do pesquisador de petróleo. Não é perfurando ao acaso que este encontrará o que procura. Pelo contrário, o sucesso de um programa de pesquisa petrolífera depende do procedimento seguido [...] no que respeita à investigação social, o processo é comparável. Importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no sentido mais lato, um método de trabalho (p.15).

3.1. Objeto de Estudo e Pergunta de Partida

O objeto de estudo da presente dissertação é a análise dos fenómenos da violência doméstica e delinquência juvenil, com principal foco na existência (ou inexistência) de um nexo de causalidade entre estes. É objetivo, de igual forma, averiguar em que medida a exposição a comportamentos violentos entre pais e mães pode potenciar a prática de comportamentos delinquentes nos seus descendentes e, segundo Quivy e Campenhoudt (1992), para a formulação de uma boa pergunta de partida, foram tidos em conta

os três níveis de exigência que uma boa pergunta de partida deve respeitar: primeiro, exigências de clareza, de forma a ser operacional; segundo, exigências de exequibilidade; terceiro, exigências de pertinência, de modo a servir de primeiro fio condutor a um trabalho do domínio da investigação social (p.41).

Desta forma, com vista a concretizar os objetivos acima descritos, foi formulada a seguinte pergunta de partida:

A exposição à violência doméstica específica entre ascendentes pode potenciar a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens?

3.2. Hipóteses de Investigação

Não é de todo pretensão estudar toda a história das temáticas em análise, desde o proémio até à atualidade, mas sim apresentar os principais marcos históricos para compreender de que forma a sociedade tem desenvolvido o seu pensamento em relação a estas, bem como verificar se em algum momento da história as temáticas se cruzam. Por esta razão, foi definido como objetivo principal específico determinar se é possível afirmar que existe um nexo de causalidade entre a Violência Doméstica e a Delinquência Juvenil. De acordo com Santos (2000), poderemos considerar as ciências sociais como um novo tipo de retórica, na medida em que pode ser encarado como uma argumentação. Em primeiro lugar, tem como base uma afirmação; de seguida, a afirmação é validada através de evidências empíricas; por último, a afirmação às evidências surge através de fundamentos empíricos. Relacionada diretamente com a argumentação está a elaboração e aplicação de hipóteses. A hipótese não é mais do que uma afirmação baseada na relação entre as variáveis apresentadas numa abordagem teórica, surgindo com o principal propósito de sustentar esta a afirmação inicial.

Deste modo, deverão ser propostas respostas provisórias com vista a orientar o trabalho de recolha e posterior análise dos dados (Quivy & Campenhout, 2013). São estas as hipóteses apresentadas, considerando a necessidade de concretização dos objetivos propostos:

1. Existem fatores contextuais que favorecem a prática de comportamentos violentos na família de origem?
2. É possível afirmar que a violência é transmitida entre gerações?
3. A violência doméstica produz impactos negativos no desenvolvimento das crianças e jovens?
4. As crianças vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica estão mais expostas a oportunidades criminosas?

3.3. Caraterização da população alvo

Os inquéritos por entrevista foram desenvolvidos e direcionados a profissionais associados à matéria em estudo, isto porque serão estes capazes de oferecer respostas fundamentadas às questões colocadas. Não obstante, será também possível a partilha de diferentes óticas em relação a um mesmo assunto, visto que a análise qualitativa permite “através da exploração do comportamento, das perspetivas e das experiências dos indivíduos estudados, alcançar uma interpretação da realidade social” (Vilelas, 2009, p.105). Na presente investigação, o universo de grupos alvo são 4 diferentes associações de apoio à vítima e apresentam diferentes caraterísticas no seu foco e funcionamento, nomeadamente:

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva de utilidade pública, que tem como objetivo estatutário promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais. É uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais¹⁰;
- Divisão de Intervenção Social Amadora (Serviço de Atendimento Especializado a Vítimas de Violência) – tem como objetivo garantir o atendimento e acompanhamento social a pessoas vítimas de violência doméstica, independentemente do género, através da realização de um plano de intervenção adequado às necessidades da vítima e agregado familiar, de forma a promover a sua autonomia, condições de segurança e minimizar o risco de revitimização¹¹;
- Espaço Vida Loures – tem como objetivo intervir em termos de atendimento e proteção das vítimas, mas também ao nível da prevenção, informação e sensibilização junto da comunidade. Presta apoio psicológico, jurídico e social a

¹⁰ https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/a-apav/principios, consultado a 23/02/2020

¹¹ <https://www.cm-amadora.pt/intervencao-social/outros/4160-servico-de-atendimento-especializado-a-vitimas-de-violencia.html>, consultado a 23/02/2020

todas as vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Loures, estando previsto um reforço de meios humanos¹²;

- O Espaço Júlia – é uma Resposta Integrada de Apoio à Vítima que oferece um atendimento especializado, feito por técnicos de apoio à vítima da Freguesia de Santo António conjuntamente com agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP). Os técnicos com formação específica têm como objetivo a intervenção direta nas denúncias de Violência Doméstica em articulação com as diversas entidades com atuação no âmbito da violência doméstica, nomeadamente, serviços sociais de emergência, autarquias locais, unidades de saúde familiar, segurança social e organizações da sociedade civil, bem como a promoção de atividades de carácter preventivo, informativo e de sensibilização na comunidade local¹³.

3.4. Caraterização dos inquiridos

Tendo em conta que a presente investigação é sustentada pela análise comparativa, foi necessária uma atenção redobrada na seleção das associações de apoio à vítima e, por conseguinte, dos inquiridos. Assim, a principal preocupação foi inquirir profissionais de diferentes áreas académicas, por forma a formar um grupo heterogéneo.

Por conseguinte, e com principal foco nas áreas académicas e profissões exercidas nos âmbitos do apoio à vítima, eis as 7 informantes do presente estudo:

1. Doutora Ana Costa: Licenciada em Serviço Social.
2. Doutora Cátia Rodrigues: Licenciada em Psicologia;
3. Doutora Teresa Silva: Licenciada em Serviço Social;
4. Doutora Isabel Pereira: Licenciada em Educação Social;

¹² <https://www.dn.pt/lusa/violencia-domestica-loures-inaugura-novas-instalacoes-de-apoio-as-vitimas-10655395.html>, consultado a 23/02/2020

¹³ <https://www.ifsantoantonio.pt/index.php/projectos/espaco-julia>, consultado a 23/02/2020

5. Doutora Isabel Pina: Licenciada em Psicologia;
6. Doutora Teresa Cândido: Licenciada em Serviço Social;
7. Doutora Inês Carrolo: Licenciada em Psicologia.

Na tabela 1, a amostra recolhida é na sua totalidade feminina (100%).

Tabela 1: Sexo dos inquiridos

Sexo	N.º de	Percentagem
Feminino	7	100
Masculino	-	-
Total	7	100

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2019/2020

Na tabela 2, os inquiridos são na sua maioria formados em Psicologia. Embora as equipas de apoio à vítima a laboral nestas instituições sejam constituídas por licenciados nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, não existem inquiridos juristas, uma vez que os técnicos com maior contacto com as vítimas são psicólogos ou assistentes sociais. A amostra é então constituída por 3 psicólogos e 4 assistentes sociais.

Tabela 2: Formação Académica dos inquiridos

Formação Académica	N.º de Inquiridos
Psicologia	3
Serviço Social	4
Total	7

Fonte: Recolha de dados – Entrevistas 2019/2020

3.5. Guião da entrevista

Bogdan e Biklen (1994), Tuckman (2002) e Quivy e Campenheoudt (2003) apresentam três grupos de métodos de recolha de dados, no que respeita à investigação: observação (trabalho de campo), o inquérito (entrevista se for oral ou questionários se for escrito) e pesquisa, complementada pela análise bibliográfica. O método de recolha de dados simboliza, portanto, um incremento na predisposição para a cognição do investigador na procura de nexos e apresenta-se como um obstáculo entre os dois universos em questão (Chanfrault-Duchet, 1988). Utilizar a técnica de entrevista de forma eficaz depende da forma como o investigador domina a mesma, bem como este deverá agir de forma antropológica, na medida em que a empatia favorece a relação entrevistador/entrevistado. Deste modo, a relação entrevistador/entrevistado deverá ser de total confiança, até porque depreende alguma proximidade com o tema em questão e a população em estudo. Para isto, o entrevistado deverá sentir-se à vontade e sentir-se como o foco primordial da entrevista e tendo abertura para poder, em alguns momentos, tomar o rumo do discurso.

O recurso empregue respeitaria à elaboração e aplicação de um conjunto de questões, determinado a gerar dados necessários à concretização do proposto, a resposta à pergunta de partida. Os inquéritos por entrevista seriam elaborados segundo uma sequência lógica, tendo como foco a eficácia na colheita de dados para que possa concretizar o objetivo primordial. Os mesmos deveriam ser realizados na Associação no decorrer do estágio e cuja recolha será realizada com via de um gravador e através de um guião antecipadamente elaborado. Não obstante, o guião fora elaborado por forma a dar abertura para que as questões possam ser ajustadas caso surjam outros assuntos ou tópicos no decorrer da entrevista (Bell, 1997). O projeto agrupava inicialmente dois planos de análise, com associação dos inquiridos em dois grupos distintos: vítimas de violência doméstica e técnicos de apoio à vítima. Porém, quando se tornou a estabelecer contacto com a APAV para o agendamento dos mesmos, a APAV mostrou-se irredutível tendo negado a realização dos inquéritos a vítimas de violência

doméstica visto que, na sua ótica, seriam questões de carácter intrusivo e que de alguma forma influenciariam negativamente as vítimas e respetivo processo de recuperação. Posto isto, os inquéritos por entrevista seriam apenas realizados a técnicos de apoio à vítima, dentro da mesma instituição. Não obstante, este último pedido foi igualmente negado com a indicação de que apenas seria possível a realização a um máximo de 2 técnicos.

Pelo supracitado, foi necessário repensar a estratégia. Na impossibilidade de aplicar os inquéritos por entrevista na APAV em número suficiente, e sendo a presente investigação sustentada pela análise comparativa, foi estabelecido contacto com diversas associações de apoio à vítima, no caso particular da violência doméstica, para obter uma amostra diversificada.

3.6. Técnicas de preparação e execução das entrevistas

Após a obtenção da autorização das instituições de apoio à vítima, procedeu-se à recolha dos dados. As técnicas de investigação tiveram início com a realização dos inquéritos por entrevista e realização do estágio, sendo que o primeiro decorreu entre os meses de outubro de 2019 e fevereiro de 2020 e o segundo entre novembro de 2018 e junho de 2019. Inicialmente previa-se a realização dos inquéritos por entrevista apenas na APAV, porém, a estratégia modificou-se de forma a que os mesmos fossem realizados nas 5 associações acima descritas. Assim, os inquéritos por entrevista foram aplicados nas próprias associações, garantido as condições necessárias à aplicação de um instrumento em questão visto que, segundo Ghiglione e Matalon (2001), deverá ser utilizado um espaço que esteja ligado à atividade profissional ou às condições de trabalho do entrevistado.

No início da aplicação dos inquéritos por entrevista, paralelamente à apresentação formal do entrevistador, foi entregue ao entrevistado um documento de nome “Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação”, baseado na Declaração de Helsínquia

e Convenção de Oviedo (ver anexo I). O documento permite apresentar ao inquirido o título do estudo, o enquadramento do estudo, a explicação deste, a técnica da recolha de dados, bem como as questões que se pretende que sejam respondidas. A ordem pela qual as questões são colocadas é fundamental para que a pessoa inquirida possa familiarizar-se e consolidar a sua visão sobre o tema abordado na medida em que, eventualmente, àquele momento ainda não tinha sido alvo de qualquer reflexão pessoal (Ghiglione & Matalon, 2001).

Foi empregue uma linguagem acessível para que o entrevistado se sentisse confortável, permitindo um discurso fluído. Outra questão a ter em conta foi o facto de estarmos perante pessoas formadas em diferentes áreas de formação académica e, portanto, o discurso/questões colocadas foram delineadas de forma ampla e não objetiva, de forma a que os entrevistados se sentissem motivados a responder. Por fim, e para garantir o total e completo registo das informações bem como a facilitar o posterior tratamento de dados, foi solicitado ao entrevistado a autorização para o registo áudio. Posteriormente, foi realizada a total transcrição dos inquéritos por entrevista para facilitar a fase seguinte de análise. As transcrições realizaram-se diariamente e os áudios revistos de forma exaustiva, de modo a que a transcrição ocorresse com o maior rigor possível.

Por fim, foram estabelecidos todos os contactos via e-mail, numa primeira fase para apresentação do projeto e, numa segunda fase, contacto telefónico para acordar a data para a realização dos respetivos inquéritos.

3.7. Tratamento e análise dos dados

Após concretizada a recolha dos dados, procedeu-se ao respetivo tratamento, de modo a aplicar a abordagem apreendida na pesquisa e análise bibliográfica (Sarmiento, 2013). "Para testarmos uma hipótese temos, em primeiro lugar, de exprimir cada um dos seus dois termos por uma medida precisa para podermos examinar a sua relação. Na preparação dos dados, a sua

descrição e sua agregação visam precisamente isto” (Quivy & Campenheoudt, 1992, p.216). Assim, o método das entrevistas está, segundo Quivy & Campenhoudt, intimamente relacionado com o método de análise de conteúdo, na medida em que é realizado um esforço acrescido para que nas entrevistas apareçam o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que irão servir mais tarde de materiais para uma análise metódica de conteúdo que corresponda “às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos” (p.196).

Após o levantamento e registo dos dados, através dos inquéritos por entrevista, segue-se a análise de conteúdo. Esta consiste numa metodologia de pesquisa utilizada para retratar e compreender o conteúdo adquirido nas leituras previamente realizadas a partir de documentos. A análise documental consiste, segundo Chaumier (1974) “numa operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Chaumier, 1974 *in* Bardin, 1977). Bardin afirma ainda que

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (...) A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro) (p.45).

O processo de tratamento de dados realizou-se da seguinte forma: primeiro, os inquéritos por entrevista foram todos transcritos (ver anexos II, III, IV, V, VI, VII e VIII); de seguida, as entrevistas foram revistas exaustivamente e foram delineadas as secções chave e mais relevantes para a presente investigação; posteriormente, as secções chave foram agrupadas mediante o seu grau de associação; por último, procedeu-se à interpretação dos dados recolhidos e categorizados.

3.8. Estágio

Segundo Igea (1995), a diversidade de seleção dos métodos a aplicar para recolha de dados permite ao investigador obter várias interpretações sobre o mesmo assunto, assim como fundamentar comparações entre distintas informações, conseguindo concretizar a triangulação da informação obtida. O estágio constitui uma etapa de extrema importância no processo de aprendizagem e evolução do aprendiz, na medida em que permite que este tenha oportunidade de experienciar na prática, a teoria e todos os conteúdos aprendidos durante o percurso académico, bem como promove a aprendizagem de conhecimentos relacionados com a profissão e possibilita a partilha de experiências entre os estagiários/funcionários da empresa ou instituição. O principal objetivo do estágio é apresentar ao estagiário diferentes instrumentos de preparação para a entrada no mercado de trabalho. Por estas razões, e como instrumento complementar à investigação, foi realizado o estágio na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, onde foi possível acompanhar de perto casos de vítimas do crime de violência doméstica e aferir o impacto que este tipo de crime tem no quotidiano desta população. Não menos importante, foi possível conviver e trabalhar com pessoas de diferentes áreas de formação, movidas na APAV com o mesmo objetivo: apoiar pessoas vítimas de crime.

O primeiro contacto com a APAV foi estabelecido por correio eletrónico através de uma extensa pesquisa realizada a instituições de suporte a vítimas de qualquer e todo o tipo de crime. Este foi realizado no sentido de dar a conhecer os objetivos da presente dissertação e demonstrando o total interesse e disponibilidade na realização de um estágio na instituição, por forma a complementar a investigação. Diante a solicitação de dados e esclarecimento de objetivos concretos, surgiu o convite pela Unidade de Comunicação & Marketing da APAV, a comparecer numa entrevista com os responsáveis pela Linha de Apoio à Vítima (LAV). A entrevista visava também o preenchimento de documentos relativos ao pedido formal de colaboração, ao formulário contendo campos sobre o plano geral de investigação e, por fim, a declaração de aprovação ética pelo

comité ou comissão de ética do estabelecimento responsável pelo projeto (redigida com base na Declaração de Helsínquia e que assegure o total cumprimento de princípios éticos fundamentais na investigação com humanos) visto que se considera de extrema importância que o rigor dos padrões éticos sejam sempre respeitados, segundo Bell (2002). Ficou igualmente acordado 6 meses de período de estágio, (a iniciar a 1 de novembro e a terminar a 31 de abril) com uma carga horária semanal de 4 horas, 2 dias por semana, a realizar na sede da APAV.

Deste modo, o estágio teve início a 28 de dezembro de 2018, em horário pós-laboral, tendo ingressado na Linha de Apoio à Vítima da APAV. O voluntariado foi realizado até 28 de maio de 2019. Assim, e conforme o pretendido pela associação, voluntário, “e nos termos do contrato-programa que celebra com a APAV, presta a sua atividade de voluntariado de forma desinteressada, livre e responsável, contribuindo, direta ou indiretamente, para o sucesso do apoio às vítimas de crime, aos seus familiares e/ou amigos”¹⁴

A LAV funciona entre as 9h00 e as 21h00, de segunda a sexta-feira. O primeiro turno é realizado nas instalações da sede da APAV, no horário compreendido entre as 9h00 e as 18h00, onde inclusivamente foram realizados os primeiros atendimentos. Posteriormente, uma vez que o voluntário detém o estatuto trabalhador-estudante, foi proposta a realização do estágio em regime pós-laboral, no horário compreendido entre as 18h00 e as 21h00, duas a três vezes por semana. Para tal, foi facultado um telemóvel para o atendimento. A LAV é uma linha de atendimento gratuita e confidencial e que tem como principal objetivo disponibilizar ao utente apoio psicológico, jurídico, emocional e social, e adequado às necessidades de cada vítima de crime e/ou violência. O trabalho que é desenvolvido resulta igualmente da interajuda que existe com diversas entidades, nomeadamente entidades judiciais e policiais, no que respeita ao encaminhamento das vítimas e da sua situação para as entidades competentes

¹⁴ https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/voluntariado/voluntariado-na-apav, consultado a 5/01/2020

com vista à resolução das situações apresentadas, mantendo o acompanhamento da situação:

A LAV funciona com base numa plataforma de recolha de informação e intervenção, guiada por um protocolo de atuação de boas práticas, especializado e personalizado face às necessidades de cada vítima. A equipa de Técnicos de Apoio à Vítima da LAV – essencialmente voluntários formados em Direito, Psicologia e Serviço Social – disponibiliza às pessoas vítimas de crime um apoio qualificado e especializado, adequado a cada situação. Estes técnicos têm formação contínua no apoio à vítima e supervisão diária da gestora da Linha, experiente no apoio a vítimas de crime.¹⁵

¹⁵ https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_LAV_Nov2014-Dez2015.pdf, consultado a 08/03/2020

Análise e Discussão dos Resultados

“testemunhar a violência conjugal [pode estar relacionada] com vários problemas psicossociais, incluindo problemas de saúde, sentimentos de depressão e stress, aumento do uso de drogas, uso de coerção e violência em conflitos conjugais, abuso de crianças e envolvimento em violência e outros comportamentos criminosos externos à família. (...) ser testemunha da violência entre pais coloca a criança em risco por uma série de graves problemas de saúde mental e outros problemas” (Straus, 1991, p.1).

Terminada a revisão literária e análise documental, segue-se a análise e discussão dos resultados que visam a apresentação de resposta à pergunta de partida. Para tal, será realizada uma síntese ilativa dos conteúdos abordados e serão analisados três pontos fulcrais: a família como elemento primário de socialização; a transmissão intergeracional da violência; as crianças e jovens como vítimas diretas do crime de violência doméstica específica entre ascendentes.

Em primeiro lugar, a família como elemento primário de socialização. A família é considerada o principal agente socializador, na medida em que é no seio familiar que a criança aprende, adota e desenvolve valores e comportamentos básicos relacionados com o mundo e com a vida. No entanto, e segundo Amaro e Costa (2019), é importante referir que

O processo de socialização, porém, não consiste apenas em transmissão de informação ou propostas de modelos de comportamento. De acordo com as características pessoais e com aquilo que o indivíduo considera mais significativo, ele vai reagindo ao meio onde vive e faz a sua própria aprendizagem, a qual se pode afastar dos padrões propostos pela sociedade (p.18).

Assim, é no contexto familiar que as crianças e jovens estão sujeitos ao processo primário de socialização, sendo que é o primeiro cenário que procura limitar as relações interpessoais e instruir o sujeito para o contato com a rede social mais extensa. De acordo com Poiares (2019), “importa investir num compromisso nacional que promova, desde o “berço”, a vinculação das gerações futuras a valores para a não violência (seja na família, na escola, no desporto, etc.)” (p.12). Na construção da sua identidade, as crianças e jovens procuram na

família referências e suporte, tendo os progenitores como um exemplo, um modelo. Como Schenker e Minayo (2003) defendem, a família, sendo uma das três fontes de socialização primária, define as normas sociais aceitáveis visto que apresenta os limites e termos de um vínculo relacional saudável. Deste modo, as famílias disfuncionais tendem a transmitir normas desviantes ou a excluir-se de transmitir normas sociais saudáveis, o que propicia a vinculação das crianças e jovens a comportamentos transgressivos.

A crença de que a família é uma instituição segura tem vindo a ser quebrada pelo conhecimento, cada vez mais frequente, de vários incidentes familiares violentos, muitas vezes ocultos, porque considerados segredos de família ou comportamentos aceites numa sociedade patriarcal (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990, *in* Sani, 2006, p.851).

Os obstáculos da vinculação familiar pressupõem a ausência de monitorização, supervisão, controlo, rigor, disciplina, apoio, suporte, comunicação e interesse. Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que as figuras parentais deveriam estar capacitadas para identificar e corrigir os indícios impulsos e reveladores de autocontrolo, apresentados pelos seus filhos.

As necessidades das crianças nestas famílias raramente são consideradas, a não ser que o abuso praticado entre o casal se exerça sobre os menores; caso contrário, a problemática da vitimação indirecta permanece omissa. As crianças que vivem em lares maritalmente violentos são muitas vezes designadas por vítimas «escondidas», «desconhecidas», «esquecidas» ou «silenciosas» (Holden, 1998; Osofsky, 1998; Sani, 1999, *in* Sani, 2006, p.851).

Segue-se o fenómeno da transmissão intergeracional da violência. No seguimento do exposto acima, Oliveira e Sani (2009) afirmam que existindo violência no ambiente familiar, os episódios a que a criança assiste vão ser absorvidos, empregando a modelagem de comportamentos.

Os comportamentos socialmente aprendidos no meio familiar são frequentemente reproduzidos pelos adolescentes nos espaços extrafamiliares, configurando-se, muitas vezes, em atitudes de permissividade e violência, nomeadamente nas relações de intimidade. Os adolescentes tornam-se, assim, transmissores culturais dessa conduta, que gera para si mesmos, conflitos interpessoais e risco de se tornarem tanto

agressores quanto vítimas, com a possibilidade de perpetrar a violência intergeracional (Oliveira & Sani, 2009, p.164).

A teoria da aprendizagem social clarifica que as crianças expostas à violência dos pais têm maior probabilidade de sofrer violência no futuro ou praticarem atos violentos com os outros (Temple *et al.*, 2013). É igualmente com base nesta teoria que surge a ótica da transmissão intergeracional da violência, dado que alega que aqueles que foram vítimas ou testemunhas de episódios de violência doméstica na família de origem manifestam uma maior probabilidade de praticar comportamentos violentos na vida adulta ou de ser vítimas de violência (Widom, 1989; Gomes, Diniz, Araújo & Coelho, 2007). Oliveira (2011) partilha igualmente desta perspetiva uma vez que considera que as experiências anteriores de violência podem ser consideradas preditores no que respeita aos comportamentos a adotar de futuro, sejam eles propícios à vitimização ou à perpetração de agressões.

Por fim, olhar as crianças e jovens como vítimas diretas do crime de violência doméstica específica entre ascendentes. Segundo Pingley (2017), esta afeta todos aqueles que lhe estão expostos: os agressores, as vítimas e as crianças que testemunham a violência. De acordo com Sullivan, Egan, & Gooch (2004), mais de 275 milhões de crianças no mundo assistem a episódios de violência de doméstica. Esta exposição tem demonstrado que as crianças e jovens têm apresentado evidentes atrasos no desenvolvimento cognitivo e emocional, forte contenção ou agressividade, distúrbios de ansiedade, bem como problemas comportamentais de internalização e externalização (Antle, Barbee, Yankeelov, & Bledsoe, 2010). Porém, o impacto pode variar de criança para criança. Curran (2013) considera que as repercussões de testemunhar a violência doméstica pode ter início no começo dos episódios, assim como pode prosseguir na vida adulta, consoante a gravidade do trauma. Os filhos daqueles que sofrem violência doméstica são igualmente vítimas e correm risco como consequência da violência.

Pinheiro (2006) crê que a ocorrência de eventos violentos e traumáticos afeta o desenvolvimento saudável da infância e apresentam graves repercussões na vida adulta. O fracasso em prosperar, o comprometimento cognitivo, as consequências psicológicas e emocionais, ou seja, sentimentos de rejeição e abandono, comprometimento do apego, trauma, medo, ansiedade, insegurança e autoestima destruída são alguns exemplos.

Enquanto a exposição à violência doméstica prejudica as crianças tanto quanto o abuso direto, a sua presença em casa coloca as crianças em risco aumentado a diversas formas de maus-tratos infantis. Como consequência, o desenvolvimento físico, psicológico, emocional e cognitivo das crianças pode ser ameaçado. Os potenciais efeitos a longo prazo de sofrer violência doméstica e ser vítima direta de maus-tratos infantis podem se estender desde a infância até a idade adulta, resultando em resultados adversos na vida adulta (Gedara, 2016, p.22).

A análise destes estará elencada com a resposta às hipóteses apresentadas, bem como serão incluídas as respostas das especialistas inquiridas através dos inquéritos por entrevista (ver em anexo).

Hipóteses:

1. É possível afirmar que a violência é transmitida entre gerações?

(...) quem vivencia relações violentas tem tendência a que essas, essa violência permaneça na vida, ao longo da vida, seja assumindo uma postura mais de vítima, seja a assumir postura de agressor. Nós repetimos aquilo que aprendemos e isso não é exceção também aqui no caso da violência doméstica (Ana Costa, 2019).

Sim. É possível determinar que existe transmissão de comportamentos violentos, entre elementos relacionados por laços de parentesco, nos quais se empregam diversas condutas transgressivas como o uso da força ou poder, originando sofrimento e dano a si mesmo, a outras pessoas ou grupos (Widom, 1989 *in* Oliveira, 2015).

Ana Costa, Inês Carrolo, Isabel Pereira, Isabel Pina, Teresa Cândido e Teresa Silva defendem igualmente que sim.

Ana Costa (2019) afirma que “nós fazemos aquilo que vimos fazer enquanto crescemos, o bom e o mal” e “a violência aprende-se, como tudo o resto se aprende, e que se repete, que se perpetua entre gerações”. Sustenta a sua afirmação com base na literatura, na medida em que indica que diversos estudos comprovam que “a tendência é repetir e perpetuar comportamentos aprendidos na infância”. Uma criança que cresça num ambiente estruturado, saudável e que, por conseguinte, observe a partilha das tarefas, a responsabilidade, a assertividade, tende a replicar estes comportamentos, reduzindo a possibilidade de adotar comportamentos transgressivos (Teresa Silva, 2019). Refere igualmente que “uma relação saudável pode-se ver, pode-se sentir e pode-se perceber pelo que é dito e ao fim ao cabo também acabamos por adquirir aprendizagem ou a fazer a nossa aprendizagem, muitas vezes, por imitação”.

A família é a base, conforme refere Isabel Pina (2019). Existe toda uma normalização da violência desde que a criança nasce e que ela assiste e, por essa razão, já está muito enraizada. Assim, a transmissão da violência “acaba por ser intergeracional, porque passa através da modelagem que fica muito vincada e muito presente”. Na ótica de Isabel Pina (2019), a transmissão da violência é uma questão geracional que se passa de pais para filhos, ainda que tenha que ser analisada caso a caso. Para tal, é necessário ter em conta se existem fatores protetores que podem impedir a replicação destes comportamentos. Isabel Pereira (2019) argumenta que as crianças transferem tudo aquilo que observam para as relações futuras, uma vez que não conhecem outros modelos. Também Teresa Cândido (2019) afirma que as crianças enquanto estão a viver num ambiente de violência doméstica reproduzem os comportamentos nas relações com os seus grupos de pares. A questão da transmissão intergeracional da violência existe, porém, é necessário haver cautela na análise a este fenómeno pois “nem todas as pessoas que assistem a episódios de violência se tornam agressores, podem-se tornar vítimas, ou não” (Inês Carrolo, 2020).

Por outro lado, Cátia Rodrigues (2019) refere não concordar com o facto de a violência ser obrigatoriamente transferida de geração em geração, sendo que a ocorrência de violência depende de muitos outros fatores. Acredita que poderá haver eventualmente alguma questão genética; aponta para a importância das estratégias de *coping* e defende o suporte noutras estruturas que não a família nuclear, entre outros.

2. Existem fatores contextuais que favorecem a prática de comportamentos violentos na família de origem?

podem haver fatores, há fatores que podem potenciar situações de violência doméstica, mas não é linear... mais uma vez, por ser alcoólica não quer dizer que seja agressora, mas pode potenciar. À partida, sendo uma situação de violência conjugal, se o agressor for alcoólico pode tornar-se eventualmente mais violento, portanto, daí falar sobre ser potenciador (Teresa Silva, 2019).

Sim. O indivíduo reproduz o contexto cultural no qual foi criado, sendo que tanto cria como mantém todos os valores e normas que lhe foram previamente inculcados culturalmente (Strey, 2002).

Teresa Silva (2019) acredita que os fatores contextuais podem ser potenciadores, mas não necessariamente geradores de violência. Dá o exemplo da pobreza e do desemprego como fatores que potenciam a incidência ou existência de violência conjugal, no entanto, não significa que pessoas com estratos sociais mais elevados não possam ser vítimas. De acordo com a experiência de Isabel Pina (2019), a realidade vai contra a ideia preconcebida de que a violência doméstica é predominante em estratos mais baixos, isto porque a ocorrência deste fenómeno em estratos médios e/ou médios/altos não é tão detetada. Acredita que se deve ao facto de as vítimas estarem mais informadas e, por conseguinte, denunciarem mais. Estratos sociais mais baixos, talvez por uma questão cultural e pela ausência de literacia, tendem a normalizar a violência. Paralelamente a estes, Inês Carrolo (2020) refere que os fatores socioculturais e psicológicos também têm grande impacto.

Sob outra perspetiva, Cátia Rodrigues (2019) refere que não se trata propriamente de fatores contextuais. Assume que a tendência é associar a violência doméstica a pessoas que são do contexto socioeconómico mais desfavorecido, porém, o problema que é transversal:

Se calhar a forma como acontece é que é ou recorrendo se calhar pagam, têm capacidade para sair de casa, têm capacidade para pagar um advogado para mandar a pessoa embora de casa, enfim, outras condições que se calhar quem está em casa abrigo, embora já tenhamos tido pessoas licenciadas e com nível médio, médio alto, mas contam-se pelos dedos da mão as vezes que isso aconteceu (Cátia Rodrigues, 2019).

Mais que identificar fatores contextuais, alude a importância da identificação de fatores de risco e fatores de proteção que podem contribuir mais ou menos para estas questões, nomeadamente os fatores pessoais da pessoa “a própria estrutura da pessoa, se tem recursos ou não pessoais para lidar com este crime, se tem capacidade de resolver as coisas pelos seus meios porque se calhar ao primeiro sinal de violência é capaz de pôr ali logo um ‘basta!’” (Cátia Rodrigues, 2019). Paralelamente às questões pessoais, surgem as questões culturais e religiosas, mas a entrevistada acredita que estas dependam exclusivamente da consciência que as pessoas têm relativamente ao que está a acontecer.

3. A violência doméstica produz impactos negativos no desenvolvimento das crianças e jovens?

as crianças e os jovens não são vítimas indiretas, podem não ser agredidos fisicamente ou verbalmente diretamente pelo agressor, mas a partir do momento em que vivem numa casa onde há violência doméstica são vítimas porque o vivenciam, porque estão a presenciar, porque aquilo que está em causa é o seu desenvolvimento emocional, social, afetivo e, portanto, como é óbvio, são vítimas diretas também deste crime (Ana Costa, 2019).

Sim. Teresa Silva (2019) acredita que generalizar de um caso ou extrapolar de um caso para dizer que existe uma causa-efeito é incorrer em erro. Porém,

uma criança que esteja inserida num contexto de violência adotará comportamentos violentos ou submissos porque tanto vê o agressor, como a vítima. Cátia Rodrigues (2019) associa o fenómeno da violência entre ascendentes ao ditado popular «pescadinha de rabo na boca». Explica que muitas vezes uma criança que sente insegura, que sabe que a mãe que não está bem, uma criança que não descansa com estas preocupações, apresenta menor rendimento escolar porque não consegue estar concentrada.

A exposição a episódios de violência conjugal compromete o desenvolvimento e o bem-estar imediato das crianças e jovens e a esta estão associados elementos como a ansiedade, baixa tolerância à frustração, problemas no desenvolvimento emocional, dificuldades no estabelecimento de relações no futuro, entre outros. Ana Costa (2012) acredita inclusivamente que a aprendizagem dos comportamentos pode estar relacionados com a desigualdade de género, isto porque “aquilo que se aprende é que há uma submissão da mulher em detrimento do homem”.

Isabel Pina (2019) considera que a violência doméstica pode

influenciar ao nível do modelo que depois a criança passa a seguir e reproduzir mais tarde, seja a nível da estrutura de personalidade, da forma como ela vai construir a sua personalidade ao longo do tempo com base naquele modelo que assiste, da revolta que sente.

Presume que estes fatores estão na base da delinquência, uma vez que os seus comportamentos serão moldados, não só pelo modelo disruptivo que assistiu, mas também pelo que sentiu no momento em que estava a assistir e pela personalidade que, entretanto, se construiu. Verifica-se que este fenómeno produz impactos negativos no desenvolvimento das crianças, no entanto, Teresa Cândido (2019) acredita não ser algo irreversível se houver um corte na educação disruptiva. No que respeita ao papel adotado, existem crianças que assumem o papel do agressor e outros que assumem automaticamente o papel da submissão, sendo que esta seleção depende da personalidade de cada criança.

Inês Carrolo (2020) crê que “no fundo é muita tolerância à frustração [e este] é o segredo do sucesso”.

4. As crianças vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica são mais propícias a praticar atos ilícitos?

a violência intrafamiliar, poderá gerar [um agressor], mas... e porque não “gerar” uma vítima? Gerar entre aspas, não é? Como dizia há pouco, assim como observou o agressor, também observou a vítima e, portanto, porque é que vai por um via e não por outra?

Não necessariamente. Conforme Teresa Silva defende, “não podemos aceitar que seja assim, não necessariamente criança-vítima, criança que assiste à violência vai ser necessariamente agressor”. Crianças do sexo feminino que assistem a violência doméstica tem uma maior propensão a se tornarem vítimas, assim como crianças do sexo masculino que assistem a violência doméstica têm uma maior propensão de se tornarem agressores, porque há uma repetição e uma perpetuação dos comportamentos aprendidos (Ana Costa, 2019). Também Isabel Pina (2019) partilha da mesma opinião

a tendência será para se tornar mais agressivo do que propriamente submisso, se estiver a falar do papel masculino. Se estiver a falar de um papel feminino, eu acho que a tendência, pela cultura que normalmente está associada nestas situações, pelo estereótipo que ainda existe do papel feminino, eu diria que as Mulheres têm tendência para ser mais submissas.

Isabel Pereira (2019) revela que as famílias de hoje em dia têm perdido a capacidade de transmitir valores e, por conseguinte, os afetos que considera tão importantes para as crianças. Anexo a este problema surge a dificuldade de estipular limites, o que conduz à delinquência. “Se eu tenho um modelo que vejo constantemente de agressão, de humilhação e de violência, eu, tendencialmente vou reproduzir esse modelo mais tarde”.

Por sua vez, Cátia Rodrigues (2019) identifica a chamada “capacidade de descentração” uma vez que, aquele que é um problema entre adultos, permite à

criança perceber como é que o fenómeno ocorre e, por conseguinte, permite que esta entenda a funcionalidade destas questões e possa vir a tornar-se, por um lado, mais submissas por receio de represálias ou mais agressivas na medida em que banalizam a violência. Ana Costa (2019) indica “que de facto a violência se aprende, seja ela qual for, não é genética, não é, nós não transmitimos isto nos nossos genes de pais para filhos, mas aprende-se”. Porém, Cátia Rodrigues (2019) acredita que este não é um processo irreversível pois, se existir uma intervenção junto da criança e, se lhe forem transmitidas e ensinadas pequenas estratégias, é possível prevenir comportamentos violentos, sejam eles quais forem. Igualmente Teresa Silva (2019) crê que este processo não é linear

Até porque, em algum momento na vida, a situação pode alterar-se e, apesar de ter vivido essa realidade, esse contexto violento durante uns anos, entretanto as coisas podem alterar-se, quer seja entre os cônjuges quer seja por haver uma separação ou por haver mudança também de família, a família alargada entra aqui também como fator protetor, mas mais uma vez, sim... há essa possibilidade, mas não quer dizer que aconteça mesmo.

Considerações Finais

Findada a presente investigação, e após serem apresentados os respetivos resultados, seguem-se as considerações finais, cujo objetivo passa pela exposição das suas conclusões à luz da análise literária e abordagens teóricas previamente realizadas.

A violência doméstica constitui uma problemática atual e a sua prática consiste em agressões físicas, psicológicas, sexuais e verbais entre pessoas, sendo transversal às diferentes faixas etárias. Por conseguinte, esta abrange inúmeros tipos, sendo que a estudada na presente investigação foi a violência conjugal, que ocorre na esfera privada. Denominada de “instituição social básica”, é na família que os laços afetivos estabelecidos são um dos mais fortes alicerces das relações e o quotidiano daqueles que a compõem, proporcionando um estado de equilíbrio. Assim, quando este é corrompido, as relações familiares são destabilizadas e entram em colapso, colocando em causa o bem-estar e a harmonia dos próprios indivíduos.

Para tal, e de forma a suportar a problemática central da presente investigação, foram apresentadas quatro hipóteses que, individualmente, permitiram chegar às conclusões que serão explanadas abaixo.

No sentido de verificar se a violência é transmitida entre gerações, foram analisados estudos de diversos autores como Bowen (1978), Pears e Capaldi (2001), Penso (2003), Diniz (2011), Falcke, Rosa e Madalena (2012) e Madalena Sofia Oliveira (2015). Em conformidade com as conclusões dos mesmos, as entrevistadas acreditam que as fragilidades proeminentes nas relações familiares podem potenciar a prática de comportamentos transgressivos em crianças e jovens, o que, consequentemente, influencia negativamente as suas trajetórias de vida. Com base na teoria da aprendizagem social de Bandura (2001), a criança/adolescente tende a desenvolver uma estratégia denominada de modelagem, na medida em que replica os comportamentos apreendidos. Diz a literatura que os processos de influência familiar têm forte impacto na socialização do adolescente, já que os mecanismos de aprendizagem, ou

influência, estão na base da transmissão de cognições e comportamentos de pais para filhos. Deste modo, foi possível concluir que a violência é efetivamente transmitida entre gerações.

Quando se analisaram os fatores contextuais que favorecem a prática de comportamentos violentos na família de origem verificou-se que, como refere Strey (2002), o indivíduo reproduz o contexto cultural no qual foi criado, sendo que tanto cria como mantém todos os valores e normas que lhe foram previamente incutidos culturalmente. No seguimento da linha de pensamento de Longshore, Turner e Stein (1996), Pratt e Cullen (2000) e Castro (2012), as entrevistadas defendem que os fatores contextuais poderão ser considerados potenciadores, mas não necessariamente geradores de violência. Assim, fatores como pobreza, desemprego, existência de dependências e a pertença a estratos sociais baixos, podem produzir lacunas nas dinâmicas familiares e, consequentemente, originar comportamentos agressivos. Todavia, não é linear. Este fenómeno pode ser justificado pelo facto de indivíduos pertencentes a classes sociais mais altas disporem de mais e diferentes mecanismos e estratégias de resolução destes conflitos e, devido à maior literacia, serem mais informados.

Posteriormente, procurou-se compreender em que medida a violência doméstica produz impactos negativos no desenvolvimento das crianças e jovens. Em concordância com o explanado no capítulo I, a construção identitária do ser humano ocorre na fase da adolescência. Autores como Shoemaker (1990), Schenker e Minayo (2003), Ferreira (2004) e Custódio, Costa e Porto (2010) afirmam que a família é, neste âmbito, a entidade responsável pela inserção do indivíduo na sociedade pois estabelece o vínculo entre este e o mundo físico, através das condições preliminares por si criadas e que condicionam a posterior aquisição de características dos mediadores específicos. As entrevistadas defendem que muitas das vezes a violência ocorre no período de construção identitária, no qual as crianças estão em pleno processo de construção e consolidação identitária, e a exposição a esta produz impactos na relação consigo

e com os outros. Desta forma, é possível afirmar que a exposição a episódios de violência faz das crianças vítimas, sejam diretas (por meio de negligência, abuso psicológico, físico e sexual) ou indiretas (por intermédio do testemunho da violência doméstica entre ascendentes).

As entrevistadas, em concordância com o defendido por autores como Walker, Grantham-McGregor, Himes, Williams e Duff (1998), Gillock & Reyes (1999) e Carvalho (2013), alertam que a replicação de condutas transgressivas e violentas ocorre porque as crianças e jovens que experienciam e assistem a episódios desta natureza consideram-nos legítimos. A legitimação e normalização da violência que é construída desde que a criança nasce e que se mantém durante o seu período de desenvolvimento, potencia a repetição de comportamentos nas relações futuras. Quando se procurou verificar a predisposição das crianças, vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica, para praticar atos ilícitos face à exposição deste crime, concluiu-se que estas, não só são mais propícias a praticar atos ilícitos, como também a legitimar a ocorrência deste fenómeno, quer no papel de agressor, quer no papel de vítima.

Concluindo, as vulnerabilidades encontradas no ambiente familiar e, portanto, vivenciadas por jovens delinquentes, influenciam diretamente o processo de desenvolvimento destes e pode, inclusivamente, estar na origem dos atos desviantes.

A questão colocada para orientar a presente investigação foi se a exposição à violência doméstica específica entre ascendentes poderia potenciar a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens. Mediante o trabalho de investigação acima apresentado, quer a nível de literatura, quer a nível dos depoimentos prestados por aqueles que trabalham e lidam diariamente com o fenómeno da violência doméstica, é possível afirmar que existe nexo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil. Porém, é necessária cautela quando se procura afirmar que assistir a episódios de violência doméstica pode ser potenciador da prática de comportamentos delinquentes por parte dos mesmos. A transmissão da violência entre gerações existe e, com base

na teoria da aprendizagem social, é possível afirmar que as condutas/comportamentos desviantes podem ser herdadas pelos filhos. Porém, este fenómeno não é exclusivo. Quando ocorre violência entre ascendentes, o indivíduo está diante de dois role models: uma vítima e um agressor, sendo possível replicar qualquer um dos papéis. O cerne da investigação prende-se em compreender o impacto da vitimização nas crianças, sendo evidentes os efeitos danosos no desenvolvimento comportamental, emocional, social e cognitivo. Não obstante, é importante identificar os fatores de risco e proteção, como por exemplo os fatores pessoais ou características individuais dos intervenientes, e se estes têm capacidade de desenvolver estratégias de *coping*.

No estudo qualitativo realizado, as técnicas admitiram igualmente que a violência tem impacto no desenvolvimento e comportamento das crianças e jovens. O fenómeno da violência doméstica e a exposição aos seus episódios tem adquirido contornos inquietantes. Deste modo, é prioritário substanciar a perceção social daqueles que trabalham no âmbito da temática da violência doméstica, neste caso concreto, da violência conjugal, acerca dos efeitos negativos acima descritos. Sendo um crime cujas vítimas são maioritariamente mulheres, é importante desenvolver mecanismos com perspetiva a impulsionar o *empowerment* feminino, estratégias de resolução de conflitos, a consciencialização acerca da perpetuação da vitimização, bem como o desenvolvimento de mecanismos de controlo educativo dos seus filhos.

As principais limitações desta investigação prendem-se com a recolha de dados. Em primeira instância, no que respeita à indisponibilidade de colaboração por parte das associações de apoio à vítima, o que fez com que o número de entrevistas realizadas fosse reduzido. Em segunda instância, o facto de não ter sido possível entrevistar as próprias vítimas devido à sensibilidade da temática em questão. Devido às condicionantes supramencionadas, não é possível generalizar as conclusões desta investigação.

Como sugestão a futuras linhas de investigação, seria de extrema importância proceder-se ao estudo de mecanismos que operem a nível do

agregado familiar, de forma a procurar dissipar a modelagem que é muito vincada e presente. Seria igualmente importante a realização de entrevistas biográficas aos pais de crianças e jovens que enveredaram por caminhos desviantes, no sentido de compreender as suas trajetórias e estilos de vida, bem como a estruturação de ações de sensibilização e projetos escolares, com o propósito de reeducar as crianças.

Concluindo, foram alcançados todos os objetivos previamente estabelecidos de forma a dar resposta à pergunta central da presente investigação.

Referências bibliográficas

- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1).
- Alexander, K. L., Entwistle, D. R. & Kabbani, N. S. (2001). The dropout process in life course perspective: Early risk factors at home and school. *Teachers College Record*, 103(5).
- Alves, C. (2005). *Violência Conjugal*.
- Antle, B., Barbee, A., Yankeelov, P., & Bledsoe, L. (2010). A qualitative evaluation of the effects of mandatory reporting of domestic violence on victims and their children. *Journal of family social work*, 13.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2).
- Bandeira, L. A. (2008). Contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, 16(1).
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*.
- Bandura, A. (2001). Social Cognitive theory: na agentic perspective. *Annual Review of Psychology*. 52.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, 70, 225.
- Becker, H. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar Um Projeto de Investigação* (4ª ed.). Gradiva.
- Berger, P. & Juckmann, T. (1976). *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes.
- Berger, P. L. (1967). *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*. Garden City, NY: Doubleday.
- Besemer, S. (2012). Specialized versus versatile intergenerational transmission of violence. A new approach to studying intergeracional transmission from violent versus nonviolent fathers: Latent Class Analysis. *Journal of Quantitative Criminology*, 28.
- Bhattacharjee, A. (2012). *Social science research: Principles, methods, and practices*. Florida: University of South Florida.

- Bogdan, R., Biklen, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment. Attachment and Loss: Vol. 1. Loss*. Now York: Basic Books
- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. New York: Jason Aronson.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa. Climepsi.
- Carvalho, M. J. L. A Lei Tutelar Educativa – A criança e o facto qualificado na lei como crime. A medida de internamento – sentido e potencialidades. Comunicação apresentada na ação de formação “Curso de Especialização Temas de Direito da Família e das Crianças”, no dia 22 de março de 2013, em Lisboa. [Consultado a 11/12/2019]. Disponível na internet: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao_Tutelar_Educativa.pdf. ISBN
- Carvalho, M. J. L. (2005). Jovens, espaços, trajectórias e delinquências. *Sociologia, problemas e práticas*, (49), 53-70.
- Carvalho, M. J. L. (2000). Violência Urbana e Juventude: o problema da delinquência juvenil. *Infância e juventude*, nº3.
- Carvalho, P. S. L. S. D. (2012). Fatores de influência individuais, psicossociais e relacionais para a ocorrência de gravidez na adolescência em Portugal Continental.
- Castro, J (2012). *Delinquência, justiça e prevenção. Ação de formação “A Delinquência Juvenil”*, Porto.
- Chanfrault-Duchet, T. M. F. (1988), *Le Système Interaccionnel du Récit de Vie*. In *Sociétés, Revue des Sciences Humaines et Sociales*, Paris, Ed. Masson, n.º 18.
- Cohen, A. (1955). *Delinquent boys*. New York, 84.
- Cohen, L. e Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44: 588-608.
- Cornwall, M. (1988). “The Influence of Three Agents of Religious Socialization: Family, Church, and Peers,” in *The Religion and Family Connection: Social*

Science Perspectives, ed. Darwin L. Thomas (Provo, UT: Religious Studies Center, Brigham Young University).

Correia, A. L., & Sani, A. I. (2015). As casas de abrigo em Portugal: Caraterização estrutural e funcional destas respostas sociais. *Análise Psicológica*, 33(1), 89-96.

Costa, J. (1999). Delinquência Juvenil. Que política? Actas do Congresso Crimes Ibéricos. Instituto de Educação e Psicologia. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

Cunningham, A. & Baker, L. (2004). What about Me: Seeking to Understand the Child's View of Violence in the Family. London, On: Centre for Children and Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.

Curran, L. (2013). 101 trauma-informed intervention. PESI Publishing and Media.

Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Lisboa, Casa das Letras.

Delson, C., & Margolin, G. (2004). The role of family-of-origin violence in men's marital violence perpetration. *Clinical Psychology Review*.

Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30.

Devaney, J. (2015). Research review: the impact of domestic violence on children. *Irish Probation*, 12.

Dias, J. e Andrade, F. (1997). *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade. Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica—o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e desenvolvimento*, 19, 139-156.

Diniz, D. (2011). Estereótipos de gênero nas cortes internacionais – Um desafio à igualdade: Entrevista com Rebecca Cook. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2).

Duarte, V. (2012). Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina. *Configurações. Revista de sociologia*, (9), 121-133.

Durkheim, É. (1893). *Da Divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- Durkheim, É. (1897). O Suicídio. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Espelage, D. L., Hong, J. S., Rao, M. A., & Low, S. (2013). Associations between peer victimization and academic performance. *Theory Into Practice*, 52(4).
- Eufrásio, M. A. (2008). A Escola de Chicago de Sociologia: perfil e atualidade. Lucena, CT & Souza Campos, M. Christina de (orgs.), *Práticas e representações*. São Paulo: Humanitas/CERU.
- Falcke, D., Rosa, L. W., & Madalena, M. (2012). Violência familiar: Rompendo o ciclo transgeracional e seguindo em frente. In M. N. Baptista & M. L. M. Teodoro (Orgs.), *Psicologia de família – Teoria, avaliação e intervenção* (pp. 127-136). Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, E. V. (2004). Factores de resistência a opções delinquentes: um estudo exploratório. V Congresso Português de Sociologia.
- Ferreira, P. M. (1997). Delinquência Juvenil. *Análise Social*, XXXII (143).
- Ferreira, P. M., (1999), "Desvio e Juventude: Causas Sociais da Delinquência Juvenil", dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE
- Ferreira, P. M. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 33.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fonseca, A. C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais. In A. C. Fonseca, *Comportamento Anti-social e Crime*. Coimbra: Almedina.
- Fortin, Marie-Fabienne (2003) – O processo de investigação: da concepção à realização. 3.^a ed. Loures: Lusociência.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gedara, N. J. J. H. (2016). Domestic violence and children: raising awareness of school personnel responsibilities (Doctoral dissertation).
- Geremek, Bronislaw; (1998), "Marginalidade" em *Enciclopédia Einaudi* nº38 *Sociedade e Civilização*; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 185-212, 1998.

- Ghiglione, R., Matalon, B., Pires, C. L., & de Saint-Maurice, A. (2001). O inquérito: teoria e prática.
- Giddens, A (1997). *Sociology*. Cambridge: Policy Press
- Gillock, K. L., & Reyes, O. (1999). Stress, support, and academic performance of urban, low-income, Mexican-American adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 28(2).
- Gomes, A. R. (2012). *Crimes Contra a Propriedade: Uma Abordagem de Criminologia Ambiental*. Porto: FCHS (Trabalho de conclusão de Licenciatura em Criminologia).
- Gomes, J. V. (1994). Socialização primária: tarefa familiar. *Cadernos de Pesquisa*, (91), 54-61.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3.^a ed). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. & Machado, C. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes. Vol.1 Adultos*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*, Stanford: Stanford University Press
- Himmelfarb, H. S. 1979. "Agents of Religious Socialization among American Jews." *Sociological Quarterly* 20: 447–94.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Kraemer, H. C., Stice, E., Kazdin, A. E., Offord, D. R., & Kupfer, D. J. (2001). How do risk factors work together? Mediators, moderators, and independent, overlapping, and proxy risk factors, *American Journal of Psychiatry*, 158.
- Lahire, B. (2017). A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21.
- Laraia, R. D. B. (1986). *Conceito Antropológico de Cultura*, 1983. Republicado com o título *Cultura: Um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- Le Blanc, M. (2008). O comportamento delinquente dos adolescentes: o seu desenvolvimento e a sua explicação. In M. Le Blanc, M. Ouimet & D. Szabo (Eds.) *Tratado de Criminologia Empírica*. Lisboa: Climepsi.

- Lenski, G. 1963. *The Religious Factor*. Garden City: Doubleday
- Loeber, R. & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48.
- Longshore, D., Turner, S., & Stein, J. (1996). Self-control in a criminal sample: An examination of construct validity. *Criminology*, 34, 209-228
- Lourenço, N. (2000). "Violência Doméstica: Conceito e Âmbito. Tipos e Espaços de Violência", Seminário Violência Doméstica, Gabinete da Ministra da Igualdade, Lisboa, Procuradoria-Geral da República.
- Lüdke Nardi, F., & Dalbosco Dell'Aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica.
- Machado, C. e Gonçalves, R. A. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, H. (2008) *Manual de Sociologia do Crime*, Porto, Edições Afrontamento.
- MacLeod, P., Kinver, A., Page, L., Iliasov, A. & Williams, R. (2009). 2008-09 Scottish Crime and Justice Survey – Partner Abuse. Edinburgh: The Scottish Government. Disponível em <http://www.gov.scot/Resource/Doc/296149/0092065.pdf> (consultado a 27 de dezembro de 2019).
- Manita, Celina (2009) (Coord.). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir. Guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*, Lisboa, CIG.
- Martins, H. H. T. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, 30(2), 289-300.
- Martins, M. J. D. (2005). O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1).
- Matza, D., & Sykes, G. M. (1961). Juvenile Delinquency and Subterranean Values. *American Sociological Review*, 26, n.º 5.
- Moreira, S. F. F. (2013). A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Revista PSICO*, 37(1), pp. 7-13.

- Nunes, A. S. (2003). Violência conjugal: o papel do médico de família. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 19, 142.
- Nunes, F. M. F. U. (2012). "A medida tutelar de internamento", Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Oliveira, M., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro.
- Oliveira, M. S. A. D. (2011). Violência intergeracional: da violência na família à violência no namoro.
- Oliveira, M. S. A. D. (2014). Transmissão intergeracional da violência. Chiado Books
- Olson D. H. & Gorall D. M. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal Family Processes* (3ªEd., pp. 514-547). New York: Guilford.
- Pais, E. (1996). Violência: reflexões em torno de um conceito, in *InterAcções*, nº4.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise social*, 139-165.
- Pais, J. M. (2016). Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. XinXii.
- Papero, D. V. (1998). A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen. In M. Elkaim (Org.), *Panorama das terapias familiares* (pp. 71-100). São Paulo: Summus.
- Parsons, T. 1966. *Societies – Evolutionary and comparative perspectives*. New Jersey: Prentice-Hall. 1966.
- Pasqual. L., Pinheiro, A., Lima, V. (1987). Delinquência: Etiologia. Desenvolvimento de um Modelo Explicativo. *Psic. Teor. o Pesq.* Brasília, V.3, nº2.
- Penso, M. A. (2003). Dinâmicas familiares e construção identitária de adolescentes envolvidos em atos infracionais e drogas (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., Carrilho, P. (2012) *Delinquência e Violência Juvenil em Portugal. Traçando um retrato a diferentes vozes*. Centro de Estudos para a intervenção social, YouPrev.

- Piaget, J. (1975) *A Construção do Real na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pingley, T. (2017). The impact of witnessing domestic violence on children: A systematic review.
- Pinheiro, P. S. (2006). World report on violence against children. National Children's Advocacy Center.
- Pires, H. S. (2005). Aspectos educativos do sistema relacional em famílias monoparentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 293-302.
- Poiares, N. (2020), "Violência doméstica, confinamento e COVID-19", *SOCIALiS* - Jornal do Núcleo de Estudantes de Sociologia do ISCTE-IUL, 5.ª edição, 20 de maio, dossier temático "Sociologia do Crime", 4-5.
- Poiares, N. (2019). "Violência doméstica e atividade policial", *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 9, Lisboa: IDPCC-FDUL, 59-75.
- Poiares, N. (2015). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Poiares, N. (2012). *Violência, crime e a dimensão simbólica da Lei: o caso da violência doméstica*, Atas do VII Congresso Português de Sociologia, FLUP, APS
- Pratt, T., Cullen, F. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: A metaanalysis. *Criminology*, 38, 931-964.
- Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Quivy, R. e Campenheoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Radford, L., Corral, S., Bradley, C., Fisher, H., Bassett, C., Howat, N. & Collishaw, S. (2011). *Child Abuse and Neglect in the UK Today*. London: NSPCC. Disponível em <http://www.nspcc.org.uk/globalassets/documents/research-reports/child-abuse-neglect-uk-today-research-report.pdf> (consultado a 27 de dezembro de 2019).
- Rosen, E. J. (1998). *Families facing death: a guide for healthcare professionals and volunteers*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

- Rosen, K. H., Bartle-Young, S., & Smith, S. M. (2001). Using Bowen Theory to enhance understanding of the intergenerational transmission of dating violence. *Journal of Family Issues*
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, (16).
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4).
- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise social*, (180), 849-864.
- Sani, A. I. (2011). *Crianças Vítimas de Violência: Representações e Impacto do Fenómeno*. Porto: Edições UFP.
- Sani, A. I. & Cardoso, D. (2013). A exposição da criança à violência interparental: uma violência que não é crime. *Revista Julgar Online*, 4, 1-10. Disponível em <http://julgar.pt/?s=a+exposicao+da+crianca+a+violencia+interparental> (consultado a 27 de dezembro de 2019).
- Sani, A. I. e Caridade, S. (2013) (Coord.), *Violência, Agressão e Vitimação: Práticas para a Intervenção*, Coimbra, Almedina.
- Sani, A. I. (2015). Victimización indirecta de niños en contexto familiar. *Revista Victimologia, Série Visibilización de la Violencia*, 17.
- Sani, A. I. (2016). Vitimização vicariante. In R. Maia L. Nunes, S. Caridade, A. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes & L. Afonso (Coords.), *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*. Edições Sílabo.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sengstock, M. C. (1976). The Culpable Victim in Mendelsonncs Typology. Paper presented at the Annual Meeting of the Midwest Sociological Society (St. Louis, Missouri).
- Shoemaker, Donal J. (1990). *Theories of Delinquency: An Examination of Explanations of Delinquent Behavior*, Oxford University Press, New Work.
- Silva, C. R., & Lopes, R. E. (2010). Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 17(2).

- Silva, C. A. F. D. (2016). Programa de prevenção de comportamentos de risco e promoção de uma cidadania saudável: Alinhas? (Master's thesis).
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios. Lidel edições técnicas, 001-1.
- Sousa, T. S. D. (2013). Os filhos do silêncio: crianças e jovens expostos à violência conjugal: um estudo de casos (Master's thesis).
- Stanley, N. (2011). Children Experiencing Domestic Violence: A Research Review. Devon: Dartington.
- Straus, M. A. (1991). Children as Witness to Marital Violence: A Risk Factor for Life Long Problems among a Nationally Representative Sample of American Men and Women.
- Sutherland, E. H. (1945) Is 'White Collar Crime' Crime?. American Sociological Review, Washington, v. 10, n. 2.
- Sutherland, E. H. & Cressey, D. (1970). Principles of Criminology. London: Routledge.
- Taborda Simões, M. C. (2002). Adolescência: Transição, crise ou mudança? Psychologica, 30, 407-429.
- Temple, J., Shorey, R., Tortolero, S., Wolfe, D. and Stuart, G. (2013). Importance of gender and attitudes about violence in the relationship between exposure to interparental violence and the perpetration of teen dating violence. Child abuse & neglect, 37.
- Topa, H. (2009). Violência doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com as vítimas à vivência das vítimas. Tese de Mestrado. Porto: FPCE – Universidade do Porto.
- Tuckman, B. (2002). Manual de Investigação em Educação- Como Conceber e Realizar o Processo de Investigação em Educação. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vilelas, J. (2009). Investigação. O processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo.
- Walliman, N. (2011). Research methods: The basics. Oxon: Routledge.
- Weiner, I. (1995). Perturbações Psicológicas na Adolescência, Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.

Walker, S. P., Grantham-McGregor, S. M., Himes, J. H., Williams, S., & Duff, E. M. (1998). School performance in adolescent Jamaican girls: Associations with health, social and behavior characteristics, and risk factors for dropout. *Journal of Adolescence*, 21(1).

Widom, C. S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244 (4901).

Wolf, K. A., & Foshee, V. A. (2003). Family violence, anger expression styles and adolescent dating violence. *Journal of Family Violence*, 18.

Anexos

Anexo I

Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação

(de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo)

Título do estudo:

Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes

Enquadramento:

O presente documento tem como escopo a elaboração da dissertação para obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Policiais, com especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e com a Orientação científica do Intendente Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares.

Explicação do estudo:

A delinquência juvenil é um tema atual que tem adquirido bastante relevo nas últimas décadas. Também a Violência Doméstica tem contraído um papel relevante nas reflexões científicas e políticas por todo o mundo. Por conseguinte, pretende-se a elucidação da definição de cada um dos conceitos, bem como de que forma interagem entre si. O propósito primordial da presente investigação prende-se com o vínculo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil. Divide-se em duas etapas: numa primeira fase, a pesquisa bibliográfica no sentido de investigar e averiguar as obras teóricas e metodológicas; numa segunda fase, na fundamentação da problemática por via

da circunscrição da narrativa da delinquência juvenil como fruto da exposição ao crime perpetrado da Violência Doméstica, no caso particular da Violência conjugal entre ascendentes.

O propósito da investigação foca-se em apresentar uma reflexão acerca de como a violência doméstica potencia a prática de atividades ilícitas por parte de crianças e jovens. O presente estudo visa, portanto, dar resposta à seguinte pergunta: a exposição à Violência Doméstica, no caso particular da Violência entre ascendentes, pode potenciar a prática de comportamentos desviantes em crianças e jovens?

Posto isto, tem como principais objetivos: interpretar e caracterizar os fenómenos da delinquência juvenil, da violência doméstica e da violência conjugal e determinar se existe um nexo de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil.

Técnica de recolha de dados:

O método respeita à elaboração de inquéritos por entrevista a técnicos de apoio à vítima. Assim, o recurso empregue respeita à elaboração e aplicação de um conjunto de questões, determinado a gerar dados necessários à concretização do proposto, a resposta à pergunta de partida. Os inquéritos por entrevista deverão ser elaborados segundo uma sequência lógica, tendo como foco a eficácia na colheita de dados para que possa concretizar o objetivo primordial. Não obstante, o guião deverá dar abertura para que as questões possam ser ajustadas caso surjam outros assuntos ou tópicos no decorrer da entrevista.

Grata pela compreensão,

Inês Lopes Gaspar

N.º da Entrevista				
Data				
Duração	Início	__:__	Fim	__:__
Local				
Acordada anteriormente	Sim		Não	
Autorizado o registo áudio?	Sim		Não	

Sexo	Feminino		Masculino	
Nome/Idade				
Formação Académica	Direito			
	Psicologia			
	Serviço Social			

N.º	Questão
Q1	<p>Descreva em algumas palavras qual o âmbito da instituição e de que forma é realizado o acompanhamento das vítimas</p> <p><u>Procurar ver respondido:</u> o que é feito, como é constituída a equipa, quais são os principais obstáculos e/ou dificuldades, falar do caso particular da VD</p>
Q2	<p>Existe algum tipo de ação preventiva relativamente ao caso específico da VD?</p>
Q3	<p>De que forma este tipo de violência influencia o desenvolvimento e crescimento das crianças e jovens?</p> <p><u>Procurar ver respondido:</u> se acredita que possam existir fatores contextuais que favorecem a violência doméstica – abordar a questão da transmissão intergeracional de violência.</p>
Q4	<p>Acredita que possam existir fatores contextuais que favorecem a violência doméstica?</p> <p><u>P.E.:</u> fatores socioculturais, demográficos, psicológicos, entre outros.</p>
Q5	<p>Considera que este tipo de violência torna estas crianças e jovens agressivos ou submissos?</p>
Q6	<p><u>Pergunta aberta:</u> deixar ao critério do entrevistado determinar se pretende acrescentar algo acerca do tema</p>

Anexo II

Entrevista Doutora Cátia Rodrigues

Sexo	Feminino
Formação Académia	Psicologia
Informações Adicionais	Diretora Casa Abrigo Lisboa

Data	28/10/2019	
Duração	Início - 11:05	Fim – 12:04
Local	APAV/GAV Lisboa	
Acordada anteriormente	Sim	
Autorizado o registo áudio?	Sim	

Doutora Cátia Rodrigues: Relativamente a primeira pergunta, embora a entrevista esteja a decorrer aqui no gabinete de Lisboa o meu local de trabalho não é aqui, eu trabalho numa das casas de abrigo APAV e portanto o trabalho que eu realizo é feito, porque a APAV presta apoio a vítimas de crime, embora a maior parte das pessoas que apoiamos sejam vítimas de violência doméstica. O meu trabalho em casa abrigo, portanto, toda a minha intervenção é com mulheres e crianças que foram vítimas do crime de violência doméstica. Às vezes podem surgir outros crimes, mas o âmbito da nossa intervenção é efetivamente esse. Relativamente ao acompanhamento, é muito semelhante ao que é feito no gabinete, a diferença que é feito de uma forma muito mais intensiva, ou seja, genericamente falando nós prestamos quatro tipo de apoios: falamos sempre do apoio emocional e poderá ser prestado por qualquer técnico de apoio à vítima independentemente da formação porque somos todos formados na área das ciências sociais e humanas e depois há outro mais técnico que está relacionado com o apoio jurídico, o apoio social e o apoio psicológico. Na casa de abrigo, este acompanhamento acaba por ser feito de uma forma mais intensiva porque paralelamente a estes apoios de que eu falei à pouco, há todo um processo que eu digo que procuramos que a casa seja mais do que um teto, deverá ser visto também como espaço de crescimento e, portanto, é claro que nunca vemos as pessoas como elas são no seu todo mas temos uma visão muito mais integrada daquilo que elas são e, portanto, no caso das pessoas adultas, das mães ou das

mulheres que não tenham filhos, também acontece mas vemos como é que aquelas mulheres se encontram, como é que elas são enquanto mulheres, como é que são enquanto profissionais, como é que são no relacionamento que tem em relação às outras pessoas, em relação aos técnicos, portanto, acaba por ser uma visão muito, muito mais abrangente.

Entrevistadora: Sim.

Doutora Cátia Rodrigues: E por essa razão, para além dos tais apoios técnicos que falei, há todo um outro trabalho, quando eu falo em trabalho de crescimento, digo... isto diz respeito ao desenvolvimento de competências, e o que se pretende é que elas adquiram determinado tipo de competências. Genericamente falando, pode haver às vezes aquela ideia um bocadinho romântica de que quando fazemos o acolhimento de alguém estamos a falar de pessoas que são adultas e que por essa razão, pela sua experiência de vida, já terão adquirido alguns patamares no seu desenvolvimento pessoal e aquilo que nós percebemos é que não, que há um grande trabalho a fazer e então no que diz respeito às questões da inteligência emocional, há uma grande imaturidade e, portanto, há todo um trabalho que é feito, parece quase um trabalho de bastidores, porque é algo que não é trabalhado noutros contextos, poderá eventualmente se imaginarmos a intervenção de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou de outras unidades que prestam apoio estas mulheres quando há sinalização nesses casos, poderá eventualmente haver alguma intervenção nesse domínio. Mas se a nossa visão das coisas é um bocadinho limitada, eu diria que ali é um bocado mais porque tudo bem que pode haver visitas às casas das pessoas, pode haver um acompanhamento de proximidade...

Entrevistadora: Claro, permanente....

Doutora Cátia Rodrigues: Não é permanente porque não há condições para isso há que ter a consciência que nós só vamos ver aquilo que elas nos quiserem mostrar. Ali, como acabamos por ver com as pessoas e as famílias num contexto mais abrangente, também podemos perceber o que é que está bem e o que é que poderá ser corrigido e a nossa intervenção vai um bocadinho nesse sentido,

de ir afinando sem ter aqui um papel autoritário, mas de ver como é que as coisas funcionam. Também por trabalhar numa casa abrigo, nós temos um regulamento e a visão que existe em relação ao regulamento é de que porque é que elas precisam de regras. Este é logo visto de uma forma um bocadinho, com muito pouco acolhimento por parte de quem está. E eu proponho-me sempre dois desafios aqui: primeiro, é que devemos encarar o regulamento como instrumento estruturador e orientador para as pessoas que ali estão e, portanto, acho que acaba por ser uma ideia reducionista quando vemos colaboradores menos experientes falarem ou tentarem que a casa funciona em harmonia e dizerem que é assim porque é o que diz no regulamento. Porque parece que se esvazia tudo naquelas palavras

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: Que acabam por ser limitativas e reducionistas e de certa forma também não dá margem para flexibilidade e, se estamos a falar de pessoas como pouca maturidade emocional e de pessoas que também sabem muito pouco o que é liberdade, o que nós queremos é um espaço democrático, portanto, ao dar uma resposta destas acaba por ser um bocadinho complicado. Então o segundo desafio em relação ao regulamento passa por encarar os deveres delas enquanto utentes de uma forma pedagógica. Porque é que existem horários? Porque é importante que as crianças tenham rotinas, por exemplo. Porque é que é importante que haja um horário de entrada e de saída? Porque senão era uma anarquia. Claro que não vou dizer isso nestes termos, mas é importante que haja ali o mínimo de estrutura...

Entrevistadora: E de coerência...

Doutora Cátia Rodrigues: Porque é que dizemos que as refeições devem ser tomadas em família? Porque se as mães são acolhidas com os filhos, a promover ali alguns laços e porque é uma forma também promover todo o convívio familiar. Mas explicar isto de uma forma pedagógica, em vez de dizer "porque se devem se preservar os grupos familiares", isto para elas é quase igual a nada e, portanto, eu de vez em quando dou-me ao meu trabalho de estar a olhar para aqueles

deveres que elas têm para com a casa de uma forma pedagógica que é para poder eu própria perceber “então mas se eu tiver no lugar delas, qual é o sentido que isto faz, eu sou adulta, não mandam em mim...”. E então tentar explicar o lado positivo das coisas para se poder ir organizando, e pronto. Depois... ah, já agora, falando aqui da equipa, nós para conseguir pôr tudo isto em prática temos então... falo sempre da equipa como um todo mas podemos subdividir a equipa por duas equipas, digamos assim. Temos a equipa técnica que é constituída por mim e por mais três colegas, estou eu que sou psicóloga e estou a fazer também, sou eu que faço a gestão e assumo a direção da casa, tenho outra colega que presta assessoria à casa e que é licenciada em serviço social que também irá dar entrevista, tenho outra que também é de serviço social mas o trabalho dela é um bocadinho diferente tendo em conta também as características do trabalho, que já vou explicar, e tenho um colega que é educador social. E, portanto, nós procuramos que haja aqui uma intervenção multidisciplinar, até pelas nossas áreas de formação, parece que está aqui assim um bocadinho parente pobre que é o direito porque não falei apoio jurídico que não falei porque o apoio jurídico é prestado por uma colega aqui do gabinete de apoio à vítima de Lisboa e, portanto, todo o nosso trabalho visa a intervenção com estas famílias para fazer os tais três apoios que eu falei, do apoio social, jurídico e psicológico, e depois paralelamente são dadas ações de sensibilização para estas mulheres que são normalmente dadas pelo nosso educador social e pela outra assistente social e aqui vamos procurando desenvolver algum tipo de competências. Mas eu não vou falar muito mais sobre isso por causa da pergunta que vem a seguir, que eu já vi aqui para a frente...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: Depois temos a equipa auxiliar que é constituída por 5 monitoras e são todas licenciadas, nós não precisaríamos de pessoas que tivessem esta formação mas em todo o caso, como já tive a experiência dos não licenciados e não correu bem, prefiro apostar em licenciados nesta área das ciências sociais e humanas e, portanto, o trabalho delas é realizado por turnos

porque estamos a falar de um serviço que está aberto 24 horas por dia, todos os dias do ano. E, portanto, são elas que fazem o acompanhamento destas famílias no seu dia-a-dia, para as apoiar nas questões mais práticas da organização do dia-a-dia. Temos ainda um técnico multifunções que faz parte da equipa auxiliar e é ele que vai garantindo o bom estado de conservação e manutenção da casa abrigo e um cozinheiro que supostamente nós somos obrigados a ter uma cozinheira ou um cozinheiro na casa abrigo mas como o nosso, a nossa intenção é que haja aqui um desenvolvimento de competências, das pessoas que ali estão temos um cozinheiro que não cozinha, na prática o que ele faz é promover ações de sensibilização para as senhoras sobre alimentação saudável, algumas questões sobre alimentação infantil, sobre segurança e higiene alimentar, de vez em quando promove uns workshops de culinária quando elas querem ter algum tipo de conhecimento extra e também é ele que nos ajuda no planeamento das refeições para a casa abrigo, e pronto. Relativamente depois à nossa intervenção, ainda respondendo aqui esta esta sub questão, acaba por ser um trabalho desafiante, também porque estamos com pessoas que como eu disse, não havendo democracia naquelas cabeças, acabam por estabelecer relações muito desiguais na casa abrigo. E é muito difícil nós conseguirmos encarar as pessoas, olhar para as pessoas, quero vê-las, ter uma relação em que sejam verdadeiramente solidárias, verdadeiramente que haja ali alguma igualdade no tratamento que tem entre umas e outras, aliás, por norma aquilo que observamos é que as relações que estabelecem é um bocadinho de opressor e oprimido, um bocadinho semelhante àquilo que aconteceu antes de irem para a casa abrigo. Até porque no que diz respeito à violência doméstica, aquilo que eu percebo quando vou fazendo a história de vida de cada uma daquelas mulheres, percebo que na maior parte dos casos a violência não começou com os companheiros que as fizeram chegar à casa abrigo. Já começou antes. Começou eventualmente com os pais que já se maltratavam entre si, começou eventualmente por algumas, que eu nunca me dei ao trabalho de fazer a estatística, mas existe um número significativo de mulheres que têm por trás uma história de abuso sexual, seja dentro da família ou fora, mas é raro não ter um grupo em que não haja

pelo menos uma pessoa que não tenha tido uma experiência destas e, portanto, das relações que elas estabelecem umas com as outras também nos leva aqui a ter muito cuidado com a intervenção que nós fazemos. Claro que eu não olho para elas como as coitadinhas e a nossa intenção é empoderá-las. Também não tenho intenção de andar com elas ao colo, passo a expressão, mas é um trabalho em que temos que ter muito cuidado na forma como nós trabalhamos e agimos com elas. Isto porque por exemplo, elas nas relações que estabelecem umas com as outras, precisamente por haver uma grande igualdade e por não saberem muito bem o que é um opressor e um oprimido, mas é este o relacionamento que existe entre elas. Depois às vezes parece que se esqueceram daquilo que aconteceu com elas, ou do impacto que determinado tipo de comportamento e atitudes todos tiveram ou têm na vida delas. E, portanto, se alguém diz que normalmente os dramas delas resumem-se às tarefas da casa abrigo, o que eu acho que é muito redutor, mas de qualquer maneira os dramas delas são estes. “Ah porque uma cozinha mal e porque se estou zangada com a outra depois não comem a comida da outra ou porque não sabem passar a ferro...” e acabam por estar ali a replicar um bocadinho os modelos daquilo que ouviram nas relações que estabeleceram. Ou então precisamente por não haver solidariedade, haver ali um poder negativo que acaba por ser assegurado pelas questões do medo, ou seja, “eu sei esse segredo de ti” portanto... não é que elas sejam assim muito perversas, mas de vez em quando acontece. “Eu tenho este segredo, portanto, se fizeres isto depois eu posso dizer aquilo”, e eu às vezes dou por mim a pensar “mas eu estou a trabalhar numa casa abrigo ou numa prisão?”, porque parece assim uma coisa muito, um ambiente às vezes que eu chamo quase de «práticas de economia subterrânea», porque é uma coisa assim tão subtil que é um bocadinho estranho. E então isto simbolicamente engraçado ver como é que elas vão testando os limites, porque simbolicamente a equipa técnica é encarada um bocadinho como os pais e as monitoras como as mães, e depois elas vão testando limites com uns e com outros e depois mesmo entre a própria equipa, eu sei que há ambientes diferentes consoante quem lá esteja...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: A equipa, a monitora, consoante haja um elemento novo a entrar, porque tiramos a radiografia e podem não saber nada da nossa vida mas conseguem perceber quais são os nossos pontos mais vulneráveis, e usam isso também na forma como vão agindo connosco, portanto, se nós tivermos consciência das nossas limitações e dos nossos pontos fracos, é meio caminho andado para conseguir lidar com elas e conseguirmos gerir toda esta questão. Senão, a nossa tarefa sai um bocadinho mais dificultada, e pronto. Para tentar desconstruir isto, e tendo em conta também as próprias pessoas, se der, porque depois também depende de pessoa para pessoa e há pessoas com quem não dá para fazer isso, mas nós usamos muito o humor na forma como vamos encarando o trabalho com elas, até porque temos o contexto mais restrito para os atendimentos que são feitos em sala própria e é um trabalho mais acústico, passo a expressão, também há muito do nosso trabalho que é desenvolvido nos espaços comuns e às vezes as coisas acontecem quando menos esperamos. Coisas tão simples dando um exemplo concreto: como eu disse o grande problema delas são as tarefas da casa de abrigo, eu acho que a vida delas é muito mais do que isto e para que as coisas funcionem, e eu estou a falar de um espaço onde estão 25 pessoas no máximo, claro que se calhar no máximo são 10 adultos e os restantes são crianças porque vem quase todas as mulheres acompanhadas pelos seus filhos, então todas as tarefas que existem na casa são feitas pelas pessoas que lá estão acolhidas, mas para que haja o mínimo de equilíbrio nós fazemos reuniões semanais com elas que é para depois cada pessoa fazer a sua tarefa, mas são elas que decidem. Só que numa fase inicial éramos nós que decidíamos quem é que fazia o quê.

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: E envia sempre discórdia... porque nós não sabíamos da vida delas... mentira, não é, porque tínhamos essa preocupação. Mas na cabeça delas nunca conseguimos agradar ninguém, porque nem tudo corria como elas desejavam. Então, para que de facto... demos por nós a pensar

“isto de facto faz sentido, porque é a vida delas... vamos passar a responsabilidade ao grupo”, porque no fundo melhor que ninguém elas para decidir quem é que faz o quê. E de há uns anos, nós funcionamos há 13 anos, eu se calhar diria que há uns 8 ou 9 anos que são elas que se reúnem...

Entrevistadora: Tem essa responsabilidade.

Doutora Cátia Rodrigues: Com a mediação de quem está de turno, mas são elas que decidem entre elas quem é que faz o quê. Mas claro que a discórdia continua a existir, por muito que haja um apelo, porque há pessoas que gostam de ter as tarefas diluídas ao longo da semana, há outras que tem as tarefas todas de manhã à noite é há uma pessoa só responsável por aquilo, que eu acho que é um exagero, mas são as opções delas. E então houve aí uma altura em que elas estavam em conflito, não sei muito bem porquê, e eu estava a almoçar e sentia... porque eu almoço com elas... e sentia aquele ambiente de tensão e elas diziam “ah isto hoje é que vai ser... acho que vamos ter que tomar uns calmantes porque logo à noite... logo à noite é que vai ser... Porque era o dia em que se ia fazer a reunião de tarefas. Depois, no dia seguinte, percebi que as coisas não correram muito bem e então estavam todas reunidas e queriam fazer uma reunião comigo que era para decidir então como é que se fazia, o que é que não se fazia e aquilo bem exprimido não dava em nada... E eu só pergunto: porque é que fazem uma tempestade num copo de água quando não há necessidade para isso. E então lá reuni eu com elas a explicar que isto é um bocado absurdo e tentar repor aqui a ordem, porque depois há sempre alguém que gosta de se destacar e de liderar, mas acaba por ser uma liderança muito má. Mas pronto, isto acontece em todos os grupos, e, portanto, a minha intenção foi clarificar qual é o objetivo das reuniões, como é que elas se podem organizar e elas é que se decidem na prática. E como elas não são do tempo em que éramos nós que decidíamos, até fiz esse ponto de histórico para elas perceberem como é que as coisas funcionavam.

Entrevistadora: E que alterações é que houve...

Doutora Cátia Rodrigues: Exatamente. As discórdias existem sempre e que eu acho que é importante que ela se decidam o que é que cada uma deve fazer, e que se tem alguma coisa a dizer que digam, porque para mim foi muito incomodativo ouvi-las falar, e falei sobre isso abertamente, se estão de mal com alguém que falem com essa pessoa. Porque andar a “mandar boquinhas para o ar” ... claro que aquilo se calhar era para ver se eu mordida o isco, que eu não mordi porque não estavam diretamente...

Entrevistadora: mas cria clima de tensão, não é?

Doutora Cátia Rodrigues: Cria. E portanto na prática nós acabamos por servir ali um bocadinho de mediadoras, porque embora elas sejam conflituosas, percebem ao mesmo tempo que aquele é um espaço de segurança e, portanto, claro que há conflitos, claro que de vez em quando há ali uma troca de insultos, às vezes está um ambiente de cortar à faca, mas elas sabem que está sempre ali alguém, com mais insegurança ou mais segurança de acordo com o técnico que tem ali à frente, mas eu acho que elas percebem que estão nesse ambiente seguro e, portanto, passa por nós um bocadinho... não quero assumir a responsabilidade por inteiro porque estou a falar com pessoas adultas... e era o que eu lhes dizia, que elas estavam-se a comportar como adolescentes mas eram adultas e era como adultas que eu ia falar com elas... mas se que era inadmissível a forma como se estavam a tratar, porque virem de um ambiente violento e estarem aqui com este tipo de comentários não faz sentido nenhum.

Entrevistadora: Que é quase como replicar, não é, “agora que estou no ambiente seguro” ...

Doutora Cátia Rodrigues: Sim, sim! É uma questão que eu coloco muitas vezes, não ali porque não era o caso, mas quando isto acontece na presença que crianças é isso mesmo, que exemplo é que querem passar aos filhos... porque não faz realmente sentido a forma se tratam...

Entrevistadora: Como lidam com essas situações...

Doutora Cátia Rodrigues: Sim, é isso. E pronto não sei se fui clara em relação à primeira pergunta.

Entrevistadora: Bastante completa!

Doutora Cátia Rodrigues: Ok... pronto. Depois, em relação à segunda questão, se existe algum tipo de operação preventiva em relação a algum caso específico da violência... a prevenção existe sempre, só que já tardia, não é, porque as pessoas que estão acolhidas em Casa de Abrigo, ou mesmo que estivessem num gabinete, significa que violência já aconteceu. De qualquer maneira, se quisermos falar em prevenção primária, nós mesmo casa abrigo, embora menos vezes, mas tanto a casa abrigo como os gabinetes de apoio à vítima da APAV, costumam ser convidados para participar em ações de sensibilização em escolas e em universidades, e aí podemos falar um bocadinho da nossa experiência e do trabalho que é desenvolvido de acordo também com o tema que queiram... que seja desenvolvido, e aí sim poderemos falar mais da prevenção primária, não só para sensibilizar técnicos sobre os sinais de alerta, como também para sensibilizar o público mais jovem para este tipo de questões. No caso da casa abrigo, a prevenção já é mais ao nível secundário ou terciário, é uma intervenção já mais fim de linha, e alguém que esteja acolhido é porque de facto já foram, à partida já terão sido esgotadas todas as possibilidades. Até terem que sair de casa, mas acaba por haver aqui de facto alguma ação preventiva, já no sentido de, por exemplo, promover algumas competências às mães na forma como vão trabalhando depois todo o acompanhamento dos filhos, até porque há uma coisa que eu não disse à bocadinho mas que está ligado a esta segunda questão é que às vezes, e a propósito do regulamento, e das relações e das experiências que elas têm, que é muito difícil às vezes nós definirmos a fronteira de onde é que está o respeito e onde é que está o medo. E aquilo que eu procuro, até porque eu tenho aqui uma posição que não deveria existir na medida que não é tipo de ser diretora da casa e a psicóloga da casa, isto na minha cabeça está bem organizado, mas para quem está a chegar não. E, portanto, eu começo desde logo por dizer que a minha intervenção é como

técnica de apoio à vítima, psicóloga, 99,9% da minha intervenção enquanto psicóloga. Porque o resto vem por acréscimo, quer dizer, não é por ser a diretora da casa que as coisas tem que funcionar, acho que isto é um princípio de cidadania. A questão é que nós não sabemos, precisamente porque sabem que eu sou a diretora, se a relação que estabelecem comigo é por medo, porque tem medo que se houver alguma coisa eu faço algo, parece que estão sempre à espera que vai ali acontecer alguma coisa...

Entrevistadora: Algum tipo de retaliação...

Doutora Cátia Rodrigues: É terrível. Na cabeça delas é um bocadinho a perspectiva que têm das coisas, e é algo que me irrita particularmente, quer dizer, não manifesto essa irritação, mas irrita-me... porque acho que o melhor cartão de visita que podem ter é a minha atitude com elas. Ora, se não é assim comporto com elas, não faz sentido que me encarem como um bicho papão, quase de não contarem as coisas porque "ah é diretora, e o regulamento", como se elas levassem o regulamento a sério, não é... porque o regulamento dá jeito quando interessa, mas na maior parte das vezes são um bocadinho... passa um bocadinho à margem, não é respeitado... também não sou rigorosa ao ponto de dizer "porque tenho que chegar às 10:00 e chegaram às 10:05", quer dizer, se nos informarem há sempre margem para a flexibilidade e, portanto, é ver como é que as coisas devem ser orientadas e, portanto, é difícil definir a fronteira entre o medo e o respeito. Porque eu às vezes não sei se elas estão a lidar comigo porque têm medo ou por respeito ao trabalho que é desenvolvido e a toda a intervenção que existe na casa abrigo. E, portanto, este é logo um dos desafios que tenho e é uma forma de preventivamente também perceberem como é que podem resolver conflitos. Porque não precisam de gritar, de castigar, e muitas vezes quando há conflitos entre elas, eu como bem ou mal acabo por ser detentora de muito conhecimento da história delas que as outras não sabem. A menos que tenham uma relação privilegiada com algumas, entre elas, e a partir daí também a tal questão do segredo, que eu dizia a bocadinho. Mas, de qualquer maneira, como conheço pequeninos pormenores da vida delas, isso também

permite perceber que às vezes os conflitos que ali estão não é o que está a acontecer naquele momento... é vê-las viajar no tempo e até depois falo com elas no particular, percebo que é isso que acontece. Aqui há tempos houve uma que entrou em conflito com, uma senhora que entrou em conflito com outra, e depois já estava a pegar nas cadeiras prestes para atirar as cadeiras não sei para onde... entretanto uma das pessoas que nem sequer estava envolvida no conflito foi separar as pessoas que estavam em discussão e depois quando eu falei com ela no individual ela disse que viajou no tempo... disse não, eu perguntei-lhe e ela confirmou. Viajou no tempo porque eram coisas...

Entrevistadora: A senhora que entreviu?

Doutora Cátia Rodrigues: Sim, porque de repente ela estava-se a ver em casa, quando havia este tipo de situações, e pronto... Também já aconteceu situações às vezes ridículas, precisamente por causa das questões das tarefas. Só para fazer um enquadramento muito rápido, há as tarefas gerais do funcionamento do dia-a-dia e depois há outras em que dividimos a casa por várias áreas de responsabilidade, como se fosse o micro poder positivo. Então há o setor da casa, o setor da lavandaria, dos exteriores e da cozinha. E eu defino quem é que é o micro, dentro daquele universo de pessoas, quem é que fica destacado para cada setor. E simbolicamente quando alguém está a ser acolhido normalmente fica na área da casa, porque simbolicamente é o mais protegido, e quando alguém está no processo de autonomização fica na área do exterior, porque significa que já está numa fase de saída... Claro que elas demoram tanto tempo a estar acolhidas que isto roda todos os meses, portanto, isto não é assim tão, tão líquido. Mas isto para explicar que houve uma senhora que foi acolhida, a equipa sabe que é assim que isto funciona, mas sou eu que decido quem é que fica aonde. Então... esqueci-me porque a senhora entrou num dia e eu no dia a seguir fui de férias. E esqueci-me de dizer onde é que ela ficava... porque também quando entram eu não as ponha logo num setor... então regressei de férias, foram curtíssimas, mas o suficiente para eu nunca mais me lembrar do assunto... então, eu não pus a senhora em nenhum setor. As senhoras perceberam que ela não estava em

nenhum setor, as monitoras perceberam que ela não estava em nenhum setor mas também não me disseram nada, estranharam mas não disseram nada, para mim estava tudo certo... até porque me esqueci, estava tudo bem. Até ao dia em que houve um conflito entre as senhoras, porque começaram a surgir bocas de que ela era a favorita, e por isso é que ela não estava nenhum setor, e porque era a utente favorita e a protegida e assim. Quando eu soube, isto já tava aqui umas proporções que já quase havia *bullying* na casa abrigo com aquela mulher porque ela não estava em nenhuma área de responsabilidade e isso poderia ter sido logo resolvido por alguma monitora que poderia por logo na casa porque era isso que ia acontecer, ou então falavam comigo que era para eu resolver o problema. Mas não. Arrastou-se durante um mês e já estava ali tudo a reclamar e a mandar bocas à senhora e ela a sentir-se desconfortável... de facto não tinha responsabilidade nenhuma sobre o assunto mas nem ela própria também me disse nada a não ser quando isto começou a atingir outro tipo de proporções. E pronto, eu chamei a senhora só para tentar perceber o que é que estava a acontecer... desata-me logo a chorar, e isto não tem nada a ver com o viajar no tempo... mas é para se perceber aquelas cabeças "ah é a diretora que me estás a chamar... alguma coisa terrível aconteceu". E eu chamei-a e ela "mas o que é que foi?", porque depois é um bocado esta a perspetiva... "o que é que eu fiz?", até parece que só falo com elas quando há problemas... e começam a chorar e ainda eu mal tinha aberto a boca já estava a dizer que se eu quisesse ela fazia as malas e ia-se embora porque não queria problemas. E eu "só quero perceber o que é que aconteceu!". E pronto, quando percebi pedi-lhe desculpa...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: Porque independentemente das minhas funções, se há alguma falha minha eu assumo. E, portanto, ela acabou por ser ali discriminada e bastante por causa desta falha que eu tive, e pronto. Depois ficou tudo lá esclarecido com as outras senhoras também, mas quer dizer... isto a propósito também da perspetiva que eu digo-lhes muitas vezes que tem que haver mais democracia naquelas cabeças...

Entrevistadora: E aquela senhora entra, não é, num espaço que deveria ser seguro, e vê-se contratada com este cenário...

Doutora Cátia Rodrigues: Exato! Aquela casa deve ser também vista como um espaço de liberdade. Desde que se respeitem, não é, porque se começam ali a insultar e a mandar boquinhas para o ar porque não conseguem ser assertivas. Isso é outra questão que eu tenho que trabalhar com elas e faço muito mediação quando é preciso. Que é falar com a cada uma das pessoas envolvidas no conflito individualmente, e se achar que se justifica então reunir com todas precisamente para elas perceberem que só assim é que podem crescer, e que não é pelo facto de terem que dizer que sim a tudo só para continuarem a serem as queridas de alguém ou que se disserem não depois é como se alguma coisa de mal acontecesse... elas têm que perceber que a liberdade implica elas dizerem sim ou não se acham que sim ou não. Não é só para a outra "ah não ficar zangada comigo e depois vai ficar a olhar para mim de lado" e, portanto, há todo este trabalho porque se calhar um dos aspetos que as levou a chegarem aquele ponto foi não terem sido capazes de dizer não no momento certo... e, portanto, vamos tentando fazer este trabalho com elas, e mesmo na relação que estabelecem com os miúdos, não precisam de gritar, não precisam de bater... há tantas formas de resolver os problemas mas de facto a tal inteligência emocional e a maturidade não lhes encontrar. É complicado..., mas enfim. Depois em relação à terceira pergunta... já respondi parcialmente, mas de qualquer maneira indo mais ao cerne da questão, portanto, de que forma é que este tipo de violência influencia o desenvolvimento e crescimento. Influencia muito, não é, porque tudo depende da relação que é estabelecido entre mães e filhos ou mesmo quando estão a viver ainda com quem as agride. Como é que isto tudo é trabalhado... porque nós sabemos às vezes elas até podem omitir o que está a acontecer, mas os miúdos percebem o que é que se passa e vão perceber se as mães ou os pais se estão disponíveis para eles. Se são pessoas tolerantes, se numa situação de crise podem contar com aquele adulto e, portanto, se houver alguém que tem pouca, usando os clichês, alguém que tenha pouca tolerância à frustração e que seja

muito impulsivo e que por tudo e por nada está sempre a reclamar com os mais novos, isto vai-lhes incutir... ou eles são muito resilientes porque há quem consiga de facto superar este tipo de questões mesmo tendo uma péssima família, mas na maior parte dos casos se calhar o que vamos observar são crianças com uma baixa autoestima, com estratégias de resolução de conflitos que vão ser iguais aquilo que vem acontecer em casa, e mesmo em termos de desenvolvimento, se fomos à questão da negligência, dos maus tratos, isto podia ficar o resto da manhã falar sobre isto, não é... depende de muitos fatores, claro, depende são filhos únicos, se há muitos filhos ou não, em termos de desenvolvimento sabemos que se tivermos uma família com muitas crianças se calhar a criança mais nova pode mais facilmente apresentar mais sinais de negligência e maus-tratos do que uma criança mais velha e poder haver até uma certa tendência da criança mais velha querer proteger o elemento mais novo, mas há coisas que vão acabar por aparecer sempre, não é, aqueles sinais que não são tão evidentes relativamente ao atraso no desenvolvimento físico ou atraso no desenvolvimento cognitivo... coisas tão simples como se não estiverem bem alimentadas depois também não estão bem preparadas para irem para a escola e estarem concentrados para as aprendizagens... se não dormirem convenientemente e se imaginarmos discussões que possam acontecer à noite ou de mães que nos verbalizam muitas vezes que, para evitarem serem violadas ou maltratadas ou outro tipo de forma, que vão para o quarto dos filhos e trancam-se no quarto dos filhos e ficam a dormir com eles para garantir que não são maltratadas... Isto pode trazer outro tipo de consequências que é uma criança que sente insegura porque sabe que a mãe que não está bem, uma criança que não dorme bem porque sabe que pode acontecer alguma coisa... noites mal dormidas, menos rendimento escolar porque não conseguem estar tão concentradas, portanto, isto é quase uma «pescadinha de rabo na boca», que vai havendo. E depois estes podem ser os sinais mais evidentes, mas depois há outros que não são tão bem lidos, não é. E aqui, mais uma vez, leva-nos à questão da sensibilização dos profissionais e de poderem ler estes sinais. Se aquela criança está mais olheirenta porque dorme mal naturalmente, ou porque está mais olheirenta porque alguma uma coisa não

corre bem em casa, ou de uma criança que está com uma sweatshirt num dia de 30 graus porque se calhar foi agredida na noite anterior no meio da discussão ou foi diretamente agredida, portanto, tudo isto traz consequências, não é, o isolamento que existe em relação aos colegas porque pode não haver, podem não ser crianças tão expansivas, podem não ter confiança para falar com outros adultos que não a família sobre aquilo que está acontecer com elas... e pode levá-las de facto a desenvolver aqui outro tipo de questões. Não sou apologista, a propósito aqui desta questão de haver a transmissão intergeracional de violência, porque como eu dizia há famílias que podem ser completamente organizadas e os filhos podem ser completamente resilientes e conseguir levar a vida para a frente sem terem que replicar estes modelos, mas isto depende de facto de muitos fatores, não é... Eu antes de trabalhar na casa abrigo curiosamente a minha primeira experiência profissional foi com a instituição que atualmente se chama Direcção-Geral de Reinserção social. E o trabalho que eu desenvolvi foi concretamente com os adolescentes que estavam envolvidos no processo tutelar educativo. E de facto daqueles jovens todos que acompanhei, passaram todos por situações de risco. Podia não haver violência doméstica em todos os casos, mas havia seguramente negligência e maus-tratos... E se tivesse havido ali alguma intervenção prévia, se calhar eles não tinham chegado onde chegaram.

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: Se pode haver aqui um fatores de, não diretamente as questões geracionais, poderão haver eventualmente alguma questão genética, mas também há muito a questão das estratégias de *coping* que eles utilizam, da forma como tudo isto é organizado e gerido e acima de tudo de todo o suporte que possam desenvolver com outras estruturas que não a família nuclear e, portanto, se houver aqui alguma atenção nestes outros domínios que não o da família, se calhar podia-se ter evitado que chegassem a este campo da delinquência, mas pronto... e acho que não há assim muito mais a dizer em relação a estas crianças. Depois, em relação à quarta questão, se podem existir

fatores contextuais que favorecem a violência doméstica... eu não sei se são fatores contextuais porque pronto, falamos de um problema que é transversal, não é, nós temos tendência para associar a violência doméstica a pessoas que são do contexto socioeconômico mais desfavorecido mas ela existe noutros contextos... Se calhar a forma como acontece é que é mais subtil, não é tão visível porque as pessoas têm outros tipos de recursos e por isso não precisam de recorrer a determinados serviços ou recorrendo se calhar pagam, tem capacidade para sair de casa, tem capacidade para pagar um advogado para mandar a pessoa embora de casa, enfim, outras condições que se calhar quem está em casa abrigo, embora já tenhamos tido pessoas licenciadas e com nível médio, médio alto, mas contam-se pelos dedos da mão as vezes que isso aconteceu. Mas... depende de facto de muito fatores, não acredito que haja uma relação de causa efeito, portanto, lá está, não vou dizer porque é pobre, porque não tem a ver com violência então isto vai acontecer... mas se calhar podemos identificar fatores de risco e fatores de proteção como fatores que podem contribuir mais ou menos para estas questões. E também os próprios fatores da própria pessoa, própria estrutura da pessoa, se tem recursos ou não pessoais para lidar com este crime, se tem capacidade de resolver as coisas pelos seus meios porque se calhar ao primeiro sinal de violência é capaz de pôr ali logo um "basta!". Porque aquele que se observa muitas vezes é que falamos de pessoas que estão muito dependentes emocionalmente do outro, mesmo que o outro seja a pior escória e sejam elas se calhar o pilar da casa, mas são de tal forma menosprezadas e maltratadas que acreditam que não, não conseguem jamais viver sem aquela pessoa...

Entrevistadora: Muito dependentes.

Doutora Cátia Rodrigues: E pronto, portanto, há estas questões pessoais... depois há as questões culturais, espero que isto se vá diluindo com o tempo, mas ainda há muitas questões religiosas associadas de "ah o casamento é para o resto da vida" e, portanto, não se pode separar e sobretudo naquelas questões em que pode ter havido violência no passado e se a avó aguentou e a mãe aguentou que

é uma expressão que eu detesto, do aguenta, porque as pessoas não tem que aguentar e têm que ter a sua vida própria e perceber que aquilo não é vida, não é, portanto, não é porque outros aguentaram que elas têm que aguentar e se podem ter uma vida com melhor qualidade, para quê aguentar com algo que não lhes traz nada de bom para a vida delas.

Entrevistadora: Muito pelo contrário...

Doutora Cátia Rodrigues: Mas pronto, sabemos que às vezes estes fatores, isto depois também depende de meio para meio, não é, se calhar aqui em Lisboa não noto tanto isso, mas como já trabalhei no Porto, no Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, se calhar estas questões estão um bocadinho mais enraizadas... e se formos para o interior, se calhar ainda estão mais enraizadas, portanto, não quer dizer que não exista aqui mas se calhar é menos visível.

Entrevistadora: Claro.

Doutora Cátia Rodrigues: E, portanto, eu não posso falar em fatores que favoreçam a violência doméstica, eu acho que está tudo dependente também da consciência que as pessoas têm relativamente ao que está a acontecer. Até porque muitas vezes dizem "Ah então, mas a propósito da comunicação social, violência doméstica isto é um fenómeno que tende a aumentar" e eu não sei... não sei se será isso.

Entrevistadora: Se calhar a exposição, não é, a visibilidade...

Doutora Cátia Rodrigues: O que eu acho é que as pessoas estão mais informadas sobre os direitos que têm e por essa razão acabam também por se calhar, apesar de tudo e continuar a ser um grande problema da nossa sociedade, mas eu acho que as pessoas estão cada vez mais despertas. Isto agora até vai soar um bocado estranho, porque é assim... por um lado as pessoas estão mais despertas, falam mais, estão mais sensibilizadas. Mas por outro também há determinadas questões em que parece que há uma certa banalização da violência. E uma coisa que foi verificada e que acaba por ser curioso é, por exemplo, em relação aos adolescentes ou mesmo estudantes universitários, há

vários projetos que têm sido desenvolvidos pela APAV que passam precisamente por esta prevenção das questões de violência doméstica, dos abusos sexuais, e lembro-me dos meus colegas que começaram com este tipo de ações de sensibilização, ficarem um bocadinho admirados, um bocadinho bastante... estou a ser simpática com o bocadinho... mas com os comentários dos adolescentes que achavam normal, por exemplo, se uma rapariga passasse pelo corredor e se ouvisse um piropo, ela ficava contente porque era sinal que tinha um corpo agradável à vista dos rapazes e não entendia isto como uma forma de insulto. Ou dos namorados, agora com a história dos telemóveis e Facebooks e tudo mais, da história normal que eles tenham, eles ou elas, mas que tenham acesso às mesmas passwords, que possam ter acesso aqui a um conjunto de informações que põe em causa a nossa própria privacidade. E enquanto corre tudo bem, está tudo muito bem..., mas quando não está, depois podemos ir a questões em que acabam por divulgar algo relacionado com a intimidade destas pessoas que acabam por ser perigoso mesmo. Portanto, é preciso ter muito cuidado, aliás a própria forma como nós encaramos as coisas têm que acompanhar os próprios sinais dos tempos... e, portanto, neste caso as pessoas estão mais informadas mas também se calhar há outras questões, na minha perspetiva, se calhar não deveriam tolerar determinado tipo de violência, mas encaram aquilo como um sinal de amor, o piropo, o controle de telemóvel, “onde é que estás?”, “o que é que vestes, o que é que estejas vestir”... Não é estar a respeitar a liberdade do outro e, portanto, se houver esta sensibilização é uma forma das pessoas também poderem ter aqui uma atitude um bocadinho diferente para conseguirem ser livres e não permitir que o outro invada o nosso espaço.

Entrevistadora: O nosso espaço individual, exatamente...

Doutora Cátia Rodrigues: É isso! E pronto. Na quinta questão...

Entrevistadora: Vai um pouco de encontro à 3...

Doutora Cátia Rodrigues: Se considero que as crianças podem ser agressivas ou submissas... não necessariamente! Depende dos recursos pessoais, mais uma

vez, de cada criança e cada jovem e das estratégias que são usadas. Sem falar diretamente da violência doméstica, ou falando, porque às vezes há um bocado aquela ideia de “Ah, mas ele só gritava com a mãe ou só batia à mãe ou o homem só batia ao pai...” e era só um problema entre adultos. Era só um problema entre adultos mas as crianças assistiam e, portanto, se assistiam, eles vão perceber como é que estas questões podem funcionar ou não, podem-se tornar, por um lado, mais submissos por receio de represálias ou podem ser mais agressivos porque pode haver aqui uma banalização da violência e é uma coisa que observei muito com os adolescentes que acompanhei nos processos tutelares educativos, que é a dificuldade de se colocar no papel do outro. A chamada capacidade de descentração. E, de facto, conseguirem pôr-se no lugar do outro e perceber o impacto que determinado tipo violência pode exercer ou pode provocar na outra pessoa, é assustador. Mas isso também se verifica na casa abrigo, porque há muita dificuldade... eu tenho que tem mais facilidade, por incrível que pareça, tenho muito mais facilidade em intervir com as crianças do que com as adultas, porque estão demasiado centradas nelas próprias e é muito difícil conseguir fazê-las ver o outro lado, mas tento que isso aconteça...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Cátia Rodrigues: Precisamente pelo que eu dizia à pouco... Como é que é possível mulheres que passaram por coisas, às vezes, completamente inacreditáveis, não terem esta capacidade de descentração e lidarem umas com as outras precisamente com esta perversidade e com esta falta de respeito pelo outro. Portanto, eu acho que tudo depende, não só dos recursos pessoais destas crianças e jovens, mas acima de tudo também do meio que os rodeia. E se houver aqui, também depende muito da atitude que as pessoas têm, à mãe... se calhar é mais fácil dar um exemplo ao contrário... ou seja, estou-me a lembrar concretamente de uma situação em que duas crianças entraram em conflito. E a posturas destas mães é: uma substitui-se sempre a tudo e a todos, portanto, acaba por desresponsabilizar a criança no meio disto tudo... a outra sempre que acontece alguma coisa põe logo os filhos de castigo, mas acaba nem uma nem

outra têm uma atitude correta de resolver os problemas... quando eu percebi o que é que tinha acontecido com estas duas crianças, porque eu só ouvi os gritos das mães, e quando fui ter com elas, uma já estava a mandar a criancinha para o quarto que era para ficar de castigo que era para não ver mais problemas e outra criancinha continuava a fazer a sua vida tranquilamente enquanto a mãe continuava tranquilamente a fazer outras coisas. E eu quis perceber o que é que estava a acontecer. Fui falar com a mãe da criança que foi para o quarto e ela "não vale a pena e não sei" e aos gritos e fechou-se no quarto e eu disse "olhe se não valesse a pena eu não vinha aqui ter consigo a perguntar o que é que aconteceu...", e pronto, ela lá estava a chorar e enfim. Chamei então a criancinha para perceber o que é que tinha acontecido e ele lá o que é que se tinha passado... nada demais, mas uma troca de galhardetes entre crianças. Depois fui chamar outra criancinha e a outra criancinha a primeira coisa que faz quando eu a vou chamar é agarrar-se às pernas da mãe... e eu "eu só quero falar contigo e perceber que aconteceu". "Ah não e não vou e não sei quê, nananan..." e eu "Eu não te vou fazer nada". "Ah então só vou se a minha mãe for" ... "Não, a tua mãe não vem comigo, eu quero falar contigo" ... "Ah não e não sei quê...". Depois lá tive assim, com a minha paciência, "então olha vamos combinar o seguinte, a tua mãe não vem comigo isso é um ponto assente, mas eu vou falar contigo lá fora - porque alguns espaços da casa que têm vista para o terraço - e eu disse "Eu vou falar contigo no terraço e como a tua mãe está na cozinha, ela vai continuar a ver-nos, portanto, ela não vai ouvir a nossa conversa mas tu assim vais perceber que ela nos está a ver"... isto tudo na presença da mãe. E pronto, lá vem a criancinha comigo, lá fomos as duas para o terraço, sentamo-nos nas cadeiras mesmo em frente à janela da cozinha que era para poder perceber o que é que tinha acontecido. E ela lá me contou o que é que tinha acontecido, pronto, tudo pacífico. Depois no fim juntei as criancinhas que era para fazer ali a minha mediação, não eram adolescentes nem são, mas qualquer maneira acho que é importante elas perceberem que isto tudo tem um impacto, e claro que que falou comigo no terraço e começou logo a dizer "eu não vou para a sala, e não sei quê"... e eu "Ah vens, vens. Vens e vamos falar os três. Se para ti for

mais confortável falarmos de porta aberta, eu falo contigo de porta aberta, mas vens comigo". E pronto, e lá foi ela, lá esclareci com os dois o que é que poderiam fazer, lá pediram desculpas, eu acho que está um bocadinho além dos pedidos de desculpa porque eu acho que as desculpas também já caem já aqui um bocadinho na banalização, mas pelo menos tiveram a oportunidade uma das crianças de dizer sentiu ofendida se não, e que não gostou da forma como foi tratada e outra a dizer que foi gozada e que também não gostou... e, portanto, é uma forma delas terem a oportunidade de, num contexto seguro e eu estar ali como mediadora, explicar o que é que podia ser feito.

Entrevistadora: E os impactos das ações...

Doutora Cátia Rodrigues: Completamente. No fim chamei as mães, sem as crianças, para explicar... chamei-as individualmente porque ali não havia mediação a fazer, mas chamei cada uma individualmente para explicar em que tinha consistido a minha conversa, como é que as coisas tinham corrido, e para dizer que o assunto estava resolvido. Porque de outra forma, não quer dizer que a coisa tenha contribuído para a melhoria, mas eu sei que de outra forma se calhar iam estar o resto do dia guardar pedras no sapato, passo a expressão, a acumular tensões de coisas que não fazem sentido nenhum porque era ridículo o conflito que tinha havido, por situações que não fazem sentido nenhum. E isto é uma forma de eu estar a contribuir para os miúdos perceberem que há formas de resolver os problemas, das próprias mães perceberem, porque uma delas como nunca faz nada e ia continuar sem fazer nada e por isso é que eu fiz questão de chamar a criancinha, porque claro que ela se agarrar às pernas da mãe, outra coisa não era de esperar... porque se cada vez que essa criança é contrariada, arregala os olhos da mãe a mãe faz-lhe as vontades todas! Mas eu estou a falar de uma criança com 3 anos, quer dizer, quando uma mãe não consegue ter qualquer tipo de ascendência com uma criança de 3 anos, eu vou ali e já volto, não é, estamos muito mal.

Entrevistadora: É complicado...

Doutora Cátia Rodrigues: E outra tinha 5 anos, portanto, são crianças tão pequeninas mas como diz o ditado, não é, um bocado foleiro mas de «pequenino se torce o pepino», e se nós conseguirmos ir ensinando estas pequenas estratégias e que eu acho que é importante as pessoas perceberem como é que as coisas funcionam, então é meio caminho andado para resolver... porque a outra continua na sua vida, falar para ela para uma parede se calhar foi igual... mas pelo menos disse o que tinha a dizer. Porque fechou a criancinha no quarto para não arranjar mais problemas, resolveu passar o resto do dia fora da casa que era para não ter que conviver com aquela pessoa que também não, por isso é que estou a dizer tanto num caso como no outro, a solução das mães não é mais adequada. Porque o que lhes digo muitas vezes é “e em que é que isto vai contribuir para no futuro não haver outra igual?”, significa que se houver um problema elas não vão resolvê-lo, a outra vai continuar aos gritos e a fechar a criancinha no quarto, outra é como se nada fosse o que ainda revolta mais o grupo porque assim a criancinha faz o que quer e lhe apetece e berra e arregala os olhos e a mãe faz o que a menina quer que é para aqui não haver problemas e na pratica não resolve nada. E que autoridade é que é exercida sobre estas crianças, não é, a mesma criancinha pequenina... porque depois eles dizem, “Mas eu não percebo, a mim não me dão ouvidos, mas com a doutora fazem tudo, ou com as monitoras fazem tudo”. Porque nós estamos coerentes e assertivas, é a diferença, e tudo bem que são crianças, também não ia... se eu achasse que era uma coisa não adequado à criança, não tinha feito o que fiz.

Entrevistadora: Pois, porque depois uma criança é habituada... tudo o que faça, é tudo certo, não é, e a outra criança tenha ou não tenha razão, está tudo errado.

Doutora Cátia Rodrigues: Depois as críticas, o que a outra mãe dizia revoltada era “pois porque os meus filhos estão sempre a dizer que só eu é que os castigo, que os outros podem, é injusto porque os outros fazem o que querem ir e lhes acontece”, mas pronto a mãe faz o que acha que é o mais adequado, agora, se calhar há outras formas de resolver o problema, não é, na prática se calhar aquela criança nem devia ter ido para o castigo porque a outra é que provocou... Claro

que depois há a velha história, não interessa quem é que começou, o que interessa é que acabaram mal. E o que eu digo muitas vezes às senhoras é que zangarmo-nos é muito fácil, é a coisa mais fácil do mundo porque toda a gente o consegue fazer... agora zangarmo-nos com as pessoas certas, com a proporção certa e na medida certa já é mais complicado... e depois a propósito do medo e do respeito, também a perceber até que ponto é que aquilo que estão a fazer é ou não para o bem-estar de alguém, porque uma coisa é alguém contar-me um segredo, de alguém, que de certa forma pode estar a pôr em risco outra pessoa, por exemplo, isto raramente acontece mas vamos imaginar alguém que confidencie, alguma senhora que fala com outra senhora e diz que quer dar uma segunda oportunidade à relação e que tem falado com o companheiro, e quem ouve isto vem falar comigo preocupada com a segurança daquela pessoa porque pode estar a cometer um erro. Outra coisa é alguém... isto não acontece, elas podem saber, mas só me contam quando elas voltam para eles... "Ah eu até já sabia" ... e eu digo "olha obrigadinha pela informação". Porque pode correr mal, aliás, na maior parte das vezes corre mal. Outra coisa é alguém que sabe alguma coisa de outra pessoa, que em nada contribui para a felicidade da outra, mas depois vêm contar só com... não sei se é essa a verdadeira intenção, mas não contribuem mesmo nada para nada, não é, se estão a dizer aquilo só para denegrir a imagem do outro ou para dizerem "Ah eu agora até estou aqui a contar umas coisas que equipa vai gostar, porque isto põe em causa o regulamento...". Mas o que é isto? Porque na prática nós não somos polícias nem estamos a ligar para fazer investigação criminal da vida delas. E elas não perceberem estas coisas faz-me imensa confusão, porque de facto depois não contribuem nada para o desenvolvimento delas.

Entrevistadora: E a harmonia, do espaço que é de todos...

Doutora Cátia Rodrigues: Claro, claro. Exato, e pronto. Depois não sei, eu não tenho nada a acrescentar em relação ao tema. Na sexta pergunta, porque eu divago muito, portanto, acrescento a cada pergunta a que respondo... Agora, não

sei se há alguma... faço mais a pergunta ao contrário, se há alguma questão no meio disto tudo que haja necessidade de esclarecer...

Entrevistadora: Não, eu creio que em si todas as perguntas foram coerentemente e concretamente respondidas e até mais! Até mais, o que é ótimo porque lá está, cingir um tema tão vasto e tão preocupante em 5 questões, é complicado... eu tentei de facto que fosse mais um amplo possível e para obter uma, respostas mais concretas, mas acho que o objetivo foi muito, muito bem conseguido!

Doutora Cátia Rodrigues: Ainda bem! Ok... Ah! Só há uma pergunta que ficou por responder, só por causa da outra colega, porque eu estava a dizer que tínhamos intervenções diferentes na casa, mas isto não traz muito contributo ao estudo mas só para fazer um enquadramento... Porque nós temos dois tipos de acolhimento, na casa, temos o tipo de acolhimento prolongado que é a intervenção que é feita por mim pela Teresa que é que vai dar também entrevista e pelo Luís, que é o nosso educador social, e as pessoas que estão em acolhimento prolongado estão normalmente... normalmente não, são muito mais do que isso... o que está regulamentado é que estejam acolhidas durante 6 meses. E o acolhimento pode ser prolongado e na maior parte das vezes é porque é impossível uma mulher com filhos autonomizar-se em 6 meses... são pessoas que vêm para uma cidade que não é delas, que têm que começar tudo do zero e, portanto, em termos médios o acolhimento tem uma duração de ano, 18 meses, 2 anos, enfim... neste momento a pessoa mais antiga na casa está em fase de autonomização e está connosco a 3 anos. São situações muito pontuais, porque a média ronda os 18 meses, mas pronto. Portanto, e todo o nosso trabalho é feito ao longo deste tempo, visa a integração das crianças na escola, apoiar estas mulheres à procura de trabalho, poder encaminha-las para Formação Profissional, até porque falamos de uma população em que a média da escolaridade andarà no sexto ano, poucas têm o nono, o 12º então é assim muito pouco, muito raro vir alguém que com o 12º ano de escolaridade e, portanto, todo o nosso trabalho é feito com estas famílias para desenvolver as

tais competências das mães e vamos também prestando várias ações de sensibilização precisamente para elas poderem aperfeiçoar aqui algumas competências. E depois temos outro acolhimento que é o acolhimento de emergência que é um acolhimento de curta duração, tem uma duração média de 10 dias... às vezes pode ser um bocadinho mais um bocadinho menos, mas são pessoas que pertencem ao concelho de Lisboa e depois são encaminhadas para outra casa abrigo, para acolhimento prolongado, para então poderem organizar a vida de uma outra maneira. E pronto, então é só uma colega que está afeta, embora nós temos algum apoio mas quem garante 90% para mais deste tipo de intervenção é outra colega de serviço social que presta então apoio a estas mulheres que pontualmente poderão beneficiar de uma outra ação que nós fazemos mas o tempo de permanência tão curto que há ações que nem sequer consideramos porque não há tempo para elas poderem usufruir depois dessas ações. E pronto, é isto.

Anexo III

Entrevista Doutora Teresa Silva

Sexo	Feminino
Formação Académia	Serviço Social
Informações Adicionais	Elemento constituinte da Casa Abrigo Lisboa

Data	28/10/2019	
Duração	Início – 12:10	Fim - 13:00
Local	APAV/GAV Lisboa	
Acordada anteriormente	Sim	
Autorizado o registo áudio?	Sim	

Doutora Teresa Silva: ... se passou à pausa...

Entrevistadora: Sim.

Doutora Teresa Silva: ... ao gabinete de apoio à vítima...

Entrevistadora: Pode colocar, Senhora Dona Cátia também tinha preenchido como gafe, pode colocar ambas as anotações

Doutora Teresa Silva: Acordada anteriormente, sim, não é? Ok. Licenciatura, não é? Aqui a escolaridade...

Entrevistadora: Sim, não há problema, era para perceber fundamentalmente qual é que era o tipo de...

Doutora Teresa Silva: Área, tipo de formação.

Entrevistadora: Sim, exatamente.

Doutora Teresa Silva: Pronto, a minha é a do serviço social, pronto. Portanto, então, quer que leia as questões... a Inês... Como é que poderá fazer?

Entrevistadora: Eu poderei apresentar, portanto, eu gostaria de saber, em algumas palavras, de forma sucinta, qual é que é o âmbito da instituição onde, portanto, produz o seu trabalho e de que forma é que é realizado o acompanhamento as vítimas de violência doméstica, neste caso em particular, que sei que trabalham com vítimas de vários tipos de crime, mas uma vez que eu estou a trabalhar no âmbito da violência doméstica, qual é que é o tipo de acompanhamento que prestam a vítimas deste tipo de crime em específico.

Doutora Teresa Silva: Portanto, a instituição, a APAV, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, precisamente como a Inês adiantou, presta apoio a vítimas de todos os tipos de crime, provavelmente a Cátia também já falou sobre isso, não exclusivamente a vítimas de violência doméstica. Está muito conotada com a violência doméstica, o apoio a vítimas de violência doméstica, mas não só esse às vítimas desse tipo de crime, mas todos os crimes. O que é facto é que a violência doméstica será o crime com maior incidência dentro dos processos que a APAV tem. Portanto essa é a valência de atendimento, o atendimento especializado a vítimas de violência doméstica. Outra valência que a instituição tem é o acolhimento em casa-abrigo e aí especificamente e exclusivamente a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. É então nessa unidade orgânica que desenvolvo o meu trabalho enquanto Técnica Superior de Serviço Social, prestando apoio então a mulheres que tenham sido vítimas deste tipo de crime e que estejam numa situação de risco, que é avaliado antecipadamente

numa situação de risco extremo/severo, nalguns casos risco de vida e, portanto, fazemos esse acolhimento. Antes do acolhimento, há então o trabalho em gabinete onde se fazem, então, o atendimento diagnóstico da situação, de cada caso, portanto, será este o procedimento inicial e, falando então de procedimentos, será uma das questões, não é? O que é que fazemos? Como é que é realizado o acompanhamento. Portanto, a metodologia é esta, da entrevista utilizando algumas técnicas como a escuta ativa, o confirmar se aquilo que nos está a ser transmitido é o que entendemos ou não, portanto, o que ouvimos, reformulamos e transmitimos para confirmar que é isso que nos está a ser transmitido, porque muitas vezes as pessoas quando chegam, para já, obviamente estarão fragilizadas, na maior parte dos casos, não é? Dependendo também do tipo de crime e das características da pessoa, obviamente, mas assim será o impacto que tem na pessoa e a forma como ela se apresenta em atendimento, habitualmente algo vulneráveis e afunilando já para a violência doméstica, que será mais o que pretende, habitualmente e, sendo na maioria dos casos mulheres, vêm mais fragilizadas, com algum receio, porque se calhar nem nunca falaram sobre o assunto com outra pessoa antes e, portanto, precisam aqui de um espaço muitas vezes também que se sintam segura e temos de transmitir segurança e empatia, temos de estabelecer uma relação de empatia com as pessoas para que confiem em nós e, mais uma vez repetindo-me que entendam o espaço de atendimento como espaço seguro, tanto fisicamente como emocionalmente, em que podem então falar o que entenderem, não é? Não sendo obrigados a nada e sem o compromisso em termos de formalização de queixa, porque isso também afasta muitas vezes as pessoas e esse é um dos receios nos atendimentos telefónicos. Eu passei diretamente para o atendimento presencial, mas também se fazem atendimentos telefónicos, também por este receio e às vezes por contingências e condicionantes que as próprias pessoas têm: não podem deslocar-se a qualquer um dos nossos gabinetes ou outra entidade congénere que preste este tipo de apoio, se bem que a APAV está um bocadinho sozinha em termos de apoio a todos os tipos de crime, será a única, mas havendo alguma contingência que não permita às pessoas dirigirem-se

pessoalmente às unidades da APAV, podemos fazer o atendimento através de telefone. Aí torna-se um bocadinho mais complicado, porque nada como o contacto pessoal para se conseguir estabelecer, lá está, a relação empática e de confiança e também tentar gerir as emoções dos outros, do utente com quem estamos. Precisamente, queria pegar no que disse no presencial em relação à confiança e a falta de confiança que, muitas vezes, as pessoas têm nas instituições, não só na APAV mas genericamente; e o receio, que têm então de se identificar, de expor a sua situação, o “não vai valer a pena”, “vou expor-me e não vai acontecer nada, ninguém faz nada”, “ainda vai ser pior para mim”, no caso de ser uma mulher vítima, sendo o homem o agressor: “ele vai saber e eu vou estar em risco”, “o que vai ser de mim, eu já disse que lhe retirava os filhos e desaparecia”, ou ameaçou a mulher de morte, portanto, uma quantidade de receios que leva as pessoas a não se dirigirem ao gabinete. Temos estas outras formas de atendimento, não só para estas características, mas também por questões de mobilidade e de questões geográficas, de distâncias, porque o Gabinete de Lisboa abrange quase todo o distrito, há gabinete também em Oeiras, Odivelas e, por exemplo o Gabinete de Setúbal. Para um distrito tão grande, temos apenas o Gabinete em Setúbal, portanto, tinha de haver uma alternativa além do atendimento presencial. Há hipótese também por escrito, uma forma de contacto com a instituição e é difícil estabelecer qualquer tipo de relação como o utente e há mais espaço para equívocos, porque a informação que nos chega, muitas vezes, é reduzida, é colocada uma questão aparentemente simples, mas depois a resposta é sempre complexa porque depende de muita coisa. Mas pronto então, indo aqui às sua questão diretamente: quais são os tipos de acompanhamento que é feito, há estes 3 tipos de atendimento que os gabinetes fazem e existe então outra a valência de acolhimento em casa-abrigo; os gabinetes fazem então esta avaliação inicial, o primeiro atendimento, fazem o diagnóstico da situação, a avaliação de risco no caso das vítimas de violência doméstica e depois então, com toda a informação trabalhada traçam o plano de intervenção que poderá passar por encaminhamento para casa-abrigo ou não, ou um pedido de medidas de coação, aplicação de medidas de coação para

proteção da mulher e das crianças, eventualmente, ou então tem de ir para casas-abrigo, é assim que se faz a avaliação conforme aquilo que foram as informações que foram obtidas com o utente, é isso que é avaliado. Nós estamos então nessa unidade orgânica, fazemos a receção, o acolhimento de mulheres e crianças de violência doméstica. Nesse contexto, qual é o objetivo? Primeiro, estabilizar... quer dizer, o objetivo principal será a autonomização das mulheres e crianças em segurança da forma mais breve e mais adequada possível. Tendo em conta que muitas vezes os processos judiciais não são resolvidos assim tão rapidamente, as coisas embrulham-se sempre um bocadinho. Depois há sempre as questões socioeconómicas, porque as pessoas para se autonomizarem têm de ser independentes economicamente, principalmente, e nestas fases para essa autonomização, as situações podem ser um bocadinho mais complicadas, mas pronto o objetivo é este: a autonomização em segura e, preferencialmente, com processos judiciais já resolvidos. Mais que não seja, mesmo que não o crime, pelo menos as responsabilidades parentais. Temos experiência de alguns casos que se arrastam durante muitos anos, ainda não há muito tempo uma ex-utente falou connosco e tem um processo de regulação há 7 anos e ainda não há guarda definitiva e ainda estão à espera que o filho faça os 18 anos e a coisa fica supostamente resolvida. Portanto, temos de trabalhar com as utentes naquele contexto numa perspetiva sistémica, a pessoa é um todo, tem várias camadas, digamos assim usando uma analogia do género: somos todos cebolas, temos várias camadas e nós ali, temos o contacto com a pessoa-utente, enquanto vítima de crime, mulher, cidadã, mãe, tudo... temos a pessoa ali no seu todo; e todas essas vertentes nós tentamos trabalhar com a pessoa ou melhorar, porque há coisas que podem já estar adquiridas pela pessoa em termos de fase de desenvolvimento, no seu crescimento e no seu amadurecimento, há outras que não e, portanto, trabalhamos muito isso. Em relação às crianças fazemos também os encaminhamentos para as devidas instituições, estabelecimentos escolares, tentamos protocolos com algumas outras instituições se identificamos e, lá está, fazemos novamente o diagnóstico também, se identificamos que há uma necessidade específica tentamos também articular ou mesmo fazer protocolos

com outras instituições e recorrer aos outros recursos da comunidade através da juntas de freguesia e outras instituições, mesmo particulares, e com as mulheres a mesma coisa que, dentro daquelas que são as suas preferências e que é a sua vontade, que se reorganizem e que se reencontrem ou que se encontrem enquanto pessoas e em termos psicológicos também, porque prestamos não só em gabinete como casa-abrigo, prestamos 3 tipos de apoio especializado, na área da psicologia, portanto, apoio psicológico, jurídico e o apoio social. (Precisamente as especializações que tem aqui na escolaridade.) Tal como isso é trabalhado em gabinete, em casa-abrigo também mas com um prazo mais prolongado no tempo e mais intensivo, porque é o dia a dia, estamos praticamente todos os dias com os utentes, nós estamos sempre a intervir ou a fazer atendimentos, mas é uma relação muito próxima que se cria.

Entrevistadora: Entre todas...

Doutora Teresa Silva: Sim, quer seja entre os técnicos e os utentes e obviamente entre os utentes porque estão a partilhar um espaço residencial ainda que se queira, que seja temporário/transitório e que é, mas às vezes é prolongado, infelizmente, por algumas vicissitudes dos casos e também da estrutura da sociedade, porque não há meios para que essas pessoas façam essa autonomização rapidamente. Não sei se respondi, se dentro do que descrevi, tem alguma curiosidade?

Entrevistadora: Não, está perfeitamente respondido até porque eu também fui voluntária da linha de apoio à vítima, portanto, sei mais ou menos quais são as bases...

Doutora Teresa Silva: Pois essa é a primeira linha...

Entrevistadora: O contacto que eu tive foi unicamente no que respeita à linha de apoio à vítima, o primeiro contacto que a senhora referiu, portanto eu não tenho conhecimento do resto do trabalho efetuado, tenho uma breve ideia, mas não tenho de forma concreta como por exemplo tive com as formações e acompanhamento na linha e não podia ver melhor respondido. A questão porque

compreender como é que o trabalho é feito e como é que a ajuda é exercida, permite-nos ter uma ideia mais concreto do que é realmente feito porque muitas das vezes para fora temos uma ideia redutora do que é que é efetivamente feito mas assim tendo uma ideia ampla do trabalho que é exercido diariamente, porque contactam diariamente com esse tipo de vítimas, permite-nos também saber o que é que é na pratica efetuado.

Doutora Teresa Silva: Temos os procedimentos tal como nos gabinetes e seguimos os mesmos procedimentos, às vezes temos de encontrar, mas os gabinetes a mesma coisa, temos de pensar fora da caixa e encontrar alternativas que não estão dentro dos procedimentos, às vezes acontece porque há imprevistos, situações muito específicas e, portanto, talvez tenhamos de ser mais criativos naquele contexto.

Entrevistadora: Claro porque cada caso é um caso, não é? Nunca saberemos realmente o que é que o próximo caso nos apresenta e nada igual ao anterior.

Doutora Teresa Silva: Precisamente, porque as pessoas são diferentes, trabalhamos com pessoas. Não tem a ver exatamente com os casos, se fossem casos era uma questão jurídica e pronto. A questão é que quando trabalhamos com pessoas e como dizia antes, e a Inês sabe, a forma como é percecionada a vitimação é diferente de pessoa para pessoa e a forma como vamos intervir e abordar a pessoa, com determinado objetivo, às vezes tem também de ser diferente, se calhar há mulheres que chegam e temos de lhes dar algumas semanas para deprimirem e ficarem no quarto e depois então reestabelecerem-se e há outras que chegam e querem continuar a dinâmica, a rotina, mas às vezes é um bocadinho a fugir também àquilo que não fica resolvido. Não sei exatamente qual é a sua área de formação, se é psicologia...

Entrevistadora: Eu tirei Antropologia e agora, no caso mais concreto da criminologia e investigação criminal.

Doutora Teresa Silva: Também trabalhamos muito, obviamente como trabalho com a Cátia Rodrigues, sendo ela psicóloga, também vamos buscar a nossa intervenção...

Entrevistadora: E o intercâmbio de informações, claro.

Doutora Teresa Silva: É a mais valia desta instituição também, isto ainda em relação à primeira questão, é o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar. Eu tenho uma perspetiva de determinada situação, a Cátia tem outra e às vezes até entramos em debate, felizmente não pensamos as duas da mesma maneira...

Entrevistadora: Para o enriquecimento do conhecimento também.

Doutora Teresa Silva: Exatamente, estamos habituadas a trabalhar uma com a outra e sabemos como é que nos organizamos sem querer combinarmos andas mas temos perspetivas diferentes das coisas e aí também é uma mais valia e nos gabinetes acontece a mesma coisa, esta variedade de técnicos com várias formações e, além das formações, também pessoas, lá está mais uma vez somos indivíduos, cada um tem o seu *background*, os seus valores, as suas crenças, a sua forma de ver as coisas, o mundo e a organização da sociedade e vamos buscar aí também, neste confronto de ideias e de perspetivas que às vezes temos, também vamos buscar a alternativa C; a Cátia pensa A, eu penso B e ainda vamos encontrar uma terceira alternativa e eu estou a dizer eu e a Cátia em específico, mas isto acontece com todas equipas em gabinete e, portanto, este é também um aspeto importante no trabalho na instituição, na minha perspetiva. Há quem seja mais acanhado e prefira não contactar, ou tenha mais relutância em expor as suas ideias, acho que só temos a ganhar em fazer a partilha de ideias, de perceber se saímos do atendimento e partilharmos com colegas aquilo que esteve a acontecer sem entrar em pormenores, obviamente não expondo a intimidade e a privacidade do utente, mas em termos técnicos perceber o que é que correu bem, o que é que correu mal, se podia ter feito alguma coisa mais ou ter transmitido mais alguma informação ou não. Aconteceu-me e vi acontecer isso várias vezes aqui em gabinete, porque também

presto apoio aqui ao gabinete, sou um “dois em um”, gabinete e casa-abrigo, e essa partilha de ideias é sempre muito... só traz benefício.

Entrevistadora: Claro, agora... A minha segunda questão seria, de facto, de tentar compreender se existe algum tipo de ação preventiva relativamente ao caso particular da violência doméstica.

Doutora Teresa Silva: Bom, esta é uma questão com respostas sem fim, porque voltamos à história que cada pessoa tem a sua forma de, quer dizer, estou já assumir que a pessoa já foi vítima e aqui fala em ação preventiva, portanto queremos é que não haja vitimação, no caso da APAV trabalhasse muito a informação, a formação, ações de sensibilização, mas é sempre mais complicado porque, se a violência doméstica estiver normalizada, banalizada e inserida na sociedade patriarcal que ainda somos, em comunidades mais fechadas e com grande peso da religião, por exemplo, se calhar é mais aceite e aí como é que se entra nas comunidades, nas cabeças das pessoas para se chegar a uma igualdade de género. No caso da APAV tem estas medidas, destas ações de sensibilização, de prevenção, ações de sensibilização em vários contextos, em vários tipos de comunidade, quer seja através das juntas de freguesia, por exemplo, e aí tem uma panóplia maior de pessoas ou especificamente por exemplo, no caso de pessoas idosas da freguesia, escolas também, também com ações de sensibilização especializadas e dirigidas, específicas para determinadas faixas etárias, a publicidade que toda a gente também, em principio, tem acesso, ou quase toda a gente, através dos meios de comunicação social, dos pósteres na rua, através da radio, os *spots* que são feitos e são lançados, portanto, acho que estas medidas todas, mais que não seja, não quer dizer que seja preventivo, mas... em relação ao que eu vou dizer, o que eu ia dizer é, mais que não seja existir em formação ou as pessoas saberem que há entidades que podem prestar apoio, aí já estamos a dar o nosso contributo, mas mais uma vez aqui já estou a assumir que existe a vitimação. Queremos é prevenir e, portanto, é isto: ir junto, chegar às pessoas, claro que tem também

de haver vontade da parte das pessoas para aceitar ou refletir sobre isso, não digo que as pessoas aceitem as ideias...

Entrevistadora: Mas estarem abertas a ouvir.

Doutora Teresa Silva: Precisamente e aqui então entram as questões da igualdade de género que estão cada vez mais a ser debatidas e que têm sido muito faladas mesmo em programas de televisão; da importância da inserção deste conceito, por exemplo, nas escolas, logo de início, nas escolas, mas ainda pré-escolar está a ser debatido. De qualquer forma, a escola não faz milagres se as famílias também não transmitirem este tipo de valores às crianças ou entre si demonstrando, não tem de ser uma coisa verbalizada, nós também adquirimos ou aprendemos através da observação, não só a ler ou o que nos é dito. Uma relação saudável pode-se ver, pode-se sentir, pode-se ver e pode-se perceber pelo que é dito e ao fim ao cabo também acabamos por adquirir aprendizagem ou a fazer a nossa aprendizagem, muitas vezes, por imitação; se de facto, estivermos inseridos num contexto estruturado e onde existe este conceito, este princípio da igualdade de género, penso que será muito importante. Portanto, a família, voltando... não querendo afastar da questão, julgo que a intervenção junto da família é muito importante para depois, então...

Entrevistadora: Até porque a família é o principal elemento socializador, quem fornece as bases para a construção identitária e para a transmissão de valores e tudo mais.

Doutora Teresa Silva: Não é exclusivo, mas é o primeiro contacto, o primeiro suporte digamos assim, não é? Isto incluindo também as pessoas idosas, não só as crianças... Não sei se respondi!?

Entrevistadora: Sim, sim. Pronto, esta é uma pergunta mais... de forma é que este tipo de violência influencia o desenvolvimento e crescimento de crianças e jovens? Pegando um pouco no que estava a mencionar, no tipo de influências que as crianças vão tendo ao longo da vida, qual é que é o tipo de influência no desenvolvimento das mesmas?

Doutora Teresa Silva: Sinceramente não sei. Posso pegar num caso específico e tentar perceber isso. Generalizar de um caso ou extrapolar de um caso para dizer que existe uma causa-efeito, acho que vamos aí incorrer em erro. Agora parece que estou a contradizer-me, porque disse antes... claro que sim, faz parte do nosso crescimento também, atuarmos ou adotarmos comportamentos por imitação e aí podemos achar ou colocar a hipótese que, neste caso indo já de encontro ao tema específico da investigação, a criança que esteja inserida num contexto de violência adotará comportamentos violentos ou submissos porque vê o agressor mas também vê a vítima, ou adotará comportamentos desviantes, como tem na questão. Não sei responder concretamente a essa questão, há fatores que podem influenciar, como já falamos também antes as características pessoas entre cada indivíduo também contam, porque, mais uma vez, a percepção da vitimação depende de pessoa para pessoa...

Entrevistadora: E da estratégia que desenvolvem de *coping* para conseguirem lidar com esses...

Doutora Teresa Silva: Exatamente, para gerir. Portanto, acho que não se pode indicar ou dizer, de facto, que existe uma causa-efeito, mas poderá haver fatores potenciadores para que isso aconteça, que haja uma influência ou que o contexto de violência possa influenciar alguns comportamentos desviantes ou não. Porque, na verdade, aqui até fala em como influencia o desenvolvimento, não está a falar ainda exatamente dos comportamentos desviantes porque sim, as crianças podem tornar-se adultos ansiosos, tal como, qualquer pessoa vítima de qualquer tipo de crime, há características ou sintomas posteriores à vitimação que se podem revelar e, nas crianças a mesma coisa, somatizarem em determinada situação. Dando um exemplo prático, tivemos em acolhimento uma criança, cuja mãe nos disse que ao fim de semana, a criança costumava ficar com febre e a mãe ligou esse facto à ocorrência de discussões, portanto, uma mulher vítima de violência doméstica... e a mãe ligou esse facto, de a criança fazer essa febre, somatizar, porque era quando aconteciam as discussões entre os pais. Portanto,

se tivessem ocupados a tratar dela provavelmente o conflito iria ser reduzido ou poderia até nem existir. Mas isto é esta criança e esta situação em específico.

Entrevistadora: Claro.

Doutora Teresa Silva: E lá está, falando nas estratégias de *coping*, de lidar com a situação, se calhar esta criança somatizava. Obviamente que isto não é um processo consciente, nenhuma criança diz “agora vou ter febre” e acontece. Mas poderá gerar alguns comportamentos, falei na ansiedade, baixa tolerância à frustração, mas isto não é necessariamente característica de crianças exposta à violência. Porque se não, só crianças ou jovens expostos à violência é que seriam ansiosos ou só crianças e jovens que cresceram num contexto violento é que teriam algum tipo de problema emocional ou que teriam este tipo de somatizações. É um bocadinho difícil fazer esta correlação direta. Há fatores, e aí observa-se caso a caso, que podem potenciar e podem influenciar no desenvolvimento porque... não vamos ser ingénuos, obviamente que num contexto conjugal, uma criança de 5 anos que está exposta à violência, ela própria é vítima de maus tratos ou abuso por parte dum dos progenitores ou até dos dois; obviamente que não vai ter as fases de crescimento nem um crescimento como uma criança que esteja inserida numa família estruturada onde haja a igualdade de género, a partilha de tarefas, o estímulo para a aprendizagem e conhecimento, quer seja teórico quer seja prático, como saídas ao parque; obviamente que esta pessoa/criança, de cada um destes contextos, quando crescer há-de ter características diferentes. Mas, lá está, não consigo fazer uma correlação direta, mas sim, claro que haverá fatores que influenciam o desenvolvimento, sim.

Entrevistadora: Muito bem. E a respeito no caso concreto da transmissão intergeracional da violência?

Doutora Teresa Silva: Pois, é um bocadinho o que temos estado a falar, porque a violência intrafamiliar, poderá gera, mas... e porque não “gerar” uma vítima? Gerar entre aspas, não é? Como dizia há pouco, assim como observou o agressor, também observou a vítima e, portanto, porque é que vai por um via e não por

outra? Tenho alguma dificuldade, mais uma vez, em assumir que sim, que isso... pode acontecer sim, mas não acho que seja linear, tal como a Inês disse. Acho que não podemos aceitar que seja assim, não necessariamente criança-vítima, criança que assiste à violência vai ser necessariamente agressor.

Entrevistadora: Claro, porque tem diante si os dois modelos.

Doutora Teresa Silva: Até porque, em algum momento na vida, a situação pode alterar-se e, apesar de ter vivido essa realidade, esse contexto violento durante uns anos, entretanto as coisas podem alterar-se, quer seja entre os cônjuges quer seja por haver uma separação ou por haver mudança também de família, a família alargada entra aqui também como fator protetor, mas mais uma vez, sim... há essa possibilidade, mas não é linear, não quer dizer que aconteça mesmo. É como dizer "alguém que seja alcoólico, é agressor", não podemos fazer estas extrapolações. Qualquer pessoa que bebesse, também seria agressor e não acontece, nem todos/as alcoólicos/as são agressores/as. Temos de ter sempre muita reserva na extrapolação destas teorias e modelos que tentam rotular ou padronizar comportamentos, porque depois nesta realidade as coisas não são exatamente assim. Pensando neste tipo de modelos que estão definidos e aplicando a casos práticos, muitas vezes é uma mistura dos modelos. Mas são sempre situações complexas, não são lineares.

Entrevistadora: E acredita que possam existir alguns fatores contextuais que favoreceram a práticas da violência doméstica: socioculturais, demográficos, psicológicos?

Doutora Teresa Silva: É um bocadinho o que já estávamos a falar. Sim, há fatores que podem influenciar, podemos dizer: a pobreza e o desemprego são fatores de potenciam a incidência ou existência de violência conjugal, isto não quer dizer que em pessoas com estratos sociais mais elevados a violência conjugal não existe, não corresponde à verdade. Portanto, mais uma vez, é como a questão do álcool pode ser um fator potenciador, como o desemprego, as patologias mentais, podem ser também. Portanto sim, acredito que podem haver fatores, há fatores que podem potenciar situações de violência doméstica, mas

não é linear... mais uma vez, por ser alcoólica não quer dizer que seja agressora, mas pode potenciar. À partida, sendo uma situação de violência conjugal, se o agressor for alcoólico pode tornar-se eventualmente mais violento, portanto, daí falar sobre ser potenciador. Não acho que seja gerador necessariamente, mas pode ser potenciador.

Entrevistadora: E pronto, a minha pergunta número 5 vai de encontro a todas as anteriores... se considera que este tipo de violência torna as crianças/jovens agressivos ou submissos?

Doutora Teresa Silva: Não sei, é a eterna questão neste contexto no nosso espaço. Obviamente, mais uma vez, que uma criança que cresça num ambiente estruturado, saudável e que observe a partilha das tarefas, a responsabilidade, a assertividade, este é um aspeto importante também e, voltando ao início, no trabalho que fazemos com as mulheres, tentamos trabalhar a assertividade, uma das características que muitas das mulheres têm ou apresentam, é a resolução do conflito. Portanto, a assertividade não tem de existir no léxico, mas na prática, para estas mulheres não existe e é muito difícil pô-las a resolver problemas ou conflitos de forma assertiva. Mais facilmente, as crianças o fazem e nos procuram para essa resolução de problemas e, se os colocarmos, fizermos uma mediação e se os colocarmos a tentar encontrar uma resposta mais adequada, isto obviamente após terem tido um conflito, mais facilmente as crianças encontram uma via de resolução mais adequada e mais equilibrada do que as mulheres adultas e claro, lá está, já têm todo um historial, toda uma vida e, por isso, são mais resistentes à mudança e mudar as mentalidades e aqui entramos na questão da prevenção e está tudo interligado. As mulheres ainda que vítimas e que estejam a receber o nosso apoio, são também indivíduos, cidadãs, elas próprias têm os seus preconceitos como qualquer um de nós tem. São também importantes para quebrar a proliferação deste tipo de crime e, não respondendo exatamente ao que me perguntou mas só por curiosidade, temos convidado também algumas ex-utentes, porque a casa-abrigo já funciona há mais de 10 anos, já há aqui uma distância segura, digamos assim, emocionalmente para

algumas das mulheres mais estruturadas, para fazerem uma reflexão e, as que têm capacidade, *insight* para isso, fazer uma reflexão da passagem pela casa-abrigo e já convidamos algumas para falarem com as residentes e dizerem “eu também já estive aqui, não é fácil, é muito complicado, e as crianças e uma quantidades de dificuldades adicionais, mas é um ponto de partida para algo melhor e depende de nós”. Portanto, é basicamente esta a mensagem que elas passam. Há sempre possibilidade de mudar, mesmo em termos de preconceitos e perspetivas das coisas, basta querer e, muitas vezes, as pessoas são resistentes e não querem, e este é um fator muito difícil de combater...

Entrevistadora: Não passa pela vossa responsabilidade no sentido que é algo que se a pessoa não estiver aberta para, é complicado.

Doutora Teresa Silva: É a vontade, é a autodeterminação... não podemos obrigar. Às vezes, é posto em causa algumas coisas que as mulheres façam ou não fazem. Mas nós não podemos obrigar... somos uma instituição, sim, mas não podemos obrigar, não podemos implicar, por exemplo, com a liberdade de uma mulher ou liberdade de escolha só porque achamos que era melhor pelo outro caminho. Se entende seguir por aquele, cabe-nos mostrar os vários caminhos para que as pessoas estejam informadas.

Entrevistadora: Claro, porque se uma mulher está num ambiente em que é totalmente dependente da pessoa com quem está e de quem exerce a violência. A partir desse momento vocês também vão abrir o leque de oportunidades opções para que se ela, de forma independente e responsável, a optar pela forma que julga ser o melhor caminho para si.

Doutora Teresa Silva: Precisamente. Muitas vezes o que julga ser o melhor caminho no momento é ficar em casa e manter a relação e nós temos de aceitar isso, enquanto técnicos também temos a nossa autogestão emocional para fazer, gerir as nossas frustrações. Como dizia no outro dia outra técnica com quem estive em reunião, que está na área da empregabilidade: “eu aprendi no meu primeiro trabalho o seguinte: nós não podemos querer mais que as pessoas”. Portanto, fazemos o nosso trabalho, apresentamos alternativas e as pessoas fazem

as suas escolhas e temos de aceitar isso, porque são mulheres com competências, que não estão doentes, não são inimputáveis, portanto, são mulheres na sua plenitude, com os seus direitos e capacidades. Podem ter algumas lacunas, mas isso todos temos, ninguém é perfeito, claro que tentamos ajudar dentro do possível, mas se a pessoa não adere, por exemplo, fazendo ações de sensibilização internas. Já tivemos várias em que, apesar de divulgadas, as mulheres não apareceram, arranjaram outra coisa para fazer mais importante, com certeza. Gera-nos frustração a nós, porque está tudo estruturado, organizado, temos um plano de formação anual e depois as coisas não concretizadas, porque não há adesão por parte das mulheres. Por outro lado, não podemos obrigá-las a ir comparecer a estas iniciativas, tentamos ir ao máximo... isto pode também ser sintomático de que não estamos a fornecer aquilo que elas pretendem, precisam ou que é a expectativa. Mas quando vamos, acontece o mesmo. Depende também muito do momento, mas, neste contexto em casa-abrigo, há muitos a ter em conta. Voltando à questão concreta que me colocou se são crianças submissas ou agressivas: mais uma vez, volto a dizer, não sei, só mesmo observando porque não há como... só mesmo observando e acompanhando o crescimento é que dá para perceber isso, portanto, mais uma vez não vejo uma relação causa-efeito necessariamente, não há uma resposta linear. Mais alguma questão?

Entrevistadora: Conforme eu havia dito à D. Cátia, eu decidi redigir e delinear a minha metodologia de recolha de dados desta forma, também para permitir nós termos uma visão ampla sobre o tema que estamos a tratar, mas fundamentalmente haver consciência de que as pessoas com quem estou a falar, são pessoas instruídas e que têm formação na área. Obviamente que eu poderia estar a enumerar várias questões de sim ou não, que era a minha ideia inicial: ser um questionário. Mas eu julgo que é muito mais enriquecedor porque há sempre algum tema a introduzir ou alguma informação que eu, que ainda não sou formada na área, que poderia não ter aquela visão e não pensar inicialmente

sobre, mas de alguma forma alguma informação extra, que a D. Teresa introduziu várias e pertinentes que de alguma forma vão enriquecer o meu trabalho.

Doutora Teresa Silva: Ainda bem! Claro que para análise, a avaliação quantitativa é muito mais prática e fazer questões fechadas, para os resultados finais, mas de facto também concordo que as questões abertas, a informação é muito mais enriquecedora. Claro que depois a análise quantitativa é diferente, mas parece-me impossível fazer ou validar um questionário sobre este tema.

Entrevistadora: Foi mais complicado, mas achei que era muito mais produtivo desta forma: algo que não seja fechado, que permita também ao entrevistado falar sobre o tema, dos aspetos que achar mais importantes, porque o que eu considero mais importante pode não estar em conformidade com o que outra pessoa acha do mais importante e assim, acho que permite termos uma vasta ideia de assunto que estamos a tratar e ter várias valências e vários aspetos.

Doutora Teresa Silva: Obviamente não me foquei em modelos nem paradigmas ou padrões. É muito mais baseado naquela que é a nossa experiência e prática de trabalho que, lá está, muitas vezes não se encaixa exatamente... mais uma vez, temos manuais de procedimentos, mas estas perspetivas teóricas verificam-se nuns casos, noutros não; outras vezes temos de misturar todos.

Entrevistadora: Portanto, é preferível a tática daqueles que lidam com estes problemas dia a dia.

Doutora Teresa Silva: Não estamos no dia a dia, a trabalhar num caso e dizemos “espera, este é perspetiva diádica familiar; esta é violência...”, não estamos a catalogar.

Entrevistadora: Os livros são mais generalistas, cada caso é que permite que a pessoa consiga lidar com aquele problema, apresentar estratégias, ferramentas para que as pessoas também possam, a partir daí, desenvolver o seu trabalho pessoal, mas se formos a especificar modelos é bastante complicado. É como disse, as pessoas não são todas iguais, cada caso é um caso particular e temos

de saber, perante aquela situação, trabalhar e ajudar a pessoa a desenvolver mecanismos.

Doutora Teresa Silva: E adequar às características. Não estou aqui a fazer uma campanha contra a teoria e as definições conceptuais. E há incidências, claro. Muito no início da conversa disse: a APAV presta apoio a todo o tipo de pessoas vítimas de todo o tipo de crime, mas há a prevalência da violência doméstica. Vendo a estatística, que vale o que vale, dá para tirar relações, mas extrapolações é mais complicado.

Anexo IV

Entrevista Doutora Ana Costa

Sexo	Feminino
Formação Académica	Serviço Social
Informações Adicionais	Mestrado em Política Social

Data	14/11/2019	
Duração	Início - 14:38	Fim - 15:02
Local	DEDS/Divisão de Intervenção Social da Câmara Municipal da Amadora	
Acordada anteriormente	Sim	
Autorizado o registo áudio?	Sim	

Entrevistadora: Portanto, a minha dissertação conforme já havia dito diz respeito de facto de verificar se existe algum de causalidade entre a violência doméstica e a delinquência juvenil, no sentido em que é para tentarmos perceber qual é que é o impacto que este tipo de crime tem no desenvolvimento das crianças e jovens. Como pergunta... são perguntas abertas precisamente para conseguirmos um discurso fluído e diversificado e a minha pergunta seria descrever em poucas palavras qual é que é o âmbito da instituição e concretamente como é que é efetuado o acompanhamento das vítimas neste caso.

Doutora Ana Costa: Ok, portanto a Câmara Municipal da Amadora é um organismo da administração pública local, que tem como competências gerir a cidade da Amadora. Nós trabalhamos na divisão de intervenção social que é um dos nos órgãos, um dos organismos da autarquia da Câmara Municipal da Amadora, que tem por missão principal realizar, planejar, avaliar toda a intervenção social que efetuada na cidade. A intervenção que é feita pela DIS, pela divisão, tem vários grupos alvo e tem vários âmbitos de intervenção. Portanto, trabalhamos com população em situação de carência, de maior vulnerabilidade social, com famílias em situação de carência económica, os seniores, população com deficiência. Não trabalhamos com as crianças porque neste caso a responsabilidade está com a CPCJ com quem trabalhamos muito

perto, temos também toda a parte do planeamento da intervenção e da articulação com as várias instituições de âmbito social da cidade, portanto com a rede social a funcionar e todo o trabalho que anda à volta da rede social, a intervenção comunitária nos vários territórios mais fragilizados da cidade, portanto tem tudo aquilo que a intervenção social no município com é a Amadora, portanto bastantes desafios em termos sociais. Foi no âmbito da intervenção social, da divisão de intervenção social que foi criada em 2003, talvez 2003, a primeira intervenção na área da violência, foi criado o serviço atendimento a vítimas de violência familiar, era assim que na altura se chamava. Este trabalho foi evoluindo e agora, em 2019, nós temos na cidade criado o terceiro plano Municipal Contra a Violência, que é um documento de planeamento estratégico diretamente ligada a rede social, portanto aos parceiros todos da cidade, mas que foca tudo o que são ações de prevenção e de combate à violência doméstica, à violência doméstica, que inclui violência de género, violência conjugal, portanto, são ações enquadradas neste plano que tem este objetivo. O plano está dividido em vários eixos, um eixo de qualificação para a intervenção com vítimas, um eixo de prevenção da violência doméstica, um eixo de investigação do fenómeno na cidade, portanto mais de diagnóstico e de planeamento para a intervenção e um outro eixo de intervenção com agressores também, muito na articulação com a Direção Geral de Intervenção e Serviços Prisionais que é que tem competência legal de trabalhar com os agressores de violência doméstica. Portanto, no âmbito do 1º eixo de trabalho com as vítimas, entre outras coisas, existe, está alocado, o funcionamento de um serviço do SAEF que é o serviço de atendimento especializado a vítimas de violência. E violência aqui, não só violência doméstica porque nossa a ideia foi sempre não cair no estigma da violência doméstica associada apenas à violência conjugal, apenas em que a mulher é vítima de violência, nós sabemos que é a maioria, mas não a limitar a esse entendimento. E portanto temos este serviço a funcionar, já foi a continuidade do primeiro trabalho que começou, este serviço funciona muito de acordo com a metodologia de atendimento integrado, que funciona no concelho todo, em que assenta num princípio de evitar a duplicação da intervenção, portanto, as técnicas que

trabalham são as duas de serviço social, estão duas técnicas mulheres a trabalhar neste serviço, as duas com formação em serviço social, portanto técnicas de serviço social, e são gestoras dos casos das vítimas que atendem, isto quer dizer que são elas responsáveis por acionar todos os recursos existentes na comunidade, necessários ao projeto de vida da pessoa que têm à frente. E, portanto, com isto evitamos que a pessoa ande de porta em porta, de instituição em instituição, para pedir os recursos que são necessários. É assim que nós funcionamos desde 2006 no concelho e também é assim que funciona o serviço de atendimento a vítimas. Portanto além dos recursos específicos da violência doméstica, as casas abrigo, as casas de acolhimento de emergência, a articulação com o ministério público, toda essa parte que é específica da violência doméstica, temos também outra que dá apoio em situações de carência económica, portanto, temos acesso direto aos apoios económicos da segurança social, os apoios alimentares, a articulação para pedir a questão da casa, todos estes apoios que são necessários e complementares à intervenção social com vítimas é a técnica que os desencadeia

Entrevistadora: Claro, e que articula...

Doutora Ana Costa: Que articula. Depois o apoio psicológico também, portanto, e desta maneira está tudo concentrado aqui no serviço, e evitamos, tentamos otimizar os recursos e também otimizar este processo que já é tão doloroso para a vítima. E este é o trabalho que é feito em termos de violência doméstica na cidade, por um lado o trabalho de planeamento e intervenção muito estratégica, e depois com o SAE, de intervenção direta com as vítimas.

Entrevistadora: Perfeito. Gostaria também, portanto, nessa articulação que fazem, no trabalho que desenvolve, saber se existe ou consideram que existe algum tipo de ação preventiva, no caso específico da violência doméstica. Obviamente que o preventivo não quer dizer antes, não é, do acontecimento suceder, mas sim se calhar preventiva não seria a palavra certa mas de facto é que não existe a reincidência, se existe algum tipo de acompanhamento, algum tipo de ação que permita que, felizmente e se assim for, que o caso seja um caso

único e que existe algum tipo de ação por forma a que essa situação não se repita.

Doutora Ana Costa: Pronto, em termos de prevenção mais estratégica, nós temos um eixo, como eu disse, do plano contra a violência, que é precisamente a prevenção da violência, em que é um trabalho com escolas e com a CPCJ também, no âmbito de uma prevenção mais universal, direcionada à cidade como um todo e depois mais especificamente em relação às crianças e jovens para prevenir comportamentos violentos. Depois, relativamente ao acompanhamento dos casos, a prevenção que se faz da reincidência é muito um trabalho direto com as vítimas, de procurar com elas uma alternativa para que a relação violenta cesse. E isto nós dizemos procurar com elas, porque de facto é um trabalho de capacitação, de empoderamento destas mulheres, maioritariamente mulheres mais uma vez, para conseguirem fazer uma análise da sua situação, conseguirem perspetivar alternativas e um futuro adequado aquilo que são as expectativas delas. É um trabalho de grande proximidade, que leva algum tempo, nem sempre é direto, nem sempre entendido assim pelas próprias vítimas, mas é isto, é tentar que as vítimas compreendam que a violência doméstica é um crime, que há alternativas na comunidade que permitem ajudar para que possam, que se possam autonomizar, aqui uma capacitação muito emocional, de noção daquilo que são os seus direitos, qual é o seu papel numa relação e qual é o papel do companheiro agressor, também aqui muita noção, e isto é muito trabalhado, que crianças que vivenciam relações violentas são também elas vítimas de violência e portanto isto como fator acrescido para uma tomada de decisão diferente daquela que tem vindo a ser tomada, mas isto é um processo que é feito com a vítima e, portanto, depende sempre, não é, é assim que nós trabalhamos, depende sempre da vítima a última palavra. No momento a decisão, não sendo abandonar a relação, a porta está aberta, está aberta para continuarem a trabalhar connosco, para continuarmos a trabalhar a situação, hoje está aberta no futuro quando entendam que é a altura. E isto no trabalho muito com as vítimas. Por outro lado, há um trabalho muito próximo com o Ministério Público

da Amadora que é parceiro no plano contra a violência, portanto, há aqui um trabalho de grande proximidade e de uma relação pessoal muito, muito estreita, e muito importante no nosso ver em que sempre que há uma situação de uma vítima que de facto quer é ser protegida, que quer sair da relação mas que não quer ir para uma casa abrigo, quer permanecer, há uma relação com o Ministério Público no sentido de acionar as medidas previstas legalmente, de proteção desta vítima. Estamos a falar de medidas de afastamento do agressor da vítima, com respetiva aplicação de controlo eletrónico sempre que se justifique ou eventualmente a prisão preventiva, portanto, esta articulação é muito estreita no sentido de agilizar procedimentos, portanto, se for uma situação que a técnica considere que é muito grave, o Ministério Público tenta, o procurador ou a procuradora tentam ouvir logo de imediato a vítima, isto é logo combinado por telefone, portanto, é algo que às vezes acontece numa questão de horas, quando a técnica também percebe que é importante ali uma outra medida diferente daquela que está a ser aplicada, que está a ser pensada pelo Ministério Público também a técnica sugere estas medidas e propõe, e defende, e argumenta, portanto, há aqui uma relação muito próxima de acionar, no sentido de acionar os recursos que existem legais de proteção destas vítimas.

Entrevistadora: Claro, e faz todo sentido, não é, haver algum tipo de sustento social no que respeita a tudo o que envolve a vítima e o bem-estar, mas também a nível legal, porque independentemente de tudo, a vítima também tem que estar salvaguardada e tem que perceber que do lado da justiça também tem algum tipo de suporte e de apoio...

Doutora Ana Costa: Essa é a nossa função enquanto serviço também, é informar dos recursos que existem e dos mecanismos legais e sociais, mas muito legais que existem para proteger a vítima, porque elas apesar de receberem as vítimas apesar de receberem o estatuto de vítima, não leem, as vezes quando leem não conseguem interpretar aquilo que está dito, portanto, estes mecanismos de proteção legal são sempre colocados em cima da mesa como recursos e depois são trabalhados mediante a aceitação da vítima, porque há

aquelas que por e simplesmente querem sair de facto de casa e optam por outros percursos, mas quando a opção e a decisão é permanecer na residência, que é isto muitas vezes está em causa não é, permanecer perto da zona de perigo, articulamos isto diretamente com o Ministério Público, portanto, os recursos existem, nós temos conhecimento apesar de não sermos da área jurídica temos conhecimento deles e tentamos trabalhar isto com um grande proximidade com o Ministério.

Entrevistadora: Claro, e que lidam com estas situações diariamente...

Doutora Ana Costa: Sim, nós aquilo que, tivemos uma procuradora que aqui há uns anos que aquilo que dizia é que o Ministério Público é isso mesmo, é público, é para as pessoas e que, portanto, quem está no ministério público, para quem está no ministério público é muito importante ter a perspetiva de quem trabalha no dia a dia com estas vítimas e muitas vezes não coincide com aquilo que estas vítimas se declaram em tribunal, porque estão nervosas, o discurso é menos organizado, ou menos pensado, ou menos estruturado, do que numa situação que estão mais à vontade.

Entrevistadora: Claro...

Doutora Ana Costa: E, portanto, baseado nisto temos tido muita sorte com os procuradores que têm sido colocados aqui na Amadora, porque todos eles mostram esta grande disponibilidade para trabalhar connosco, para ouvir, para ter em conta aquilo que é perspetivado pelas técnicas, aquela que é a opinião das técnicas.

Entrevistadora: Perfeito! Agora mais virado para a questão das crianças e jovens, se acredita que de alguma forma este tipo de violência tem influência no desenvolvimento dos mesmos, sendo que muitas das vezes podem ou não ser vítimas diretas, mas serem vítimas indiretas, assistirem a estes episódios e a interpretação da violência e de que forma é que este tipo de comportamentos podem influenciar o desenvolvimento.

Doutora Ana Costa: Aquilo que a literatura diz é isso mesmo, não é, que quem vivencia relações violentas têm tendência a que essas, essa violência permaneça na vida, ao longo da vida, seja assumindo uma postura mais de vítima, seja a assumir posturas de agressor. Nós repetimos aquilo que aprendemos e isso não é exceção também aqui no caso da violência doméstica. Essa é sempre a nossa crença, ainda que nós muitas vezes usemos esta expressão, é nosso entendimento que as crianças e os jovens não são vítimas indiretas, podem não ser agredidos fisicamente ou verbalmente diretamente pelo agressor, mas a partir do momento em que vivem numa casa onde há violência doméstica são vítimas porque o vivenciam, porque estão a presenciar, porque aquilo que está em causa é o seu desenvolvimento emocional, social, afetivo e, portanto, como é óbvio, são vítimas diretas também deste crime. Ultimamente o Ministério Público aqui da Amadora tem trabalhado um conceito connosco, de poderem também as crianças e jovens serem vítimas do crime de violência doméstica, ainda que não sejam mais uma vez agredidos diretamente, físico ou verbalmente, mas porque presenciarem são também eles vítimas deste crime, lá está, porque compromete o seu desenvolvimento e o seu bem-estar imediato. Portanto sim, é nossa crença sempre que, que são vítimas a nossa postura com, com as vítimas adultas, é sempre um trabalho de mostrar isto, que são vítimas e que há uma consequência direta no seu desenvolvimento, mostrar sempre que nós respeitamos a decisão da vítima adulta, de abandonar ou permanecer na relação, mas que não tendo a criança ou jovem capacidade de tomar uma decisão de sair da relação e de se proteger, portanto não têm essa capacidade jurídica, depende da decisão dos pais, é nossa responsabilidade, é nosso dever legal defender a vítima criança ou jovem. E, portanto, as vítimas são sempre informadas disto, não é, sempre que nos surge uma situação, comunicamos que temos que articular e que denunciar a situação à CPCJ. Temos noção do peso que isto tem para uma mãe, ou para um pai, mas mais uma vez maioritariamente mães, e tentamos que isto seja trabalhado, tentarmos que muitas vezes haja aqui algum tempo para que a vítima decida proteger-se e proteger a criança antes de haver uma denúncia, portanto, isto tem, não é flexível na decisão e na perspetiva, mas

tentamos respeitar os tempos da vítima. Salvaguardando os tempos quando falamos aqui é uma questão de horas, não é, salvaguardando aqui sempre a proteção da criança ou do jovem, portanto sim, claro que sim são vítimas diretas e é o nosso papel protegê-las e daí a articulação com a CPCJ que também é muito estreita.

Entrevistadora: Muito bem. E no que respeita por exemplo à transmissão intergeracional da violência, é um dos, portanto, na minha análise empírica, é um dos temas que eu estou a tratar, precisamente a transmissão de comportamentos violentos, não é, entre pais e mães, e precisamente da forma em que isso é transmitido de geração em geração para os filhos, ou seja, poderemos afirmar eventualmente que um homem ou uma mulher violenta podem transmitir a nível de laços sanguíneos, não é, com os seus filhos esses mesmos comportamentos, pode haver estimulação ou passagem do testemunho?

Doutora Ana Costa: Mais uma vez, nós fazemos aquilo que vimos fazer enquanto crescemos, o bom e o mal, portanto, é isso que a literatura nos diz é que a tendência é repetir e perpetuar comportamentos aprendidos na infância, é essa a nossa crença também, não é, e nós não podemos falar nem pelas crianças das vítimas que atendemos, pelos filhos das vítimas que atendemos nem pelos agressores, porque não trabalhamos com eles, mas é frequente, não temos isto estudado mas é muito frequente nas vítimas ouvirmos dizer que havia violência entre os seus pais, não é, e portanto, isto é muito frequente “a minha mãe, o pai, acontecia o mesmo” e sim, há aqui uma perpetuação. É muito isto que também tentamos argumentar depois vítimas, de trabalhar porque nem sempre é evidente para uma mãe que isto acontece. O discurso muitas vezes é “o meu marido faz isto, mas até é bom pai”, portanto, porque não bate na criança, não é, e como não bate na criança bate só a mãe, é bom pai. E isto é, tentamos desmontar estas noções, estes conceitos.

Entrevistadora: Quase como que uma desculpabilização, não é?

Doutora Ana Costa: Não é desculpabilização, não há sequer a noção de que aquilo que o adulto faz, que o que acontece entre os adultos mete, coloca a

criança em perigo, e que tem uma influência direta naquilo que é o seu desenvolvimento, portanto, isto é muito trabalhado com as vítimas que meninas que assistem a violência doméstica tem uma propensão grande a tornarem-se vítimas, meninos que assistem a violência doméstica tem uma propensão grande a tornarem-se agressores, porque há uma repetição e uma perpetuação dos comportamentos aprendidos. E isto é muito trabalhado e muitas vezes é mais um fator que apoia a tomada de decisão de abandonar uma relação violenta, porque as vítimas, as mães, não tem esta perspectiva e quando é verbalizado elas entendem-no assim, não é, que realmente “se calhar o futuro dos meus filhos está de facto em perigo e, portanto, a minha decisão tem que ser repensada também tendo em conta a isto”.

Entrevistadora: Muito bem... E a minha pergunta número 5 ia ter ao encontro, agora ao que a Sr.^a D.^a Ana disse, que era precisamente isso, se considera que de alguma forma este tipo de violência torna as crianças ou agressores, neste caso agressivos, ou submissões, que foi exatamente o que acabou de afirmar a respeito de que uma menina que veja a mãe ser constantemente agredida automaticamente vai considerar, possamos dizer, que é normal ser vítima de violência, de qualquer tipo de violência, e o menino que veja o pai a praticar, a exercer, violência sobre outra pessoa, seja ela homem ou mulher, que precisamente acha normal e justificável aquele tipo de ações.

Doutora Ana Costa: Sim, aquilo que nós temos que trabalhado muito na Amadora e no eixo da prevenção é que há esta aprendizagem dos comportamentos ligados à desigualdade de género, muito porque que aquilo que se aprende é que há uma submissão da mulher em detrimento do homem, não é, em relação ao homem, que se manifesta depois entre outras coisas, não é só na violência doméstica, toda a aprendizagem dos comportamentos em casa e da gestão doméstica, da gestão dos filhos, da carreira, portanto, há toda essa parte mas também da violência de género. Mas aquilo que nós temos trabalhado vai um bocadinho mais além, vai nesse entendimento de que quando se aprende violência, repete-se a violência. Repete-se a violência, por exemplo, na escola

logo quando são muito pequenos, contra as meninas mas não só, com pares no geral, meninas e meninos, e contra os adultos também, em contexto escolar, em contexto de escuta componente de apoio à escola da escola, portanto, fora da escola, e nós temos muito este entendimento de que uma prevenção da violência faz-se na escola de forma muito transversal. É a prevenir os comportamentos violentos sejam eles quais forem. Entre pares, contra adultos, na família, no seio da família, portanto, é porque aquilo que entendemos é que de facto a violência se aprende, seja ela qual for, não é genética, não é, nós não transmitimos isto nos nossos genes de pais para filhos, mas aprende-se e, como tal, a intervenção tem sido muito lata, um exemplo nós comemoramos na Amadora o dia da Não Violência Escolar, acho que é assim que se chama, o dia da Não Violência Escolar, de forma transversal porque é a violência de maneira muito genérica, muito abrangente, que depois como é óbvio é levada para casa e levada para as relações conjugais, no futuro. Mas com crianças é muita violência entre pares, no recreio, na sala de aula com o professor, portanto, é uma violência de forma muito de lata. Mas sim, estamos convencidos que isto se aprende, a violência aprende-se, como tudo o resto se aprende, e que se repete, que se perpetua entre gerações. Mas não temos dados de facto, não é, não temos estes dados estatísticos, não temos este estudo feito mas é o que a literatura nos diz e estamos perfeitamente convencidos, e daí também desde sempre ser um eixo do nosso plano, a questão da prevenção.

Entrevistadora: E hoje, cada vez mais, a partir do momento em que a violência doméstica outrora era um crime privado, não é, acontecia entre as quatro paredes do lar, utilizava-se muito aquela expressão popular do “entre marido e mulher não se mete a colher”, não é, e a partir do momento em que se percebe, a que vamos apercebendo cada vez mais que a violência doméstica é um crime público, é um crime que urge cada vez mais perceber como um problema social, um problema de segurança interna, porque é precisamente, vai ter repercussões e impactos gravíssimos no que respeita às gerações futuras, e, lá está, estou a falar no caso concreto violência doméstica mas é com a D.^a Ana estava a dizer,

a nível de pares, a nível de adultos e tudo mais, parte do momento em que as crianças de hoje, são os adolescentes de amanhã e são os adultos do futuro, não é?

Doutora Ana Costa: A Organização Mundial de Saúde considera um problema de saúde pública.

Entrevistadora: Exatamente... a nível de perguntas concretas, D.^a Ana, acho que eu delineeie com as mais importantes são precisamente estas, para tentar perceber o modo global. Mas se tiver alguma questão que gostasse de abordar...

Doutora Ana Costa: Não, acho que é o que eu disse no início, acho que é importante ouvir o lado de quem protegem as crianças e os jovens, porque muitas vezes, e isto tem sido verbalizado muito pelos colegas da comissão, um processo é finalizado por violência na escola e quando se vai a perceber, há violência também em casa e isto vai completamente ao encontro que a Inês está a fazer, não é, que é perceber a relação, e isto acontece muitas vezes, é a escola que sinaliza porque há um comportamento violento no recreio ou contra um adulto, e quando se chamam os pais, quando se chama a criança, aquilo que se percebe é que de facto o problema, o problema principal daquela criança é estar a ser sujeito, a haver uma exposição a comportamentos que comprometem o seu bem-estar, nomeadamente a violência doméstica, portanto, e daí se calhar é importante, claro óbvio quem trabalha com os adultos, mas esta perspetiva de quem apanha os processos das crianças e perceber que a sinalização por um problema traz outros tantos atrás, que não tem necessariamente um processo por absentismo ou por abandono escolar, não é só porque a criança não gosta da escola, o que está por trás são as coisas e a violência doméstica é a principal causa de sinalização das crianças à CPCJ da Amadora. É a violência doméstica, o abandono e o insucesso escolar, mas muitas vezes está tudo interrelacionado. E daí esta sugestão de achar que de facto há um ganho, haveria um ganho gigante em ir falar com os colegas da comissão.

Entrevistadora: Perfeito, muito obrigada.

Anexo V

Entrevista Doutora Isabel Pina

Sexo	Feminino	
Formação Académia	Psicologia	
Informações Adicionais	-	

Data	03/12/2019	
Duração	Início – 14:26	Fim – 14:59
Local	Espaço Vida Loures	

Acordada anteriormente	Sim
Autorizado o registo áudio?	Sim

Entrevistadora: Portanto, neste momento, como tivemos já a oportunidade de verificar, não sei se eventualmente já recebeu o meu guião, senão terei todo o gosto de o deixar também...

Doutora Isabel Pina: Nós recebemos o enquadramento, sim.

Entrevistadora: Num breve apanhado, eu estou a realizar a dissertação de tese de mestrado em Ciências Policiais, no caso particular da Criminologia e Investigação Criminal, pela escola de polícia, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Estou a fazer um estudo relativamente à violência doméstica e o cruzamento com a temática da delinquência juvenil. Verificar se existe um nexo de causalidade entre as duas temáticas e para perceber efetivamente se a violência doméstica pode, de alguma forma, despoletar em crianças e jovens que assistam a episódios de violência doméstica entre os pais.

Doutora Isabel Pina: Despoletar não digo, mas se calhar justificar.

Entrevistadora: Exatamente. Se pode proporcionar condicionantes numa vida futura em que as crianças adotem, infelizmente, os mesmos comportamentos. Reuni e elaborei 5 questões principais de resposta aberta para conseguirmos ter um diálogo mais fluído e não tão orientado para que possamos falar de diversos aspetos. A minha primeira questão, ia antes de mais fazer um breve enquadramento à instituição, como é que funciona, como é realizado...

Doutora Isabel Pina: A instituição enquanto Câmara ou o Espaço Vida?

Entrevistadora: Neste caso, Espaço Vida. Para perceber também qual é que é a dinâmica e qual é o tipo de acompanhamento que fazem com vítimas.

Doutora Isabel Pina: Em termos do Espaço Vida, (...) é um Gabinete de Apoio à Vítima de Violência doméstica, neste momento. Está integrado na Rede Municipal de Intervenção em Violência Doméstica, na RMIVD, aqui do Concelho de Loures, ou seja, com outros parceiros, nós somos o Secretariado Técnico da

Rede; que nos tem dirigido alguns pedidos no sentido de o Espaço Vida deixar de ser só específico para a violência doméstica e passar a dar resposta a outro tipo de situações ou violências. Estamos nesta fase de começar a refletir sobre a possibilidade de abrir, até porque, em termos de legislação, é isso que está a começar a acontecer noutras entidades. Neste momento, enquanto isso não acontece, a equipa tem 4 elementos e depois temos uma Coordenadora, uma Educadora Social, uma Assistente Social e 2 Psicólogas, uma delas sou eu; em que temos duas componentes: como Técnico de Apoio à Vítima, em que fazemos o atendimento social como atendimento como Técnicas de Apoio à Vítima propriamente dito; e depois temos o acompanhamento psicológico que é mais da minha área e da minha colega que é a Fernanda Pereira. Depois temos a Coordenadora, que é a Dr.^a Sandra Almeida, e temos o nosso apoio administrativo que é a Helena. Temos uma linha que está desde as 9 da manhã, disponível, até às 8 da noite, todos os dias úteis, que é uma linha gratuita, por onde as pessoas também podem contactar-nos e fazer as marcações. Além do atendimento base, o acompanhamento psicológico temos a crianças e a adultos, se bem que o das crianças, neste momento, também está em fase ainda de implementação, porque há aqui questões nas crianças que ainda estão a ser vistas, mas a ideia é efetivamente passar a ser definitivo; podemos dizer que estamos numa fase de implementação, até porque nos foi feita uma proposta pela parte da CPCJ de encaminhar situações para nós e estamos a ver de que forma isso é possível. Além destas duas formas de atendimento base, temos uma jurista também, que não está cá a tempo inteiro, mas que nos dá o apoio jurídico, mas não está localizada aqui no Gabinete, é externa mas dá-nos apoio. E depois, nós fazemos ações de sensibilização nas escolas, mais eu e a minha colega da psicologia, ou outro tipo de formações que nos solicitem na área da violência doméstica: formação na área da violência doméstica e sessões de sensibilização nas escolas e também já fizemos com idosos, por exemplo, nos centros de dia também é solicitado. Além desta componente formativa/preventiva/sensibilização temos, como já disse anteriormente, o secretariado técnico da Rede. Fizemos, no ano passado, o nosso primeiro

seminário da Rede, em que nós tivemos na organização do mesmo. Isto eu penso que é em termos de trabalho; depois temos as reuniões com os parceiros. Nós atendemos essencialmente, munícipes do concelho, situações do concelho, mas às vezes acontece recebermos de outros concelhos, porque os Procuradores, não é só o Tribunal de Loures, penso eu, é de Loures, Amadora e Odivelas; e então, às vezes, encaminham-nos outras situações. Mas eu penso que o trabalho em termos de organização é essencialmente isso; depois temos as reuniões de equipa internas, mas eu penso que essencialmente, este é o trabalho que se desenvolve, neste momento, aqui no Espaço Vida; mas pode ser que as minhas colegas se lembrem de mais alguma coisa que eu não me esteja a lembrar neste momento.

Entrevistadora: Consegue delinear algum tipo de dificuldades que tenham na elaboração e no acompanhamento das vítimas?

Doutora Isabel Pina: Eu penso que as dificuldades, neste momento, lembro-me da questão da habitação. Muitas das vezes é difícil para as vítimas conseguirem-se autonomizar do agressor por falta de recursos para suportarem os valores praticados em termos de arrendamento e de aquisição de casa no mercado livre. Eu penso que isso é um dos problemas ou dificuldades. Depois, outra das dificuldades é, e se calhar até faz sentido para o seu projeto, o tribunal criminal onde se processa o crime da violência doméstica... se calhar é mais ao contrário, o tribunal de família e menores não ter em consideração, não fazer a relação ou não articular, pelo menos da nossa parte, parece-nos que isso fica um pouco aquém daquilo que nós gostávamos que fosse a devida articulação com o tribunal do crime porque, muitas das vezes, permite determinadas guardas/regimes de guarda que depois não é compatível com o crime de violência doméstica, mas eu penso que, em termos internos, a Dr.^a Sandra até tem estado a marcar reuniões para ver de que forma é que podemos contornar essa dificuldade e de que forma é que isso pode ser facilitado; mas assim de repente, são dois dos constrangimentos que eu penso que... depois às vezes também para a questão dos idosos... às vezes os cuidadores são os agressores, onde não há

resposta de lar, de equipamentos que pudessem receber; quem diz idosos, também já tivemos situações com deficiência mental e, às vezes, o suporte social à volta não é o melhor e era preferível estar em equipamento adequado, mas que também é difícil. Outra das dificuldades é principalmente na população idosa, às vezes, os filhos são os agressores e conseguir... porque não é fácil... que eles façam queixa, denunciem a situação, porque depois é uma bivalência muito grande e o tribunal não... ou seja, nós temos de denunciar e denunciámos, mas depois os idosos não falam e não dizem que são vítimas; e se calhar não devia ser assim, se calhar a denúncia, estando comprovado o crime, não se devia por o ónus na pessoa, nem devia simplesmente julgar, mas isso não acontece porque a pessoa não fala, mas se está provado. Devia haver outras formas de se provar e, isto também acho que é uma dificuldade que existe na violência doméstica. E é isto, mas também que diz idosos, diz se calhar outras vítimas que estão precisamente na mesma situação, se bem que tem de se analisar caso a caso para não pôr a pessoa ainda mais em risco; quando se denuncia, seja nos idosos seja nas vítimas. Mas penso que são estas coisas que, se calhar, precisavam de ser melhoradas.

Entrevistadora: Muito bem. A minha segunda pergunta, curiosamente, ia pegar um pouco no que referiu há pouco sobre a questão das ações preventivas que faziam exatamente e era focado precisamente nisso: se existia algum tipo de ação preventiva, no caso particular da violência doméstica, obviamente que não é prevenção num estado primário, porque efetivamente não há forma de vocês poderem atuar a não ser pela sensibilização antes do acontecimento de violência doméstica, não é? Muitas das vezes lidam com os casos já no 'pós', mas se existe algum tipo de ação preventiva nesse sentido, no caso particular da violência doméstica.

Doutora Isabel Pina: Preventivamente, só mesmo, antes de acontecer a violência?

Entrevistadora: Não. Não é focado mesmo antes, porque na maior parte das vezes, o Espaço já recebe numa situação de 'pós'. No 'pré' eu creio que é, lá está,

nas ações de sensibilização obviamente, não direcionada para as pessoas que são vítimas, mas sim para os descendentes: os filhos, as crianças, os jovens e, eventualmente, os idosos; mas se existe algum tipo de ação preventiva não no 'pré', mas no 'durante', quando fazem o acompanhamento das vítimas.

Doutora Isabel Pina: Sim, sim. Já depois de receber as vítimas, tentamos ver com elas formas de evitar a que as situações voltem a acontecer, mas isso depois depende muito de cada caso e de cada situação, se ela pode ser feito através das medidas de segurança que estabelecemos, pode ser feito através da medida de acolhimento de emergência, pode ser feito através de ver se através de suporte social se há outra forma que ela se possa proceder, pode ser visto através do tribunal a aplicação de uma medida de proteção para a vítima; isso depois depende de caso a caso. Mas há várias formas de se prevenir que volte a acontecer...

Entrevistadora: Sim, é mais na perspetiva da reincidência.

Doutora Isabel Pina: Sim, mas depende muito de cada caso e da necessidade de cada caso que se pede.

Entrevistadora: Muito bem. Agora mais vocacionada na questão das crianças e jovens: de que forma este tipo de violência, assistirem a este tipo de fenómeno, influencia o desenvolvimento e crescimento das crianças e jovens?

Doutora Isabel Pina: Acho que depende muito de situação para situação, de caso para caso e acho que é muito variável. Pode influenciar ao nível do modelo que depois a criança passa a seguir e reproduzir mais tarde, ao nível da estrutura de personalidade, da forma como ela vai construir a sua personalidade ao longo do tempo com base naquele modelo que assiste, da revolta que sente, que se calhar está na base da delinquência, alguns dos comportamentos, não só pelo modelo que assistiu, mas também por aquilo que sentiu no momento em que estava a assistir, pela personalidade que entretanto se construiu. Penso que, se calhar, em termos de perturbação mental, do comportamento, desenvolvimento emocional, estabelecimento de relações no futuro com outros que vão ter

sempre... têm maior probabilidade de ter este modelo como base nas suas relações futuras, dificuldade de estabelecer relações com os outros, porque tiveram um modelo disruptivo; penso que tem estas implicações todas.

Entrevistadora: Neste caso em particular, estudei um campo específico que seria a transmissão intergeracional da violência.

Doutora Isabel Pina: Que eu acho que faz todo o sentido. Aliás, isto é uma opinião pessoal, não tem base em estudo absolutamente nenhum. É aquilo que eu constato e já faço, há algum tempo, ações de sensibilização nas escolas e ouço muito colegas dizerem que tem de se apostar na escola e da sensibilização das escolas. A sensação que eu tenho quando vou falar às escolas é que os miúdos que já têm problemas ou que têm um modelo, não é a nossa sessão que vai fazer a diferença, porque simplesmente lhes passa ao lado, eles ouvem por ouvir, não fica lá. Eu acho que, mais do que trabalhar junto das crianças através de ações de sensibilização, devia começar a trabalhar-se no agregado familiar, precisamente para interromper... eu estou a dizer que a violência é crime, que há estes comportamentos assim e assim, que isto está errado e enquanto eu estou a fazer a formação e ação de sensibilização, tenho os miúdos a dizer “leva um estalo e leva, porque é assim que funciona”, ou seja, há já todo um modelo familiar; a família é a base. Há toda uma legitimização e normalização da violência que foi construída desde que a criança nasce e que ela assiste; já está muito enraizado, não é uma ação de sensibilização que vou fazer na escola que vai fazer a diferença. Portanto, acho que acima de tudo devia-se trabalhar o agregado, porque não acho que seja... claro que fica sempre qualquer coisa, claro que também são importantes, mas por si só, a meu ver, não interrompem o padrão. Como disse e bem, acaba por ser intergeracional, porque passa através da modelagem que fica muito vincada e muito presente e é muito difícil depois de trabalhar.

Entrevistadora: Até porque, quando eu estive a delinear as palavras-chave, o foco da minha investigação, dois dos elementos primários que selecionei foram

precisamente a família, como elemento base e primário de socialização, aquele que nos dá as ferramentas para, numa fase posterior, que nos abre ao mundo.

Doutora Isabel Pina: Para me relacionar com os outros. Por isso, se eu tenho um modelo que vejo constantemente de agressão, de humilhação e de violência, eu, tendencialmente vou reproduzir esse modelo mais tarde.

Entrevistadora: Também gostaria de pegar aí, precisamente, para perceber se considera que este tipo de violência torna os jovens... isto é muito ambíguo, porque pode ser uma das duas, mas, na sua opinião, o que é que condiciona tornar estes jovens agressivos ou submissos? No sentido em que vêm e replicam os comportamentos ou submissos, porque sentem a dor e de alguma forma...

Doutora Isabel Pina: Eu tenho alguma dificuldade em fazer generalizações. Acho que as situações têm de se ver caso a caso, porque depois é todo o contexto à volta e há uma série de fatores que vão determinar o que vai ser um ou outro, mas se eu tivesse que não levar nada disso em consideração e pensar de repente, acho que a tendência será para se tornar mais agressivo do que propriamente submisso, se estiver a falar do papel masculino. Se estiver a falar de um papel feminino, eu acho que a tendência, pela cultura que normalmente está associada nestas situações, pelo estereótipo que ainda existe do papel feminino, eu diria que as Mulheres têm tendência para ser mais submissas; eu faria essa leitura.

Entrevistadora: Até porque a grande maioria das vítimas de violência doméstica é também a Mulher, a principal vítima.

Doutora Isabel Pina: Sim, sim. Agora, não quer dizer que um Mulher não se torna, depois, agressora e um Rapaz não se torne submisso por medo. Ansiosos, com perturbação de ansiedade associada.

Entrevistadora: Claro. O facto de nós termos uma opinião nesse sentido e falarmos da generalidade, porque não é linear.

Doutora Isabel Pina: Se eu generalizasse diria isso, sim. Mas tenho dificuldades em fazer esse tipo de generalizações. Da minha experiência, acho que diria isso.

Entrevistadora: Uma das outras questões também era compreender se existem fatores contextuais, que vai pegar um pouco ao que acabou de dizer relativamente à questão do estereótipo, do estrato social, por exemplo, pessoas que efetivamente têm uma condição económica mais estável... ou seja, a violência não é, por exemplo, tão vista ou tão detetada como em pessoas de estratos mais baixos.

Doutora Isabel Pina: Não sei se consigo fazer essa avaliação. Da experiência que tenho tido aqui, não sei se posso dizer isso, porque tenho-me apercebido de muita coisa que depois não corresponde àquelas ideias preconcebidas que temos. Temos aqui situações de estratos médios, médios/altos se calhar... que não sei se é uma questão da violência não se detetada.

Entrevistadora: Não estou a falar propriamente da ocorrência, estou a falar mesmo da visibilidade.

Doutora Isabel Pina: Mesmo da visibilidade, sim.

Entrevistadora: Porque, por exemplo, tendencialmente as Mulheres são o sexo mais identificado como sendo o que sofre, efetivamente, maior...

Doutora Isabel Pina: Onde há mais situações.

Entrevistadora: Leva as pessoas... induz em erro que os Homens não são e não é o facto..

Doutora Isabel Pina: Têm mais vergonha de denunciarem as situações e também, às vezes, o tipo de violência que as Mulheres exercem, nos Homens é diferente, não é se calhar tanto físico. Acho que não tem a ver com ser detetável, eu acho que o que pode variar é mais... e mesmo o tipo de violência também não. Acho que tem mais a ver com a personalidade, sinceramente; com o perfil... não se pode falar no perfil... mas tem mais a ver com a personalidade das pessoas, da forma de se relacionar com os outros, de ser e de estar, do que propriamente com os estatuto económico. Mesmo o tipo de violência... cada vez mais, pensando nas Mulheres sendo vítimas, nos estratos sociais médios, também são mais esclarecidas, estão mais sensibilizadas e já vão denunciando

mais, também. Portanto, já não é uma coisa que se esconda tanto, já sabem que podem procurar ajuda, que aquilo é um crime; que se calhar, aí sim, nos estratos sociais mais baixos, por uma questão cultural e desconhecimento, se calhar, não têm tanta noção e normalizam mais a violência, talvez. Mais por aí do que propriamente por ser ou não detetável. Eu acho que tem mais a ver com isso, que se calhar, em estratos sociais mais baixos, pela ausência de literacia, se houver, porque podemos ter estratos sociais mais baixos e a literacia estar lá; se calhar, normalizaram uma situação que não era para ser normalizada e daí não a terem verbalizado logo. E se calhar, nos estratos sociais onde essa literacia existe, mais facilmente falam sobre as situações ou não, também, por vergonha. Mas acho que tem tudo a ver com uma questão de personalidade de cada uma das pessoas envolvidas. Mais do que os estratos sociais.

Entrevistadora: Claro. E cada caso é um caso. Pronto, a sexta pergunta era se acha que existe mais alguma questão que possa acrescentar a tudo isto.

Doutora Isabel Pina: Não, até porque... Por acaso, a única coisa que eu podia, eventualmente, acrescentar tem de facto a ver com a minha ideia/sensação que já há algum tempo reflito sobre isto, de achar que efetivamente isto é uma questão geracional que se passa de pais para filhos. Claro que tem de se ver caso a caso, porque há situações em que há fatores protetores que impedem que isso aconteça e não haja reprodução dos comportamentos, antes pelo contrário. Mas acho que se devia trabalhar na família, naquele modelo familiar e a intervenção deveria ser aí, porque a sensação que eu tenho, quando vou às escolas, é que não é uma ação de sensibilização ou a educação nas escolas, a não ser que os professores passassem a colocar os currículos com uma componente mais social e emocional, em vez de ser só académica. E aí

Entrevistadora: Pois se verificarmos, neste momento, a escola está... a relação com os grupos de pares, a relação com a escola, a relação com o elemento tutor, neste caso, o professor; também já não é o que era antigamente.

Doutora Isabel Pina: Os professores serem elementos de referência, pessoas de confiança...

Entrevistadora: Que neste momento não são e não o são, lá está, porque estamos numa altura em que a sociedade também não encara a questão da autoridade e de quem detém o poder. Os alunos neste momento não sabem qual é que é o limite e, lá está, isto vem de casa, da base.

Doutora Isabel Pina: Sim. E eu acho que depois é difícil para os professores, sozinhos, sem se trabalhar o outro lado, fazer aqui algo. Acho que devia ser uma intervenção sistémica. Tudo devia ter início na família, faz todo o sentido. Mais um motivo para o criminal comunicar com o familiar, e o familiar, se calhar aqui, com custo para a criança que fica privada do agressor, mas que a longo prazo, não teria efeitos disruptivos.

(...)

Doutora Isabel Pina: A propósito de ter falado na APAV... em termos da organização do serviço, nós temos um modelo, daquilo que as minhas colegas dizem, que não o conheço, mais parecido com a AMCV, não sei se já foi à AMCV.

Entrevistadora: AMCV? Sim, enviei o pedido...

Doutora Isabel Pina: Ainda não obtive resposta? Se calhar, às vezes, é melhor insistir. Falar, telefonar, mesmo.

Entrevistadora: Foi o que eu tenho feito.

Doutora Isabel Pina: Nós, daquilo também que nos vão dizendo, temos um modelo de intervenção um bocadinho próprio aqui deste serviço. Nós entendemos que, e não vemos isso a acontecer em muitos gabinetes e depois pode-nos dizer se de facto é assim ou não... a ideia que nós temos relativamente aos gabinetes que existem, em relação à APAV, mais propriamente dito até que os outros gabinetes; é que há muito serviço de: a pessoa vai lá e é encaminhada, mediante aquilo que apresenta, é encaminhada para este ou para aquele serviço; é lhe dito, em termos legais, que direitos é que tem e o que é que ela deve fazer. E nós aqui não, acompanhamos a pessoa, até porque a lei prevê isso, desde o momento em que a recebemos, desde o primeiro atendimento que é feito até, muitas vezes, depois do processo já ter terminado e vamos com ela a todos os

lados, desde que a pessoa assim o entenda. Se calhar, há entidades que acham que estamos a substituímo-nos à pessoa, mas não é esse o objetivo. Simplesmente entendemos, pelo menos isto é a ideia que tenho... eu lembro-me de quando fui a tribunal, a primeira vez, daquilo ter um ar muito austero e eu acho que ninguém gosta de ir a tribunal, por aquilo que simboliza, porque nós temos sempre tendência a associar como algo, se vamos é porque não é bom. Alguma coisa aconteceu na nossa vida que nos fez ir ali a um sítio onde não é suposto ir. E depois, o próprio tribunal em si, é austero e eu penso que uma vítima que já por si só está fragilizada e que está fragilizada, se calhar, pelas suas características de mais timidez, mais dependente; entrar num lugar assim, acho que é assustador, principalmente numa posição frágil, em que já está. E o facto de ir com alguém que consegue entender e saber onde se pode dirigir, com quem deve falar, o que é que vai acontecer, como é que vai acontecer, ser uma pessoa que transmite segurança, acaba por ser facilitador de todo o processo. É nesse sentido, desde que elas o queiram... nós não impomos a nossa presença, mas desde que elas o queiram, acompanhamos a vítima onde ela quiser: à investigação criminal, ao tribunal, à CPCJ, para falar, porque é sempre sinalizada à CPCJ. Portanto, vamos com elas, falamos com as colegas, articulamos com as entidades patronais. Mas a ideia que eu tenho é que a prática não é esta, até porque depois há um bocadinho a ideia de que estamos a fazer tudo pela pessoa, mas não. A pessoa faz, mas nós vamos acompanhá-la para ela se sentir mais segura.

Entrevistadora: Porque se a pessoa nos procura, não é?

Doutora Isabel Pina: Eu penso que, neste sentido, acabamos por ser um bocadinho... temos um trabalho mais específico e que a mim me tem feito todo o sentido e acho que acabamos por estar organizadas de forma diferente.

Entrevistadora: E um acompanhamento de mais proximidade, não tão teórico e burocrático.

Doutora Isabel Pina: Sim, nós vamos com as pessoas e, muitas das vezes por exemplo, até quando é para ouvir a sentença, dizemos “não vale a pena estar, nós vamos lá” e depois dizemos-lhe o que é que aconteceu.

Entrevistadora: Para evitar que a pessoa sofra e que seja vítima.

Doutora Isabel Pina: E o que nós fazemos, pronto, é nesse sentido. Queria acrescentar porque acho que é importante por causa da primeira pergunta que fez no que diz respeito à organização do serviço, porque eu não tenho a ideia de que as outras entidades o façam. Depois também a câmara deu-nos um carro, temos um carro à disposição para ir com as vítimas onde for necessário. Vamos articulando a disponibilidade do mesmo entre nós e isso acaba por ser facilitador. Porque, se calhar, as outras entidades também não têm essa possibilidade, de deslocarem com esta facilidade e acabam por fazer um trabalho mais de gabinete, estando mais condicionadas nesse sentido.

Anexo VI

Entrevista Doutora Teresa Cândido

Sexo	Feminino
Formação Académia	Serviço Social
Informações Adicionais	-

Entrevista Doutora Isabel Pereira

Sexo	Feminino
Formação Académia	Serviço Social
Informações Adicionais	-

Data	03/12/2019	
Duração	Início – 15:10	Fim – 15:53
Local	Espaço Vida Loures	
Acordada anteriormente	Sim	
Autorizado o registo áudio?	Sim	

Entrevistadora: Portanto, a minha a minha primeira questão foca-se fundamentalmente qual é que é o âmbito da instituição, como é que é efetuado o trabalho, como é que é constituída a equipa e, numa fase posterior, perceber também saber quais são as principais dificuldades que as senhoras apontam ao tratar deste fenómeno que é violência doméstica.

Doutora Teresa Cândido: Nós somos um gabinete da autarquia de Loures, um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica embora tenhamos ambição de passarmos a ser um gabinete de apoio à vítima, mas para isso vamos precisar de formação nas outras áreas específicas, por isso ainda estamos na fase de exploração de como é que vamos fazer, como é que as coisas se vão constituir... existimos desde 2010, trabalhamos em rede com as outras entidades do Concelho desde 2011, nomeadamente Ministério Público, os OPCs, a CPCJ, a Segurança Social, Departamento de Educação aqui da Câmara também...

Doutora Isabel Pereira: ... Ordem dos Advogados... temos alguns protocolos que vamos iniciar agora também... temos a DGRSP... serão essas entidades... hospitais, centros de Saúde...

Doutora Teresa Cândido: Como é que nós atuamos... nós temos uma forma, nesta total procura, não só por querer alargar o nosso âmbito de intervenção, procuramos sempre melhorar a nossa intervenção e por vezes fazemos, perguntamos a outros gabinetes a nível nacional como é que intervêm, como é que funciona, para saber se podemos melhorar, ou se há formas de melhorar ou alguma ideia que nos possa ajudar, porque não queremos correr o risco de cair na rotina, e há outras formas de intervir...

Doutora Isabel Pereira: Desculpa, só dar aqui um parenteses... porque nós temos um acompanhamento, não sei se poderemos falar aqui já, talvez... um acompanhamento muito de proximidade...

Doutora Teresa Cândido: ... era isso que queria dizer, que nos trabalhamos de forma muito diferente dos outros gabinetes. Temos procurado, mas chegamos à conclusão que nós trabalhamos um bocadinho diferente da maioria dos outros

gabinetes que trabalham nestas áreas, de atendimento a vítimas de violência doméstica, porque temos acompanhamento de proximidade, nós não somos um gabinete, não somos técnicas de secretária, nós vamos com as pessoas para onde elas quiserem, necessitarem, no âmbito do processo de violência doméstica como é óbvio, para se poderem sentir mais confortáveis ou para tentarem perceber como é que as coisas funcionam, por isto é tudo muito bonito, todos nós sabemos que a nossa justiça e atrás, dentro da justiça, não é fácil, não é... porque isto envolve uma vítima de violência doméstica, já esta cheia de problemas, com a cabeça cheia de problemas e ainda lhe dizerem que isto é muito fácil, preenche um requerimento e dá entrada na Segurança Social, pede um advogado e depois vai ser chamada aqui, e depois vai para aqui, depois vai para ali... a pessoa sai daqui e não sabe nada...

Entrevistadora: Claro!

Doutora Teresa Cândido: Pronto, então nós acompanhamos, tentamos desmontar e perceber a situação numa fase inicial e depois vamos acompanhando... obviamente se essa pessoa nos autorizar... e vamos acompanhando cada passo que é dado, não é, sem ter necessidade do nosso acompanhamento quando for ouvida no âmbito... no início as vezes até para apresentação da queixa, vamos ouvi-la e vamos apresentar a queixa com ela... onde ela até se sentir mais confortável. Se a pessoa não gosta de ir para a esquadra por uma razão ou por outra contactamos a polícia e eles vêm ter connosco e eles fazem a apresentação da queixa e fazemos isso...

Doutora Isabel Pereira: Só um parenteses... até a queixa... muitas vezes elas vêm ter connosco e nós temos que capacitá-las que de facto são vítimas de violência doméstica, têm que apresentar queixa para podermos dar a proteção, algumas não têm essa consciência ainda, não é, e têm muito medo da apresentação da queixa...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: Porque acham que a apresentação da queixa vai expô-las ao perigo, temos que as capacitar... por também é a única forma, passar por esse risco.

Entrevistadora: Exato, explicar que é um processo burocrático, mas que há algo mais.

Doutora Isabel Pereira: Mas muitas vezes, o apresentar a queixa também requer um perigo maior... daí o acompanhamento.

Doutora Teresa Cândido: Cada passo é feito... monitorizando e percebendo as estratégias de segurança... acompanhamos no âmbito da investigação, quer vão à investigação criminal, neste caso aqui em Odivelas, ou quer vão diretamente ao Ministério Público, com as Sr.ªs Procuradoras... nós acompanhamos. E depois às vezes, quando há menores, também no âmbito do acompanhamento dos menores, também vamos e articulamos com a CPCJ... na família não podemos entrar, no tribunal de família não entramos nas audiências mas vamos lá e acompanhamos e muitas vezes lá com os funcionários também ajudamos, arranjam formas que eles nem sequer se cruzem, o pai e a mãe são ouvidos sem sequer se cruzem dentro do tribunal, porque é tudo muito pequenino e a sala de espera é a mesma... e nestas situações muito complexas tentamos fazer esse trabalho... e pronto, é este o nosso acompanhamento de proximidade, de ir aos centros de saúde, ir aos tribunais, às polícias, CPCJs, Seguranças Sociais, entidade empregadoras também... explicar que existe o estatuto de vítima que está legislado...

Doutora Isabel Pereira: O problema que se coloca neste acompanhamento de proximidade, que requer maior importância, também pelo facto da fragilidade que elas têm, não é, elas estão muito frágeis e vulneráveis, nós não estamos a fazer o trabalho por elas, nós estamos a encaminhar...

Doutora Teresa Cândido: Vamos ensinado, damos os passos com elas...

Entrevistadora: Também para evitar mesmo a vitimação secundária...

Doutora Isabel Pereira: Pois, lá está, porque muitas vezes elas nas entidades que precisam de expor estas situações, são vitimizadas.

Doutora Teresa Cândido: E é no início... porque depois, ao longo do acompanhamento, vamos percebendo... elas dizem: "olhe, já fui", ou vão sozinhas, não é... exatamente, e às vezes nós dizemos: "olhe, desculpe, nesse dia já temos mesmo a agenda preenchida..." e elas dizem: "olhe, deixe estar que eu consigo, eu vou sozinha...". E vão ganhando, por elas, autonomia.

Doutora Isabel Pereira: Nós temos muitos testemunhos a dizer, ainda ontem estava uma senhora a dizer que se não fosse o acompanhamento que nós demos, que não chegava onde chegou...

Doutora Teresa Cândido: Todo este processo da justiça não é fácil. É fácil para quem está cá dentro e percebe, e mesmo assim às vezes...

Doutora Isabel Pereira: E não fazemos juízos de valor, não é... muitas vezes, em termos da polícia, não entendem muito bem por é que a vítima volta para o agressor... fazer queixa, depois não fala...

Doutora Teresa Cândido: Ainda à pouco tempo recebemos uma moça que teve cá no ano passado, teve quase um ano sem vir... nem tínhamos noção que era à tanto tempo... e ela: "ah eu estive a falar com o Sr. Investigador, ele disse para ligar, eu estava com vergonha...". "Então, mas pode vir!". "Então está bem..".

Doutora Isabel Pereira: Faz parte!

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: E começámos! Tinha voltado para o agressor, nós tínhamos percebido isso... ligávamos, ela deixou de nos atender... percebemos "pronto, ok, voltou, hás-de cá voltar outra vez, não podemos fazer nada, não podemos obrigar"

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: E de facto, infelizmente, as coisas continuaram e voltou e continuamos com o acompanhamento, sabemos que estas coisas, estes processos, são muito complicados.

Doutora Isabel Pereira: É muito complicado, não é, porque a pessoa nem sempre consegue desligar-se à primeira...

Doutora Teresa Cândido: Como é que a nossa equipa é constituída... A Isabel é Educadora Social, eu sou Assistente Social, temos duas psicólogas, temos a coordenadora e temos uma administrativa. Como é que nós trabalhamos... procuramos sempre trabalhar em equipas de duas, principalmente no primeiro atendimento porque não achamos que não é adequado para com a pessoa estar a ouvi-la e "olhe agora espere aí que eu tenho que escrever e não estamos a olhar olhos nos olhos e achamos que não é adequado e a pessoa perde um bocadinho a fluidez do discurso...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: Pronto, e por isso estamos sempre duas a duas, às vezes numa fase inicial acabamos por ficar só uma e outra segue... quando acompanhamos também com as colegas psicólogas porque não temos equipas estanques, vamos rodando, quando acompanhamos com as colegas de psicologia, se eu e a Isabel estivermos, fica uma psicóloga, ou se eu acompanho com uma psicóloga a colega de psicologia sai do acompanhamento psicossocial e fico eu e a Isabel, ou fica só uma... e a psicologia segue. Não é muito estanque, tem a ver com a flexibilidade.

Entrevistadora: Claro... agora as principais dificuldades que apontam para o trabalho que é feito diariamente

Doutora Isabel Pereira: Dificuldades a nível de parcerias, ou...?

Entrevistadora: Não. Por exemplo, poderemos apanhar a questão que estavam a indicar relativamente à justiça... as principais dificuldades. Têm um percurso, não é, um objetivo final e até lá têm que desenvolver todo um percurso. Quais são as principais dificuldades a nível mesmo de parcerias e instituições que notam

que é mais complicado, não de todo impossível, mas de chegar ao objetivo final. Que é precisamente prestar auxílio e ajuda a estas vítimas.

Doutora Teresa Cândido: Nós trabalhamos em rede, mas obviamente que facilita imenso.

Doutora Isabel Pereira: É verdade, até mesmo o contacto direto com as procuradoras. Nem os advogados elas têm. E nós temos situações que nós achamos, na avaliação, que há perigo e que as coisas podem estar a demorar um bocadinho mais, nós conseguimos fazer chegar a informação um bocadinho mais cedo.

Doutora Teresa Cândido: Isto é a importância da rede, até com a polícia também.

Doutora Isabel Pereira: A maior dificuldade que nós temos é, de facto, a aplicação da lei. Que é isto que a lei falamos que é um processo rápido, mas que depois há ali uma série de constrangimentos. Por exemplo, uma das coisas que eu acho que não podia acontecer é o consentimento da vítima. Estamos a falar de um processo de um crime público, a vítima pode não falar mas se as testemunhas falam...

Doutora Teresa Cândido: Se há factos...

Entrevistadora: Pode não falar por alguma condicionante...

Doutora Isabel Pereira: Ou não conseguem com medo... ou não querem mesmo falar, porque não dizem...

Doutora Teresa Cândido: Nós temos mais esta situação quando temos idosos...

Entrevistadora: Mas faz todo o sentido, não é algo que está provado.

Doutora Teresa Cândido: Faz todo o sentido. Com filhos, para nós ou pelo menos para mim, é muito frustrante trabalhar... é uma mãe, não é, é um pai. Porque e depois temos sempre a sensação "que horror, vou por o meu filho na prisão..."

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: Por mais que a gente tente capacitar, que as atitudes dele é que o levam à prisão se é que levam... muitas vezes não levam, mas não é fácil para a pessoa. Muitas vezes a pessoa idosa acaba por não falar..., mas temos testemunhas que falam. Mas de qualquer das formas o processo é arquivado e aquela pessoa continua em perigo. Isto deixa-nos aqui um bocadinho frustrados nestas situações.

Doutora Isabel Pereira: Raramente são ouvidos em memórias futuras, é uma das coisas que não devia acontecer.

Doutora Teresa Cândido: Depois outra questão que dificulta aqui a relação. Existe uma articulação, existe uma parceria, funcionamos 5 estrelas, *XPTO*, mas estamos aqui a falar de, nomeadamente, os OPCs que são fundamentais em todo este processo rodam muito nas esquadras... não só os agentes como as chefias mesmo diretas, os subcomissários, e depois nós fazemos o trabalho e conseguimos construir uma boa articulação com aquela equipa... quando damos por nós aquela equipa já lá não está, já são outras caras. Então temos que construir tudo de novo... mesmo que nos passem a informação, não passa tudo, não nos conhecem...

Doutora Isabel Pereira: Nem sabem que existem...

Doutora Teresa Cândido: Parece que estamos sempre a construir uma relação com eles, estamos sempre a apresentarmo-nos nas esquadras, estamos sempre a falar...

Entrevistadora: Pois, assim é difícil.

Doutora Teresa Cândido: A equipa mais estável é a da Investigação Criminal, com quem temos uma relação excecional e funcionam espetacularmente bem, nós com eles...

Doutora Isabel Pereira: Sim, a nível da rede nós não temos tido grandes problemas...

Doutora Teresa Cândido: Uma questão que nos temos aqui, que não sei se difere dos outros gabinetes ou não, mas temos aqui uma certa flexibilidade de horário... normalmente entramos às 9h00, mas não sabemos a que horas saímos. Já saímos máximo às 2h00... 1h00/2h00 da manhã... já almoçamos às 6 da tarde... não temos horários, acabamos por não ter horários, pronto. E às vezes muitas vezes para isso. A investigação criminal precisa de acompanhar, ouvir a senhora e ficamos lá até às tantas da noite a ouvir a senhora... porque a senhora entrou no hospital e nós ficamos lá com ela no hospital até às tantas da noite. O que for preciso. Temos esta flexibilidade. Com algumas entidades, nem sempre é fácil perceberem..., mas às vezes passa por isso, às vezes com a polícia ou com outras entidades passa pela rotatividade dos técnicos que estão lá e a informação perde-se.

Entrevistadora: Pois... infelizmente. Agora mais voltada para a minha segunda questão... tinha, não obviamente numa fase pré ocorrência porque não há forma... quer dizer, ainda que existam as campanhas de sensibilização e tudo mais, não há forma prática de existir algum tipo de ação preventiva no caso da violência doméstica... mas se existe algum tipo de ação numa fase pós, que consigam desenvolver no trabalho com as vítimas...

Doutora Teresa Cândido: Pós, apresentação de queixa?

Entrevistadora: Pós ocorrência... porque muitas delas... vocês fazem um trabalho no sentido de chegar à queixa como efetivamente uma parte essencial, mas nem toda a gente chega à queixa...

Doutora Isabel Pereira: Exato... às vezes nem chegam e nós continuamos a acompanhar. A prevenção faz-se em algumas sessões de sensibilização até nas escolas, que as colegas psicólogas têm feito em articulação com as outras entidades, a rede, e trabalhar a prevenção... é evidente que isto aqui também passa um bocadinho por trabalhar depois também o agressor, que eu acho que também é importante.

Doutora Teresa Cândido: ... e que nós não fazemos...

Doutora Isabel Pereira: Nós não fazemos e não há muita gente a fazer, a DGRSP faz, mas é relativo porque tem que ser um trabalho... claro que há agressores que não vale a pena, que não se consegue trabalhar... mas há determinadas situações que se calhar até se conseguia trabalhar um pouco porque isto também vai... porque eles são condenados, a condenação é pena suspensa na maior parte das vezes, com o acompanhamento de um processo, trabalhar a violência doméstica aqui a DGRSP...

Doutora Teresa Cândido: Tudo passa muito, nem é aquela ideia do senso comum, vá, que é maluco. Não... grande maioria não tem problemas psicológicos, pronto. Ou é a educação, ou falta de formação, ou a questão ali de viver, uma questão de poder que ali de desenvolve, mas também temos algumas situações, que depois conhecendo melhor... o acompanhamento que nós temos, que se percebe que vem da educação, vem da formação, vem de base dos pais...

Doutora Isabel Pereira: Muitos deles não tinham outros modelos, eram os modelos que eles também vivenciaram, não é...

Doutora Teresa Cândido: Depois percebe-se que é uma questão de educação, de formação. Não queria dizer cultural porque, caramba, estamos em Portugal no século XXI e custa-me um bocadinho falar em cultura nestas situações... acho que é mesmo falta de formação de base, de algumas situações. E porque ainda existe muito pai e mãe a vivenciarem e viverem assim desta maneira e são poucas as situações que "os meus pais viveram assim e eu não quero, quero o oposto". Há sempre uma transferência de certa forma. Pelo menos é a perceção que nós temos. Não estou a dizer que isto é alguma coisa científica, mas é a perceção que nós temos. Existe alguma transferência de comportamentos, ou porque percebemos uma mãe super protetora, e depois percebemos que aquela mãe é assim que vê o homem, ou é assim que vê a mulher... "temos que nos aguentar à bronca, o meu filho faz isto, eu também vivi...". Temos algumas que disseram isto às noras... "oh querida, também vivi, tem que ser assim, aguenta-te", não é? Pronto. E acho que é uma questão de formação de base que nos falta, que

não sei se se pode começar a trabalhar nas escolas... e quando digo escolas é também jardim de infância, creche... não é?...

Entrevistadora: Pois, mais na família de origem do que propriamente...

Doutora Teresa Cândido: Eu penso que sim... é a mesma história, mal comparado obviamente, mas a história da reciclagem... a escola pode ensinar muito mas se em casa não houver... se em casa não houver essa educação, essa formação, a escola bem pode fazer o seu trabalho. Estou-me a lembrar uma vez de uma situação de uma colega que foi fazer uma formação num jardim de infância em que a educadora relatou uma situação que um miúdo deixou cair o iogurte e a educadora disse: "agora tens que apanhar...". "Eu não! Apanha tu que tu é que és mulher...". Estamos a falar de 4 anos. Este tipo de respostas em 4 anos, meus amigos, de onde é que esta ideia vem? E isto custa-nos um bocadinho, por isso é que a sensação que eu tenho é que aquilo não tem nada a ver com psiquiatria. Isto tem mesmo a ver com... não sei, é a minha sensação, não sei...

Doutora Isabel Pereira: Não, não. Eu também tenho. Por isso mesmo é que eu estava a dizer, o trabalho também a ser feito é nesse sentido. É um trabalho que é difícil, nós sabemos que sim, mas tudo isto tem que ser um trabalho muito em conjunto. E ainda temos muito trabalho a fazer.

Entrevistadora: Vai ter exatamente de encontro à minha pergunta nº3. Que é precisamente em relação à transmissão intergeracional da violência. Uma família de origem, não é, em que sejam incutidos valores, em que sejam os principais responsáveis pela questão identitária daquela criança e daquele jovem, determinarem aquele tipo de comportamento, não é?

Doutora Teresa Cândido: Eu acho... eu tenho ideia de que os estudos dizem o contrário, mas sinceramente é essa a sensação que eu tenho. Não sei se é verdade, não tenho nenhum estudo. Mas tenho a ideia de que os estudos dizem o contrário, mas sinceramente eu tenho a sensação de que vem de base... da família.

Doutora Isabel Pereira: É os modelos... eles vão seguindo os modelos, não é? Daí a preocupação que temos em quando as crianças estão na violência e que assistem, vivenciam esta violência, poderem se salvar...

Doutora Teresa Cândido: ... nós vemos as crianças pequeninas repetirem o comportamento para com a mãe daquilo que é feito em casa. O pai faz, ele faz mãe. Ou a menina. Às vezes até é menina... temos situações em que percebemos que a filha, não é um filho é filha, que se está a tornar agressora. Isto é uma questão de personalidade. Os psicólogos hão-de saber explicar melhor do que eu... mas percebemos que às vezes os miúdos repetem o comportamento do pai... são frases que não podem vir da cabeça de uma criança. Foi ouvida em algum lado.

Doutora Isabel Pereira: Claro... eles vão transferindo tudo aquilo que vêm, os comportamentos, e depois quando não conhecem outros modelos...

Doutora Teresa Cândido: A gente estamos aqui dizer pai como também da mãe! Acompanhamos homens vítimas, não é só mulheres.

Entrevistadora: Claro! A figura da autoridade. Deve ser sempre o pai ou a mãe.

Doutora Isabel Pereira: Pois... e daí também a dificuldade depois que se tem dos valores que se vão perdendo. As famílias hoje em dia já não têm... por diversas situações... passar os valores, muitos não têm até os afetos que são importantes para as crianças, os limites, e isto dá como depois chega à delinquência, não é... tudo isto...

Doutora Teresa Cândido: Até podemos dizer que as crianças enquanto estão a viver num ambiente de violência doméstica reproduzem os comportamentos, não é, dizendo mais uma vez do pai, pronto. Mas quando se consegue afastar da violência, aquela mãe e aqueles filhos consigam sair da violência... e depois o que percebemos é que aquela mãe também precisa de aprender ou ter algumas competências para parentais, primeiro porque se sente culpada... "e não vou traumatizar mais o meu filho aqui e dizer-lhe que não...", ou levar a voz, ou chamá-lo à atenção... e sentimos que elas também, porque tiveram demasiado

ocupadas com outras preocupações... a sobreviver e a tratar da sobrevivência dos filhos... achamos que também às vezes lhes falta e depois precisam de ser orientadas no âmbito das competências parentais. Porque depois, muitas vezes, com tempo e com calma a gente percebe que as coisas vão devagarinho indo ao lugar e normalizando, e a criança também estabiliza. Percebemos que as crianças também acabam... se a mãe for orientada, não é, as pessoas às vezes não fazem não é que queiram...

Doutora Isabel Pereira: ... não sabem! ...

Doutora Teresa Cândido: Não podia ser diferente! Foi assim que ensinaram, que cresceram. E se forem orientadas, depois a coisa vai um bocadinho ao lugar com calma... aquele filho também não quer dizer que seja... se houver um corte na educação daquela criança em relação ao que vivia e à forma de viver e de estar, não acho que é uma coisa irreversível.

Doutora Isabel Pereira: Não, de todo.

Entrevistadora: Isso é uma coisa que se trabalha...

Doutora Isabel Pereira: Sim, tem é que ser trabalhado, não é, tudo isto tem que ter o seu tempo e o seu espaço.

Entrevistadora: E gostaria de saber, por fim, se consideram que as crianças, assistirem a este tipo de episódios de alguma forma os torna mais agressivos ou mais submissos.

Doutora Teresa Cândido: As crianças?

Entrevistadora: Sim... tem um pouco a ver, lá está, com a questão de género, não é...

Doutora Isabel Pereira: E a personalidade...

Doutora Teresa Cândido: Nem sei se pode ter a ver com a questão de género... acho que é uma questão da personalidade de cada criança. Há uns que assumem o papel do agressor e há outros que assumem automaticamente o papel da submissão. Isto tem a ver com a personalidade da criança. Temos, não

é, filhos, os miúdos que reagem de sua maneira, não é, às vezes até temos as meninas que ficam assim mais extrovertidas e eles ficam mais anulados, anulam-se mais...

Doutora Isabel Pereira: Nota-se é, de facto, aqui a nível emocional, isso é notório, como as crianças ficam emocionalmente... muitas das vezes é comparado com a hiperatividade e não tem nada a ver com isso... nas escolas isso acontece muito. E, de facto, se formos depois por trás vai-se ver os episódios que existem e esta questão emocional que vai prejudicar muito também os comportamentos a nível da sociedade, da escola, com o outro... da socialização, não é... e isto é um dos fatores que deveriam-se estar atentos para fazer esse despiste também, a nível das crianças e não se faz... ou se faz pouco. Já se vai fazendo, mas ainda muito pouco.

Entrevistadora: E o diagnostico é sempre o mesmo... não é... a questão, o problema é da criança...

Doutora Isabel Pereira: É... a criança é que é desatenta, a criança não gosta de estar quieta, é mal-educada, e depois se formos a perceber, há aqui um contexto.

Doutora Teresa Cândido: Não há nenhuma atividade que não tenha um contexto por de trás... para reagir daquela maneira.

Doutora Isabel Pereira: As nossas escolas não estão preparadas para estas novas crianças, que vivenciam isto de uma forma muito puxada. E situações que pensamos que só existem nos filmes, mas são reais...

Entrevistadora: Pois, a partir do momento em que eles não conhecem a figura da autoridade em casa, o pai e a mãe, e que devem respeitar. Obviamente ser respeitado, mas respeitar também e ver aqueles valores incutidos depois também não conseguem reconhecer a mesma figura da autoridade na escola, não é...

Doutora Isabel Pereira: Não... para eles também não têm referência nenhuma...

Doutora Teresa Cândido: Aqui depois já vamos para outros assuntos, leva-se ao extremo... por que como antes a repreensão era mais e batia-se mais nas crianças, e a educação era com base na agressividade física, agora acho que chegamos ao extremo que não se pode dizer não à criancinha que a vai traumatizar, não é... e depois temos estes adultos frustrados que não sabem ouvir dizer não... depois têm problemas no trabalho com as chefias porque não reconhecem uma hierarquia, começa na escola porque não reconhecem a autoridade do professor, vão trabalhar não reconhecem a autoridade de uma chefia e depois vamos em casa e "quem és tu para me estar a dizer que não..."

Entrevistadora: Pois, tudo uma bola de neve...

Doutora Teresa Cândido: Sim, uma bola de neve. Porque pronto, tivemos uma criança que não podemos traumatizar para dizer não e depois não sabe lidar com a frustração... tenho um adulto que não sabe lidar com a frustração. É uma bolinha de neve.

Doutora Isabel Pereira: E a nível das responsabilidades parentais temos outro problema que continua a ser aqui a questão da...

Doutora Teresa Cândido: À pouco falou das nossas dificuldades e não falamos disto...

Doutora Isabel Pereira: O tribunal de família normalmente não articula com o do crime. E quando se apresenta alguma situação em relação à violência doméstica eles não têm muita sensibilidade. Consideram como uma separação de pais e mais nada...

Doutora Teresa Cândido: ... uma situação de pais, de divórcio...

Doutora Isabel Pereira: Para já, numa situação normal, cada criança é uma criança e cada caso é um caso... nós entendemos pronto, nós neste caso podemos falar que por exemplo a questão da partilha não é de todo mais adequado para todas as crianças nem para todas as situações...

Doutora Teresa Cândido: E há situações de violência doméstica que pode ser, outras nem pensar...

Doutora Isabel Pereira: E existem situações de violência doméstica que são gravíssimas... muitas vítimas chegam ao pé de nós e dizem-nos assim: "ah, mas ele é um bom pai...". E nós depois questionamos: "um bom pai? Então, mas um bom pai não bate à mãe em frente à criança, não cria mau estar... tem que criar um bom ambiente".

Entrevistadora: Pode não infligir dor diretamente à criança...

Doutora Isabel Pereira: Mas está indiretamente, não é, porque é vítima... é emocionalmente direta.

Doutora Teresa Cândido: Está a atingir psicologicamente.

Doutora Isabel Pereira: Porque se o pai e a mãe, gosta tanto de um e de outro, mas vê um a tratar o outro mal, é evidente que esta criança não se pode considerar que seja bem tratada por um progenitor ou outro...

Doutora Teresa Cândido: Quando a pessoa de quem a criança mais gosta está a ser agredida, deixa boas marcas.

Doutora Isabel Pereira: Depois temos situações gravíssimas em que eles também agredem as crianças... e depois chegamos ao tribunal de família e é tudo perfeito, porque o pai tem obrigação

Doutora Teresa Cândido: Ali sentimos, e infelizmente, no decorrer de todos episódios deste ano, não é, temos sentido que há um bocadinho mais de sensibilidade e de preocupação do crime, de formar a família, às vezes bate outras vezes a família de facto fica preocupada. Por isso é que nós gostamos de acompanhar... quando nós vamos à família, chegamos à família e falamos aos oficiais de justiça e dizemos assim "olhe, diga lá ao Sr. Dr. Juiz se é possível não ouvir na frente, porque é um processo de violência e é complicado, se a moça puder entrar nós vimos mais cedo com ela... ou seja, não temos autoridade para mandar nem temos qualquer tipo de influência, mas é para perceberem que apesar de já lá estar uma situação de violência doméstica é uma situação grave... é uma situação complicada, e que a violência doméstica existe e às vezes até lá está nos autos... pá, têm tanto trabalho que até lhes pode passar ao lado! Pronto!

Não é por mal mas é possível que lhes passe ao lado... e é uma forma, por isso é que nós gostamos de estar presentes, para perceberem que a situação pode ser complicada mas muitas vezes existe esta dificuldade na família de perceber a gravidade, porque depois existe esta leitura, não é, este preconceito "então mas nunca bateu no menino? Ah se nunca bateu no menino não é mau, não faz mal...", não é, mas não tem nada a ver. E depois temos aquelas situações que inclusivamente há agressões e tudo e bora lá, fim de semana para o pai... o pai tem direitos... porque esta história do superior interesse da criança pá, não é nada... porque quando chegamos ao tribunal e estamos preocupados com o superior interesse dos pais! O pai tem direito a estar com a criança, a mãe tem o direito a estar com a criança, a mãe tem direito às férias, o pai tem direito ao Natal, a mãe tem direito a não sei quê... e a criança? E o direito da criança? Ninguém se preocupa com isso... então, mas há indícios que ele e ele faz isto, aquilo ou o outro? Ou que se calhar até quer a criança, porque as crianças presentes em situações de violência doméstica servem como arma de arremesso...

Doutora Isabel Pereira: Constantemente...

Doutora Teresa Cândido: Não me venham dizer que um pai adora aquela criança de paixão, quando viveu não sei quantos anos com aquela criança lá em casa e nunca lhe mudou uma fralda, nunca a levou à escola, nunca levou ao médico, perguntou se tinha ou não tinha comida... agora aquele pai de repente é um pai preocupado... a criança é uma arma de arremesso para atingir a mãe! "Não te atinjo diretamente, atinjo aquilo de mais gostas...", pronto. E é isso que funciona ali. Muitas vezes levam e depois sabe-se que passou o fim de semana inteiro com os avós. Não passou o fim de semana inteiro com o pai, por ele tem mais que fazer, não é...

Doutora Isabel Pereira: Depois eu também acho que era importante aqui, dada a estas situações, é todos serem especializados nesta área. Porque tanto os juízes como... a violência doméstica é muito tema muito complexo. E não é tudo violência doméstica como se diz... a violência doméstica é grave. E é grave

quando se avalia, porque os juízes depois lá está, a questão da lei não ser aplicada e ser tudo muito em contorno da lei... os factos não surgem, mas aquela vítima, e muitos deles são absolvidos, por exemplo no crime, mas que existe crime! Não temos qualquer tipo de dúvida. Claro que isto depois vai trazer outra dificuldade que é a pessoa fica mais forte e volta a vir... nós já tivemos várias situações de serem julgados três vezes ou mais porque vão reincidindo...

Doutora Teresa Cândido: Depois as coisas funcionam assim, existe uma dependência emocional..., mas isto a nível da lei...

Doutora Isabel Pereira: ... e a família também tem esta lacuna, portanto, eles avaliam ali no todo, e não conseguem ver criança a criança e situação a situação... portanto, cada situação e cada criança...

Entrevistadora: Claro, generalizam bastante...

Doutora Isabel Pereira: Não pode ser! Mas não podem mesmo em nível geral as relações e as dinâmicas familiares são outras. Não são sempre as mesmas, as crianças não são as mesmas. Aquela criança pode não ter necessidade de estar com um pai... aquilo pode não ser um pai, pode ser só um progenitor. Muitas vezes elas têm a vigilância eletrónica, não se podem aproximar, e o juiz obriga a mãe a levar a criança para o pai... isto é o quê? Estamos a trabalhar para um lado para depois por outro existirem estes disparates assim?

Doutora Teresa Cândido: Existe uma maior preocupação, mas ainda não...

Doutora Isabel Pereira: Há de facto, mas o nosso ministério público, nós aqui não temos razão de queixa.

Doutora Teresa Cândido: Mas o que me custa é que neste último ano, claramente está melhor, infelizmente porque tem havido os crimes que houve... porque "ah que agora vai matar o filho...", "não mata nada... isso é o que ele diz". Mas ouve. E isso é que fez o ministério público, é que fez os tribunais pensar "ah afinal isto é capaz de acontecer...". Porque esta história de Portugal e de sermos uma sociedade calma e com grandes costumes... pá de vez em quando encontram-se aqui uns maluquitos, não é, e se calhar é isto... eu acho que está

melhor pelas piores razões... acho que estão um bocadinho mais sensíveis. Mas ainda há muito trabalho a fazer...

Entrevistadora: Claro...

Doutora Teresa Cândido: Da mesma forma que aqui nós também sentimos e conseguimos fazer essa avaliação, há pessoas que dizem “isto a violência doméstica agora dá para tudo, isto é uma maravilha...”, mas da nossa experiência é uma ínfima parte que utiliza a violência doméstica para atingir alguns objetivos. As pessoas que apresentam queixa e que vão mesmo à esquadra estão mesmo em desespero de causa e não vêem mais alternativa... porque aquelas que fazem isto “ah é, agora vou apresentar queixa”, não há consistência... consistência do texto, não há consistência das atitudes. Uma coisa é voltar para o agressor porque percebemos que ainda existe dependência emocional e uma enorme culpabilização... outra coisa é aquela utilização. Mas é tao raro, não é, da mesma forma em que há situações com graves conflitos familiares, mas ainda pode não ser considerado bem crime. Mas há um conflito familiar... às vezes é só uma família destruturada. Mas são tao raras estas situações que chegam até nós que eu sinceramente acho que a sociedade hoje em dia, esta coisa que é de uma moda, não considero que seja uma moda. Acho que de facto existe.

Entrevistadora: Também é o que passa pela comunicação social e da forma como a mensagem é passada.

Doutora Teresa Cândido: As notícias na comunicação social são modas, isso é verdade.

Entrevistadora: Não se fala sobre e de repente começa-se a falar...

Doutora Teresa Cândido: Mas é comunicação social que faz a moda... não é a utilização ou as pessoas que manipulam o sistema que estavam antes da comunicação. É uma ínfima parte que manipula ou tenta manipular o sistema para...

Entrevistadora: Pois, porque este é um problema que sempre existiu... e a ideia de que as pessoas ficam obviamente da comunicação social é que isto nunca existia e que agora de repente existe do nada.

Doutora Isabel Pereira: Os episódios que chegam a nós, que nos relatam, são coisas... pronto, como eu dizia há pouco graves.

Doutora Teresa Cândido: A comunicação social tem sempre o lado bom e o lado mau. O que é que chega à comunicação social? Sangue. Se não houver drama e horror... pois e depois grande parte que chega à comunicação social nem sequer tinha queixa apresentada.

Doutora Isabel Pereira: Houve falhas, mas continuar é que vai haver. Depois os casos de sucesso existem, existem pessoas detidas por violência doméstica e muitas vítimas que foram para casa abrigo e que refizeram as vidas delas, que saíram da violência... isto são casos de sucesso.

Doutora Teresa Cândido: Mas estes não chegam à comunicação social... porque não vende, não tem audiência.

Doutora Isabel Pereira: Não é só mortes, não é. Nós temos desde 2010 uma série de pessoa que felizmente se organizaram, através dos apoios que tiveram, conseguiram fazer a vida delas e ter uma vida normalíssima. E muitas delas, às vezes esta questão da comunicação social, muitas também chegam a perceber, quando estão a ver, "afinal eu sou vítima, não sabia que era vítima". Já têm chegado pessoas assim. Se calhar estamo-nos a deparar com os mais elaborados, já não deixam marcas. Como há muitas senhoras que acham "eu sou casada e, portanto, não fui violada". E temos que desmontar. Há o casamento e há a violação. Então, "sou casada é uma obrigação...". Tem que ser parte a parte, pelos dois...

Doutora Teresa Cândido: Todo este trabalhinho, tem que ser feito. Partir pedra... às vezes já estão 5/6 atendimentos "então, mas nunca nos disse...". Porque elas também não valorizavam. Já fazia parte, elas até não valorizavam...

Doutora Isabel Pereira: Também estarmos a pensar... um dos projetos que gostaríamos também, que estamos a elaborar, penso que já está, é o de interajuda, portanto, grupos de ajuda mútua. Porque às vezes o partilhar entre elas também é importante porque acham que é só com elas, só elas é que passaram... há algumas que não querem mas isto às vezes de partilhar, de verem que estão... e acabam por se ajudarem umas às outras, não é, porque a culpa é tao grande, elas têm uma culpa tão grande dentro delas, é-lhes passado sistematicamente que se ele bate, se ele lhe faz mal é porque ela é que é culpada... porque fez determinadas coisas para ele lhe fazer mal... e esta culpa é muito grande, mesmo pelos filhos, não é, achar que ainda assim está a sair, está a deixar o pai... tudo isto são pesos muito, muito grandes. E perceber que a culpa não é dela... é toda menos dela, não é... e isto é um trabalho que tem que se ir fazendo.

Entrevistadora: São pensamentos muito enraizados com os quais a pessoa lida diariamente, dia após dia, dia e noite...

Doutora Teresa Cândido: Nós temos situações em que são as próprias mães e os próprios pais delas que dizem "ó filha, casaste-te com ele" ... isto ainda se ouve. "filha, tu é que o escolheste, agora aguenta-te..."

Doutora Isabel Pereira: E ainda se vê muitas pessoas a acharem que não se devem meter... não ajudam. As pessoas às vezes não querem problemas para o lado delas. Pessoas que foram agredidas no meio da rua e não tiveram ninguém a ajudar... acham que não é crime público e que não têm que intervir, não têm que fazer nada. Ainda existe disto. Ainda temos um longo trabalho... e esta questão dos gabinetes, cada vez mais se fala do atendimento de proximidade, a nível nacional porque de facto precisamos cada vez mais que haja esta proximidade, não é, dos gabinetes a funcionarem para acompanharem as vítimas desta forma e não só... a informação e o aconselhamento, também vai, penso que poderá vir a ajudar que as pessoas se sintam mais protegidas disso... e a nível da legislação tem que ser muito revista. A lei existe e a lei está lá, as coisas estão lá, mas depois a nível da aplicação...

Entrevistadora: É muito complicado...

Doutora Isabel Pereira: Situações que nem nos passa pela cabeça poderem ser possível. Portanto, ainda temos um longo trabalho. Mas pronto. Também era importante as pessoas virem mais ao terreno. Conseguirem estar mais no terreno.

Entrevistadora: Passo a passo...

Doutora Isabel Pereira: Não é? Para perceberem exatamente como funciona. Porque muita gente vai apanhando é da comunicação social também.

Entrevistadora: Cada vez mais, difundindo-se a informação, as pessoas tomando consciência que existem várias estruturas, que não são só algumas, eu acho que passa muito por aí... pela divulgação do trabalho e tudo o que existe a nosso favor, à nossa disposição para podermos utilizar.

Doutora Isabel Pereira: Sim, a divulgação é muito importante para as pessoas perceberem...

Doutora Teresa Cândido: E neste crime, quanto mais for divulgado, mais protegida a pessoa está. A gente sabe que a pessoa não fala porque lhe vão retirar os filhos, dar a uma instituição, vai ser uma vergonha para ela, pronto. Mas depois quando a pessoa toma coragem e não vê alternativa e começa a falar, começa-se a sentir... começa na família, que a família não sabia mas que afinal está lá, afinal os amigos até já tinham percebido mas ela não deixava que os amigos chegassem até ela, quanto mais associados houverem, mais está protegida porque há mais olhos para descobrir, nalguns casos, há mais controlo. Mas há aqueles que nada os faça controlar, não é, não há pulseiras, não há nada.

Doutora Isabel Pereira: Todas as medidas são sempre uma incógnita. Nós não sabemos, tentamos os proteger e avaliamos o risco, mas o risco é sempre um pouco relativo, não é, é imprevisível.

Entrevistadora: Se conseguíssemos prever, se calhar era tudo muito mais fácil...

Doutora Isabel Pereira: Há situações que nós conseguimos, indicadores que nos dão que nós achamos... nós temos situações que estamos a fazer um atendimento e que de seguida tem que ser acolhida, se ela assim o entender, mas nós temos que fazer passar que o perigo está lá. E é bastante eminente, não é... pronto. Isso há situações que os indicadores permitem avaliar, felizmente...

Doutora Teresa Cândido: Pessoas que não querem apresentar queixa crime, por exemplo, nós apesar de sabermos que é um crime público, e sabendo que temos o direito, o dever de apresentar, nem sempre o fazemos de imediato por aquilo que estávamos a falar há pouco. Eu vou falar, vou expor e depois a senhora não fala, não está capacitada e vou expô-la ao perigo... é neste sentido, ou seja, é por estratégia de segurança que nem sempre avançamos sem a colaboração dela. Porque depois vamos expô-la ao perigo porque não está capacitada e vai dizer que não... e depois é assim, temos situações que têm tanto medo, que vão dizer a ele que foram à polícia, que é para mostrarem que são super honestas, não é, até para não serem acusadas de nada são honestas. Mas também digo, já temos tido situações tao graves, tao graves, que elas não querem, mas depois nós não temos alternativa e dizemos-lhes a elas que vai ter que ser, vamos ter que fazer porque de facto está em perigo. Mas por norma costumamos fazer com a pessoa, exatamente para não chegar lá, não fala...

Doutora Isabel Pereira: E para a pessoa não estar em perigo...

Doutora Teresa Cândido: E depois chega uma casa uma carta a dizer que o processo foi arquivado..., "mas tu apresentaste queixa de mim?" ... é complicado.

Doutora Isabel Pereira: Há toda uma série de fatores.

Doutora Teresa Cândido: E por isso é que nós também gostamos de atender duas a duas... existe outra perspetiva ou enquanto uma escreve a outra está a perceber...

Doutora Isabel Pereira: ... e duas cabeças pensam melhor. Nós às vezes no imediato temos que arranjar ali soluções, não é, pelo menos tentar e mostrar à vítima que tem saídas...

Entrevistadora: É um trabalho bastante mais completo...

Doutora Isabel Pereira: É um trabalho de equipa, sem dúvida... só assim é que faz sentido... não podemos trabalhar sem ser em equipa. Portanto, com esta articulação da rede e dos parceiros é importantíssima. E eu acho que num trabalho nesta problemática...

Doutora Teresa Cândido: E apesar de todos os problemas que tem havido, em termos de outras redes municipais que existem, temos a perceção que a nossa até trabalha bem.

Doutora Isabel Pereira: Articulamo-nos bem.

Entrevistadora: Perfeito!

Doutora Teresa Cândido: De um modo geral, as coisas vão funcionando...

Doutora Isabel Pereira: ... e isso é importante. Pelo menos para as nossas vítimas. Para elas poderem sair da violência. E as crianças também nos preocupam muito.

Anexo VII

Entrevista Doutora Inês Carrolo

Sexo	Feminino
Formação Académia	Psicologia
Informações Adicionais	-

Data	11/03/2019	
Duração	Início – 17:05	Fim – 17:35
Local	Espaço Júlia	
Acordada anteriormente	Sim	
Autorizado o registo áudio?	Sim	

Doutora Inês Carrolo: Pronto, descreva em algumas palavras o âmbito da instituição. Portanto, nós temos aqui uma particularidade. Neste momento, somos uma resposta única no país, felizmente, vai mudar porque a PSP, eu acho que esta parceria correu tão bem que, felizmente, a PSP e outras entidades decidira... vai abrir um espaço parecido com este. A nossa equipa... como é que é constituída a equipa: nós somos dois técnicos de apoio à vítima com 10 elementos da polícia. Nós, técnicos de apoio à vítima, estamos de prevenção e trabalhamos 24 horas também, como o espaço funciona. Agora, quais são os principais obstáculos e dificuldades? Eu acho que nós temos aqui algumas particularidades relativamente ao próprio país. Muitas vezes, a severidade punitiva que não existe, portanto, nós falamos muito... até a própria comunicação social, isto é conversa para horas. Porque, repare, até a própria comunicação

social fala muito de situações de violência e, obviamente, também tem o seu papel pedagógico, quase preventivo. Mas depois, ninguém fala quando há esses resultados que é importante nós também sabermos apesar de não serem muitos. Há uma edição da SIG muito importante e interessante que tem a ver exatamente com as condenações relativas a estas situações de violência doméstica. Outra dificuldade que nós também lidamos muito e que lutamos imenso contra isso; e já fomos à Santa Casa, que é uma entidade, como deve calcular, com quem nós aqui em Lisboa articulamos muito: é o desconhecimento da maior parte das entidades inclusivamente, muitas vezes, entidades do Estado que desconhecem o estatuto de Vítima. (e isso mexe-me com os nervos, eu sou demasiado emotiva, acho que lentamente e nós temos tentado fazer esse caminho de dar a conhecer esses estatutos. Eu já tive discussões com Técnicas da Santa Casa que me diz: "A pessoa não reúne critérios" e eu disse "olhe desculpe, nós não estamos a falar de critérios de misericórdia, estamos a falar do Estado português, que não há nada acima deste, que diz que aquela vítima tem direito à proteção, portanto nós temos de dar uma resposta"). Felizmente, tem corrido muito bem porque depois de muita luta também, obviamente, mas o caminho faz-se caminhando e eu não vou deitar a toalha ao chão. Relativamente à ação preventiva, ... pode interromper quando quiser e se eu não tiver respondido àquilo que pretende, interrompa-me.

Entrevistadora: Não, e faz todo o sentido até porque essa questão é uma questão muito importante, até porque eu fiz voluntariado na APAV, na Linha de Apoio à Vítima e também me debati várias vezes com GNR, portanto Guardas, os próprios não reconheciam o Estatuto de Vítima; múltiplas situações, especialmente com pessoas mais idosas, acho que era mais enquadrado na questão das pessoas idosas, que não reconheciam o Estatuto de Vítima.

Doutora Inês Carrolo: Eu acho que é, sinceramente, e se calhar sou que eu sou extremista, devia haver quase uma penalização. Eu já tive situações em que disse a Técnicas da Misericórdia em que disse: "Com quem é que estou a falar? Porque vou registar isto na denuncia para Ministério Público" e assinar o nome.

Entrevistadora: Claro, pode até não saber, mas tem de ser humilde o suficiente para entender que da próxima vez, obviamente tem de haver um estudo, tem de haver uma atuação adequada.

Doutora Inês Carrolo: Isso é um facto, tem de haver. Relativamente às ações preventivas, nós aqui não fazemos tão diretamente, mas a PSP e a Escola Segura têm muita participação nesta ação preventiva. Eu acho que nós, aqui propriamente, acabamos por prevenir...

Entrevistadora: A replicação, talvez.

Doutora Inês Carrolo: Exatamente. Mais nesse âmbito, portanto, alertamos para algum tipo de comportamentos, do próprio suspeito, etc. Eu acho que o nosso papel, em termos preventivos, é mais na replicação do que propriamente... De que forma este tipo de violência influencia... A prevenção deve funcionar em tenra idade... eu sei que já não se fala muito, mas eu falo de prevenção primária. Nós devemos trabalhar estes comportamentos em crianças... eu acho que nós estamos demasiados inatos, estamos a voltar ao inato, porque não temos resposta e então, a resposta é aquilo que temos cá dentro, a violência e a agressividade. Estamos super tecnológicos, porque contactamos com o mundo inteiro, mas em termos de relações humanas, estamos a regredir. No outro dia tive aqui uma miúda, até perdi um bocado a compostura; que era uma miúda de 16 anos, extremamente violentada que achava perfeitamente normal, o namorado ter acesso às *passwords* dos telemóveis, controlar com quem ela falava, o que ela vestia e eu disse "eu tenho 41 anos e luto, desde que trabalho, pela igualdade, porque temos os mesmos direitos, não temos de ser controladas".

Entrevistadora: Claro... e o que devia talvez vir de casa, não é? Um pai e uma mãe também não deveriam achar isso normal.

Doutora Inês Carrolo: Às vezes elas escondem um bocadinho, eu até percebo, mas isto são modelos aprendidos, são comportamentos aprendidos; nós só damos aquilo que temos... esta situação intergeracional da violência pode não

ser de uma forma direta, portanto, nem todas as pessoas que assistem a episódios de violência se tornam agressores, podem-se tornar vítimas, ou não.

Entrevistadora: Mas isso acaba por ser uma exceção: uma pessoa que não replica.

Doutora Inês Carrolo: Pois, mas felizmente há e nós temos casos de sucesso. Eu acredito muito na versão neobarreiviorista(?), o ambiente também nos molda muito e as pessoas com quem nos damos. Felizmente, há sempre uma avó, alguém que nos ama e que acaba por...

Entrevistadora: E consegue incutir esses valores.

Doutora Inês Carrolo: Exatamente, mas isto é uma situação que me preocupa imenso. Eu acho que sim e vou dizer uma coisa: acho que os fatores socioculturais e psicológicos são fundamentais, favorecem-se e porque, exatamente aquilo que nós estávamos a falar... ou seja, isto vem de casa, vem de relações de pais que não têm um relacionamento feliz, de situações de posse, não só de agressividade. Acredito, aliás, tenho quase a certeza, que estes fatores socioculturais e psicológicos têm grande impacto. (...) Considera que torna as crianças agressivas ou submissivas? Depende, acho que ambas. Depende porque reparamos no processo do *bullying*, que não é bem violência doméstica, eu acho que a reação à própria submissão do *bullying*, ao não ter resposta também tem muito a ver com aquilo que nós temos em casa e que poderá haver. Eu acho que nós no fundo, esta situação da violência doméstica, está muito presente em muita coisa, não é só o agredir, aquela situação de posse, aquele controlo, aquele papel e, claro, nós durante muitos anos fomos uma sociedade em que o Homem tinha o poder da casa. Também temos de respeitar muito essas dinâmicas de que há pessoas que só conhecem aquela realidade. Quem somos nós, técnicos ou Sistema, para dizer assim "não, desculpa lá, nós somos muito modernos, a Mulher é igual ao Homem". Não temos esse direito de interferir com a vida das pessoas, temos é de lhe dar ferramentas e estratégias para ela ver que há outro caminho. Uma coisa é deixarmos que o marido pague as contas, outra coisa é levarmos porrada e sermos ofendidas. Pronto, aqui acrescentar algo ao tema:

como pode ver, acho que é um tema apaixonante pela influência e impacto que tem. É importante, e nós estamos a tentar neste momento fazer... o que nós não podemos tirar daqui... acho que cada vez mais nós temos o problema da saúde mental e, como nós sabemos, não temos qualquer tipo de estrutura a nível nacional nem preocupação quase, na minha opinião, é uma área completamente desfavorecida/negligenciada que é a saúde mental. Nós como estamos aqui no terreno, trabalhamos muito em rede, porque eu acho que efetivamente, se nós temos de trabalhar na violência doméstica, temos de trabalhar em rede; temos uma articulação muito boa com a Sétima Secção do DIAP, é (...), trabalhamos também muito bem com o Instituto de Medicina Legal. Nós estando num hospital, porque este protocolo foi feito com o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, com a Junta de Freguesia de Santo António e com a PSP, obviamente. Nós articulámos com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e, neste momento, estamos a tentar ter uma Via Verde para encaminhar para lá, em vez de encaminhar para as urgências psiquiátricas de São José. Encaminhamento que passa pelo apoio psicológico, às vezes há muita dificuldade porque mesmo as próprias instituições... eu também fui voluntária na APAV por isso falo com relativo à vontade; o próprio sistema de muitos voluntários, não permite que a terapia seja assim tão...

Entrevistadora: Mais aprofundada, sim...

Doutora Inês Carrolo: Pronto, cada um faz o que pode e por isso queremos enviar para lá, porque muitas vezes não é só a questão da intervenção psicoterapêutica, tem muito a ver também com a própria intervenção psiquiátrica e, por isso, nós estamos a tentar arranjar, e vamos conseguir com certeza, arranjar esta Via Verde para o Hospital Psiquiátrico de Lisboa que, para nós é uma mais valia.

Entrevistadora: O que faz todo o sentido.

Doutora Inês Carrolo: Agora, relativamente aqui... isto no fundo é muita tolerância à frustração, acho que é o segredo do sucesso, porque temos de saber lidar com o facto de a pessoa nos dizer “eu quero voltar para casa”, “eu não

quero procedimento criminal” apesar de explicarmos que é crime público e tudo mais... Mas é uma área desafiante e ainda há tanto a fazer. Eu ainda tenho uma perspetiva alternativa; eu acho que trabalhamos muito a questão ao contrário: nós devíamos trabalhar com os suspeitos, com os agressores, porque para já nós temos aqui vítimas do mesmo agressor e depois, apesar de eu ser a favor de uma aumento da severidade punitiva, eu acho que nós também devemos trabalhar com esses suspeitos a nível de: quando estão a fazer horas de trabalho comunitário ou quando estão numa proibição de contacto ou até a nível de encaminhamento; porque esta Via Verde que eu pedi para o Hospital Psiquiátrico, também pedi para os suspeitos, porque, no fundo são alargados...

Entrevistadora: Porque também é o fundo do problema. Se nós formos a ver bem, a pessoa que é vitimizada é... não é uma consequência obviamente porque está no cerne da questão, mas acaba por ser uma consequência dos atos da primeira pessoa que pratica.

Doutora Inês Carrolo: Exatamente. E nós no fundo também o deixamos um bocado... eu sou de Forense e exclusão social, por isso se calhar é que tenho esta perspetiva. Acho que nós devemos trabalhar com os suspeitos, até de uma forma indireta, porque nós fazemos a avaliação de segunda-linha com o MIP (?), aqui da área de Santo António (, como eu sou da Freguesia de Santo António) e, muitas vezes, é importante também nós sabermos porque vivemos numa época em que é “fácil” perdermos a cabeça, “fácil” entre aspas; porque vivemos numa situação plena de stresse: porque temos de ter aquele tipo de carro, de ser magros, vestir bem. Repare, um encontrão é uma situação de violência doméstica e, nós aqui também sabemos que se ultrapassamos determinada linha é provável que o acontecimento se volte a repetir. E agora? A intervenção judicial é necessária? Vai resolver? Se calhar não, por isso é que a situação tem de ser acompanhada...

Entrevistadora: Por isso é que muitas pessoas são penalizadas, está cumprido o dever cívico; vêm cá para fora e acontece exatamente a mesma coisa. As condições são as mesmas, o meio é o mesmo.

Doutora Inês Carrolo: Porque não trabalhámos. Voltando ao início da nossa conversa, há esta questão mesmo: se calhar aquela pessoa não teve outro tipo de hipótese senão aquela aprendizagem. No outro dia tivemos uma situação em que eu falei com uma Procuradora e ela diz-me “Já perguntou à senhora se quer ir para uma casa-abrigo?” e eu disse “Não, mas eu não lhe vou perguntar. Esta senhora trabalha, está inserida socialmente, porque é que... nós fazemos sempre ao contrário... porque é que vamos penalizar a vítima novamente? Porque é que não se arranja uma solução para este senhor?” e até dizia ao senhor “vamos arranjar uma solução para si, vai sair de casa”. Às vezes não se perde muito tempo a falar com estas pessoas...

Entrevistadora: E a vítima, mais uma vez, é que está a sofrer as consequências.

Doutora Inês Carrolo: Exatamente. Eu acho que é a coisa mais difícil que nos dizem aqui, porque isto é uma coisa básica que toda a gente que trabalha na violência doméstica fala, que é o *empowerment* destas mulheres. Como é que eu respondo a uma mulher que estou a tentar empoderar que ela vai ter de sair de casa e ele fica lá? Às vezes é difícil responder a esta questão. Obviamente que há casos em que tem mesmo de ser encaminhada para casa-abrigo e fazemos o encaminhamento e o primeiro passo para segurança da vítima, deverá ser este. (Quem sabe se a minha próxima aventura não será um trabalho a sério com suspeitos, acho que...

Entrevistadora: Por isso é que a minha investigação não incide só nas mulheres vítimas ou crianças que são vítimas de primeira-linha ou segunda, mas sim de um modo geral. Por norma, são mais as Mulheres que são vítimas de violência doméstica; o que não quer dizer com isto que os Homens não sejam.

Doutora Inês Carrolo: Repare uma coisa, Inês. Isto é das tais declarações polémicas... eu até fiquei relativamente satisfeita com a perversão toda que esta frase acarreta que, no ano passado, nós tivemos um número bastante significativo de Homens a apresentar denúncias. Porque eu acho que há situações de violência doméstica em que os Homens são vítimas e que o próprio sistema está estruturado para mulheres e é errado, vítima é vítima, não tem género.

Entrevistadora: Exato. E não é só... é por também haver aquela ideia enraizada que o Homem...

Doutora Inês Carrolo: (...) é macho, latino. Nós temos muito essa percepção.

Entrevistadora: É verdade. Temos de reconhecer também que um Homem que admita que é vítima da parte de uma Mulher é como se ele próprio estivesse a assumir com ele mesmo que está a perder o controlo e o poder na situação.

Doutora Inês Carrolo: Claro que sim, mas é por isso que, o facto de trabalharmos à porta fechada, de termos estas condições; tivemos este número que para mim é bastante importante, porque no fundo isto é desbravar caminho; e nós, como disse há pouco... há muito aquele "há muita mulher que é vítima de violência doméstica". São mais mulheres, o Sistema tem muito mais respostas para elas do que para senhores, mas as vítimas não têm género. São vítimas.

Entrevistadora: E por isso é que o meu trabalho é generalizado. Também perceber o que é que uma criança recebe como ensinamento. Pode receber muita coisa, a partir do momento em que tem um pai ou uma mãe, agressor ou vítima, tanto pode reconhecer o papel do normal: vítima ou agressor. Por isso é que eu verifico essa questão do padrão da violência; tanto pode ser uma pessoa que encara a violência como algo normal, a nível de agressão ou de ser a vítima e é importante estudá-lo de forma generalizada exatamente por isso, porque as pessoas têm muito enraizada a ideia de que só a Mulher é a vítima, que é errado. Estamos a trabalhar para isso, mas ainda se verifica.

Doutora Inês Carrolo: Acho que isso também contribui para a própria resistência do Homem em fazer denúncia e temos Homens em pleno sofrimento, até porque a nível de violência psicológica, nós Mulheres, contra mim falo, mas nós damos 10 a 0 aos Homens. Se nós metermos na cabecinha "filho, vou dar cabo de ti, eu nem lhe toco...". Tivemos aqui uma situação de um Senhor que estava completamente... ele trazia uma caixa de fotocópias cheia de emails impressos dela, de 5 em 5 minutos, durante não sei quanto tempo e no spam e tentou bloquear tudo. Aquilo é desgastante.

Entrevistadora: E isso assusta, porque uma coisa era há 50 anos atrás que isso a nível de cultura era muito enraizado. Hoje em dia, em pleno século XXII, temos esse tipo de situações!? É incomportável.

Doutora Inês Carrolo: O Senhor dizia-nos “vocês devem achar que eu sou um fraco” e eu disse “Desculpe?! Nada disso, o Senhor é o maior, o Senhor veio aqui, isto é o mais importante, nós estamos tão contentes por si, vamos ajudá-lo, tentar fazer o processo direitinho”. Obviamente nós somos um espaço de excelência, eu não poderia dizer outra coisa, pelo trabalho dos senhores agentes que é fenomenal, pelo apoio que nós temos da primeira divisão e por nós técnicos, claro, não podia dizer o contrário, somos cereja no topo do bolo.

Entrevistadora: Eu acho que sim. Das várias associações em que eu fiz a procura, muito honestamente, poucas foram aquelas que reconheceram que o trabalho, a pesquisa era importante também para dar a conhecer às restantes pessoas/à sociedade, situações deste género. Poucas. Porque nós estamos a falar da violência doméstica, mas isto é só crime num rol de crimes...

Doutora Inês Carrolo: Que embarca a própria violência doméstica. Falou há pouco das crianças; para nós, qualquer tipo de agregado que tenha crianças, são outras vítimas, são todas sinalizadas à comissão. Muitas vezes, nós como junta recebemos as sinalizações dos 4K, porque temos também essa ligação porque quase que atendemos aqui e depois vamos ver as condições em casa. Já tivemos alguns artigos 91 também, já fizemos alguns, mais até que aqueles que eu gostaria de fazer, mas isso é daquelas coisas que eu penso que será sempre... apesar de eu ter a noção do impacto da minha decisão na vida do outro. Eu acho que é mesmo um dos segredos; nós muitas vezes vimos para aqui, os elementos da polícia e os Técnicos: “o que é que nós fazemos?” Procurando sempre pessoa idónea na família, a quem nós possamos efetivamente entregar a criança, não institucionalizar, o que por vezes não há outra hipótese. Mas sabendo que agimos sempre em superior interesse da criança, porque efetivamente muitas vezes nós dizemos à vítima “o adulto decide e a Senhora se quiser voltar para casa, vamos dar-lhe um plano de segurança, que lhe dá algumas dicas para a Senhora se

proteger em caso de episódio de tensão.” As crianças não. E a partir da altura que nós sabemos... a vantagem é essa também, somos também funcionários do Estado, ou seja, estamos fixos aqui, para além de aquilo que nós como cidadãos temos obrigação de fazer; como funcionários de Estado no exercício das nossas funções, temos ainda mais obrigação de relatar estas situações. Temos uma vantagem também que eu acho que é importante. (...) Nós temos uma coisa que eu acho que é muito positiva também que é um Relatório Técnico de Apoio à Vítima em que, nós, técnicos, assinalamos e que vai com o expediente policial para Ministério Público. Acho que é importante também para o nosso papel e interpretação quase emocional da vítima para a tomada de decisões e o que nós fazemos muito é medir o impacto da violência, ou seja, nós fazemos alfaiataria aqui, porque temos Mulheres severamente batidas. Tive aqui uma miúda que até a abracei, porque ela tinha critérios e eu própria disse “pense, vamos ativar uma casa-abrigo, vamos ativar uma resposta” e ela “não, agora já sei o que é que ele quer, já estou à espera, agora já me consigo defender... ele apanhou-me distraída”. Ouça, o impacto quase diminuto numa batida em que a Senhora vinha muito magoada, mas o impacto foi mínimo. Por vezes temos pessoas que dizem que preferiam levar uma estalada do que ouvi-lo chamar-me “puta”. Nós fazemos um bocadinho esta análise do impacto, porque eu acho que é importante que o Ministério Público perceba que o impacto que a violência tem na vítima deve ser considerado na altura da tomada de decisão, da medida.

Entrevistadora: Uma das coisas que verifico, até mesmo nos atendimentos que fiz, é que as pessoas confundem muito o termo ‘violência’, porque agregam só à vertente física, só. Porque dizem sempre “acontecia isto, mas ele não me batia”, mas isso é tão errado e é uma das coisas que eu tenho verificado, que tem de ser trabalhado e é muito boa a atuação das leis, que as pessoas não compreendem.

Doutora Inês Carrolo: Isso é verdade. Nós aqui trabalhamos muito isso. Eu até tenho uma frase: “a violência doméstica é um bolo e nós partimos o bolo em fatias: temos a fatia da violência psicológica, temos a violência física, social,

económica e violência sexual. Portanto, isto tudo é a violência doméstica. Agora tiramos as fatias que a Senhora diz que nós temos de tirar". Para desconstruir muito e isso nós desconstruímos essa situação do menosprezo da violência doméstica.

Entrevistadora: Até porque numa fase posterior, as pessoas até podem voltar-se, a nível mesmo pessoal, a pessoa pensa "não presto, sou isto ou aquilo..." e até atentar à própria vida.

Doutora Inês Carrolo: Sim, sim. Mas nós quando passamos 20 e tal anos a ouvirmos que não prestamos, nós temos uma auto... as pessoas falam que é um problema de autoestima, não! Nós podemos ter uma autoestima brutal, mas ouvirmos todos os dias a mesma coisa, nós põmo-nos em causa; isto não é autoestima, isto é estrutura emocional. Nós somos limitados, não somos de ferro. E é isto, acho que a violência doméstica é um admirável mundo novo que nós trabalhamos e é importante a intervenção dos Técnicos, exatamente por causa destes fatores, a própria gestão da avaliação de risco. Nem todos os elevados são iguais. É a mesma situação do impacto e isto tudo que felizmente é considerado pelo Ministério Público, relativamente à tomada de decisão e acho que isso tudo é muito importante. Fiz uma pós-graduação em Coimbra, com um Homem fabuloso que é o Juiz Desembargador Paulo Guerra, exatamente nesta área da Promoção e Proteção Tutelar Educativa. Chegou a uma altura em que ele disse "o meu sonho enquanto Juiz é, no gabinete ao lado, ter Técnicos" e eu acho que, muito sinceramente, que esse é o caminho e felizmente o estamos a seguir. Vejo com esta experiência: os Senhores Agentes têm aquela prática, aquele conhecimento na área criminal e ainda bem que têm; e nós temos outra vertente, analisamos outras coisas.

Entrevistadora: E são o primeiro contacto direto com a vítima. Existe uma linha que separa o papel que é escrito com a intensidade como as coisas acontecem; às vezes as pessoas também não compreendem isso.

Doutora Inês Carrolo: E, por exemplo, nós como não estamos tão subjugados àquela estrutura de expediente. Por exemplo, eu já tive vítimas em que disse que

“o discurso é incoerente, não sabe precisar”. Normalmente, quando há problemas de regulação de Responsabilidades Parentais, também temos algumas denúncias aconselhadas por advogados que, nós sinceramente... O Senhor Agente tem de relatar o que lhe é dito. Eu sou Técnica faço a minha interpretação e faço-a mandando o meu relatório para Tribunal dizendo “a vítima apresentou um discurso muito pouco consistente relativamente às agressões, não sabendo precisar...”, por exemplo, perguntamos “então como foi a agressão? Bateu onde?” e responde “não sei, empurrou-me”. No fundo estas situações acabam também por entupir o Sistema e, por isso, mandamos já aquele alerta, o que os Senhores Agentes nunca poderiam dizer uma coisa dessas. Por isso, esta junção de saberes coincidentes, eu acho que tem sido muito positiva na resposta à vítima e esta partilha e preocupação que temos também... Eu sinceramente, estou a adorar a experiência. No início foi até um bocadinho estranho porque não havia nada parecido, não tínhamos muito onde nos agarrar, então tínhamos aquela formalidade do “Senhor Agente”, agora é diferente, já nos conhecemos uns aos outros, já sabemos o caminho que o outro leva e tem sido excelente.

Entrevistadora: E tem prática. Na primeira semana que atendi na linha da APAV, inclusivamente era noturna e estava sozinha em casa, eu dei por mim, uma semana inteira, a chorar.

Doutora Inês Carrolo: Eu, por acaso, nesse aspeto, já sou um bocadinho... não sei se é uma coisa pessoal, uma coisa minha, mas eu defendo-me um bocadinho; nós aqui defendemo-nos um bocadinho disso... é horrível, mas às vezes, a gente brinca com as situações, tentamos aligeirar, até para nos defendermos a nós próprios.